



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Tecnologia e Ciências

Instituto de Geografia

Danielle Barbosa da Silva de Oliveira

**A política de assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro:
uma análise comparativa.**

**Rio de Janeiro
2008**

Danielle Barbosa da Silva de Oliveira

**A política de assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro:
uma análise comparativa.**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Gestão e Estruturação do Espaço Geográfico.

Orientador: Prof. Dr. Glaucio Jose Marafon

Rio de Janeiro
2008

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CTC/C

O482 Oliveira, Danielle Barbosa da Silva.
A política de assentamentos rurais no Estado do Rio de Janeiro: uma análise comparativa./ Danielle Barbosa da Silva de Oliveira. – 2008.
120 f. : il.

Orientador: Gláucio José Marafon.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Geografia.

1. Reforma Agrária – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 2. Assentamentos humanos – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 3. Geografia Humana – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 4. Políticas públicas – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. I. Marafon, Gláucio José. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. III. Instituto de Geografia. Título.

CDU 333.013.6(815.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Danielle Barbosa da Silva de Oliveira

**A política de assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro:
uma análise comparativa.**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Gestão e Estruturação do Espaço Geográfico.

Aprovado em 20 de junho de 2008.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Glacio José Marafon - Orientador
Instituto de Geografia – UERJ

Prof. Dr. João Rua
Instituto de Geografia - UERJ

Prof. Dr. Miguel Ângelo Ribeiro
Instituto de Geografia - UERJ

Prof^a. Dr^a. Vera Lúcia Salazar Pessoa
Universidade Federal de Uberlândia

Rio de Janeiro

2008

DEDICATÓRIA

À meus pais Julio Maria e Eliane Barbosa e à meu irmão Guilherme Daniel por continuarem acreditando em mim, minha gratidão por todos esses anos de imenso amor.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi escrito ao longo de uma trajetória em que muitos colaboraram para sua execução e agora compartilham comigo a gratificante tarefa da finalização. Todos vocês foram fundamentais e reconhecidamente agradeço.

À meus pais, Julio e Eliane, que com todo o carinho e admiração motivaram meus estudos e me apoiaram nos momentos de cansaço e desânimo, sendo fundamentais em todas as etapas de produção desse trabalho.

À meu irmão, Guilherme, por toda a admiração e amizade com que me acompanha e pelo carinho que alegra minha vida.

Ao meu namorado, Marcelo, que foi fundamental na finalização desse trabalho, dando-me muito amor e fazendo dos meus dias muito mais felizes com a sua presença e dedicação. Seu carinho e admiração fazem com que meu amor por ti aumente a cada dia.

Ao Prof. Glaucio, meu orientador, pela compreensão em relação às minhas dificuldades de dedicação a essa dissertação, pelo estímulo e pelo respeito às minhas ideias, pelas inúmeras e imensas contribuições que deu para minha formação. Por toda a amizade e pela convivência ao longo desses anos, mostrando ser um profissional admirável e um amigo incomparável.

Ao Prof. Miguel Ângelo, cujos cursos muito contribuíram para a construção desse trabalho, além da disponibilidade em fazer parte da banca dessa dissertação. Agradeço, ainda, pela amizade e pela alegria que muitas vezes me fizeram dar boas risadas.

Ao Prof. João Rua, um verdadeiro mestre, pela sabedoria e contribuição teórica que foram essenciais em toda minha formação; pela amizade, palavras de incentivo e pelos conselhos preciosos que me dava. Saiba que me sinto privilegiada por ter compartilhado com você momentos únicos dentro e fora da UERJ. Obrigada por aceitar fazer parte dessa banca, contribuindo, mais uma vez com todo seu conhecimento.

À Prof^a Vera, com quem tive a satisfação de conviver em alguns momentos importantes para o crescimento da Geografia, pela atenção dispensada e por aceitar compor a banca examinadora dessa dissertação. Suas críticas e sugestões serão fundamentais para o aperfeiçoamento deste trabalho.

À Marina e ao Rodrigo que me acompanharam ao longo de toda minha trajetória, sempre prontos a colaborar, principalmente em trabalhos de campo (alguns frustrados, né?). Vocês são amigos excepcionais. À Diana, minha afilhada (quem diria, hein), por estar presente em minha vida, mesmo que distante. Sem vocês os últimos anos não seriam os mesmos. Obrigada pelo companheirismo, pelo carinho, respeito e admiração que nutrimos reciprocamente.

À Loa, Karina e Sâmea pelo incentivo e pelos momentos de alegria e angústia profissional que compartilhamos, pela amizade verdadeira e pelas horas de conversas que temos, sempre buscando o apoio e carinho umas das outras. Aguardo a defesa de vocês, hein!

À Claudinha, que me ajudou imensamente na elaboração desse trabalho. Sua colaboração e companheirismo em trabalhos de campo e nos últimos anos em que estivemos no NEGEF foram essenciais.

Aos amigos que torceram e me apoiaram sempre, Carla, Alex, Nadijane, Rachel e Tati.

À Rose que me ajudou na revisão deste texto, e a Fátima, que se não fossem os obstáculos do caminho teria sido responsável pela elaboração do Abstract.

Aos colegas do NEGEF (aos velhos e novos) que me acompanharam e compartilharam comigo momentos enriquecedores de discussões e reflexões.

Ao Emerson, funcionário do Departamento, que sempre esteve pronto a me ajudar com trabalhos de campo e que solucionou vários probleminhas que surgiram ao longo dessa caminhada.

Ao Sr. Maia da Emater – Valença que nos recebeu (mais de uma vez) com muita boa vontade e sempre pronto a nos atender de maneira satisfatória.

Ao Sr. Toninho, líder do assentamento Mutirão da Conquista que com sua simplicidade e experiência, deu-me uma aula de vida e esperança num mundo melhor. A todos os assentados que me receberam muito bem, e se mostraram prontos a colaborar com as entrevistas.

Aos líderes dos acampamentos Manoel Congo e Vida Nova que foram solícitos e nos atenderam prontamente colaborando com esse trabalho. Aos integrantes do MST/RJ, que em todos os encontros foram bastante receptivos e atenciosos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, especialmente ao Prof. Jorge Marques, sempre pronto a atender todas as demandas do curso e a solucionar problemas que apareciam ao longo do caminho.

Aos funcionários do ITERJ e do INCRA que me receberam e colaboraram sempre que solicitados.

À FAPERJ, pela bolsa de estudos recebida nestes dois anos de curso.

RESUMO

OLIVEIRA, Danielle B. da S. de. *A política de assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro: uma análise comparativa*. 2008. 120 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Geografia. Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

Nos últimos anos, a questão agrária se mantém como um dos principais problemas políticos do Brasil. Os recentes acontecimentos, ligados aos intensos conflitos e manifestações que ecoam por todo o país, trazem o tema da reforma agrária à tona, produzindo novas formulações e debates. O debate encontra-se associado à discussão a respeito de soluções para se construir uma sociedade mais justa e democrática. Esta dissertação busca analisar a participação do Estado que atua como importante mediador e executor de políticas públicas que buscam de alguma maneira suavizar e diminuir as tensões no campo brasileiro. Desse modo, os assentamentos rurais surgem após a intervenção e o acordo entre Estado e os principais atores sociais envolvidos na questão da luta pela terra.

A existência, no estado do Rio de Janeiro, de uma grande quantidade de assentamentos rurais, reconhecidos pelas diferentes escalas governamentais (estadual e federal) justifica a escolha do recorte espacial, além das peculiaridades que distinguem o estado do restante do país, por ser altamente urbanizado e metropolizado. Compreender como a política de assentamentos rurais é estabelecida no estado do Rio de Janeiro faz-se necessário, pois a presença de dois órgãos governamentais (INCRA e ITERJ) dificulta o cumprimento efetivo da reforma agrária. Buscando atingir tal objetivo, será realizada uma análise comparativa entre o Assentamento Associação Mutirão da Conquista, criado pelo ITERJ e reconhecido posteriormente pelo INCRA, localizado no município de Valença e os acampamentos Manoel Congoe Vida Nova, que ficam situados no município de Barra do Piraí e se encontram em fase final de regularização para que se tornem assentamentos devidamente reconhecidos pelo INCRA.

Palavras-chave: Reforma Agrária. Assentamentos Rurais. Rio de Janeiro. Políticas Públicas.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Danielle B. da S. de. *The policy of rural settlements in the state of Rio de Janeiro: a comparative analysis*. 2008. 120 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Geografia. Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

Over the last years, the agricultural question has represented one of the main political problems in Brazil. Recent happenings, linked to intense conflicts and demonstrations which resound all over Brazil, made the topic of the agricultural reform of high interest, producing new formulations and debates. The debate finds itself linked to the discussion about solutions to build a more fair and democratic society. This dissertation tries to analyse the participation of the State which acts as an important mediator and executor of public policies which try in one way to ease and reduce the tensions in Brazilian field. In this way, the rural camps born after the intervention and the accord between the State and the main social actors involved in the question of the struggle for the land. The existence, in the State of Rio de Janeiro, of a great deal of rural camps, recognized by the different government levels (State and Federal) justify the choice of the spatial division, besides the peculiarities that distinguish the State from the rest of the country, for being highly urbanized and metropolized. Understanding how the policy of agricultural adjustment is established in the State of Rio de Janeiro turns out to be necessary, because the presence of the two governmental bodies (INCRA and ITERJ) makes the effective accomplishment of the agricultural reform harder. Pursuing such an objective, a comparative analysis will be carried out between the “Assentamento Associação Mutirão da Conquista”, created by the ITERJ and recognized later by the INCRA, sited in the province of Valença and the camps Manoel Congo and Vida Nova, which are located in the province of Barra do Piraí and find itself in the final phase of the regularization to become camps duly recognized by the INCRA

Keywords: Agricultural Reform. Rural Camps. Rio de Janeiro. Public Politic.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 -	Tabela 1 – Comparação dos Conflitos no Campo (1997 – 2006)	34
Gráfico 1 -	Número de Ocupações de Terra de 1988 a 2004 – Brasil	39
Gráfico 2–	Ocupações de Terra – Número de famílias de 1988 a 2004 – Brasil.....	39
Gráfico 3 –	Número de Famílias Assentadas – 1979 a 2004 – Brasil.....	40
Gráfico 4 –	Assentamentos de Reforma Agrária – Governo Lula – Brasil	43
Mapa 1 -	Estado do Rio de Janeiro – Regiões de Governo	64
Mapa 2 –	Estado do Rio de Janeiro – Conflitos Fundiários na década de 1950.....	66
Mapa 3 –	Estado do Rio de Janeiro – Conflitos Fundiários na década de 1960.....	67
Mapa 4 –	Estado do Rio de Janeiro – Conflitos Fundiários na década de 1970.....	68
Mapa 5 –	Estado do Rio de Janeiro - Conflitos Fundiários na década de 1980	69
Mapa 6 –	Estado do Rio de Janeiro – Conflitos Fundiários na década de 1990.....	70
Mapa 7 -	Estado do Rio de Janeiro – Conflitos Fundiários na década de 2000.....	71
Tabela 2 -	Área dos Estabelecimentos (hectare), Número de Estabelecimentos Agropecuários (unidade) e Pessoal Ocupado (pessoas) por Grupo de Área Total – Estado do Rio de Janeiro.....	74
Quadro 1 -	Identificação dos Projetos de Reforma Agrária (período: 01/01/1900 até 01/2006)	80
Quadro 2 -	Assentamentos Rurais Atendidos pelo ITERJ (2008).....	84
Quadro 3 -	Assentamentos Rurais Titulados.....	85
Mapa 8 -	Distribuição Espacial dos Assentamentos Rurais no Estado do Rio de Janeiro.....	87
Fotos	Moradias Precárias nos Acampamentos Manoel Congo e Vida	

1 e 2 -	Nova.....	96
Fotos	Condições de Moradias em Dois Lotes do Mutirão da	
3 e 4 -	Conquista.....	97
Fotos	Agricultura Tradicional no Assentamento Mutirão da	
5 e 6 -	Conquista.....	98
Fotos	Agricultura Orgânica Praticada nos Acampamentos Manoel	
7 e 8 -	Congo e Vida Nova.....	99

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	12
1	O DEBATE SOBRE A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL.....	18
1.1	A Questão Agrária nos anos 1950 – 1970.....	18
1.2	Abertura Política e a Reforma Agrária.....	25
1.3	Questão Agrária no Brasil Contemporâneo – de 1990 a 2008.....	31
2	A POLÍTICA ADOTADA PELO ESTADO BRASILEIRO PARA A REFORMAAGRÁRIA: OS ASSENTAMENTOS RURAIS.....	46
2.1	Origem do Movimento de Luta pela Terra.....	47
2.2	Assentamento Rural e Desenvolvimento Territorial.....	58
2.3	Histórico da Luta pela Terra no Estado do Rio de Janeiro.	63
3	A POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....	72
3.1	O Perfil do Meio Agrário Fluminense.....	72
3.2	A Atuação do Governo e a Política de Reforma Agrária no Estado.....	76
3.2.1	<u>A Atuação do INCRA no Estado do Rio de Janeiro.....</u>	78
3.2.2	<u>O ITERJ.....</u>	83
3.3	Assentamentos no Estado do Rio de Janeiro: uma Análise Comparativa.....	88
3.3.1	<u>A Luta dos Sem-Terra.....</u>	89
3.3.2	<u>Observação e Comparação das Políticas Empregadas para a Criação eManutenção dos Assentamentos Rurais.....</u>	92
3.3.2.1	Participação Política e Políticas Públicas.....	99
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
	REFERÊNCIAS	108
	ANEXO A.....	113
	ANEXO B.....	115

INTRODUÇÃO

Ao se estudar a agricultura, a temática da reforma agrária desponta entre tantas outras que permeiam o assunto. Analisar o processo de ocupação e manutenção do homem no campo sempre foi uma constante nos meios acadêmicos, através de debates que alcançaram a opinião pública. Diferentes posições teóricas referentes à reforma agrária intensificam ainda mais o acirramento sobre o tema, num cenário fragmentado, onde os atores que compõem a luta pela terra se organizam espacialmente, apesar de se encontrarem num país de dimensões continentais como o Brasil, com diferentes influências regionais.

Analisada enquanto política pública, o debate acerca da reforma agrária foi passando por transformações, de acordo com as mudanças políticas ocorridas nesse campo, segundo Alentejano (2003, p. 69),

(...) seja pelas questões colocadas ou recolocadas pelos movimentos sociais, seja pelas mudanças nas políticas públicas governamentais. Afinal, a reforma agrária é uma política pública construída num campo de tensões sociais acentuado. (...) Isto faz de reforma agrária um tema altamente complexo e não apenas no Brasil, pois os vários exemplos históricos de reforma agrária nos mostram o quão relevantes são os problemas que envolvem sua realização. A diversidade é talvez a marca mais expressiva das experiências de reforma agrária no século XX .

A partir da década de 1980, a principal forma de acesso à terra foi através das ocupações, que ganharam destaque no cenário nacional após a derrocada dos governos militares, que tentaram sufocar os movimentos sociais do período. Essa forma de luta pela terra tem-se intensificado, resultando em assentamentos rurais por todo o Brasil e determinando esta realidade que se chama, hoje, incorretamente, de reforma agrária.

Para compreender a questão agrária brasileira faz-se necessário resgatar o debate sobre a reforma agrária, política que efetivamente não é realizada e leva ao agravamento dos conflitos fundiários. O desenvolvimento do capitalismo no campo e a intensa concentração de terras geraram um árduo processo de exclusão social dos pequenos produtores rurais e o conseqüente aumento do número de trabalhadores em luta pela posse da terra.

O assentamento rural pode ser considerado como um dos resultados

das lutas pela reforma agrária, que estão sendo levadas a cabo no Brasil há algumas décadas. As ocupações de terras realizadas por movimentos populares são ações de resistência frente à intensificação da concentração fundiária e contra a exploração, e marcaram uma história de luta na busca contínua de moradia e trabalho, a fim de obter condições dignas de vida. Os assentamentos rurais representam a materialização das conquistas obtidas pelos excluídos da terra, principalmente após a modernização “conservadora” do campo.

O caráter concentrador da modernização do campo brasileiro levou ao surgimento de um novo ator social nos conflitos agrários e reuniu trabalhadores rurais excluídos do acesso à terra em uma numerosa população, que se identificou como “sem-terra”. O Estado surge nesse contexto como importante mediador e executor de políticas públicas que buscam, de alguma maneira, suavizar e diminuir as tensões no campo brasileiro. Desse modo, os assentamentos surgem após a intervenção e o acordo entre Estado e os principais atores sociais envolvidos na questão da luta pela terra.

Foi, portanto, com base nessa abordagem acerca da realidade do espaço rural brasileiro, e comprometidos com a análise a respeito do tema, acreditando na busca por caminhos que levem à construção de uma sociedade mais justa e igualitária, que buscamos estudar a temática da reforma agrária.

No estado do Rio de Janeiro já existe uma quantidade expressiva de assentamentos rurais, reconhecidos pelas diferentes escalas governamentais - estadual e federal. A escolha do recorte espacial desse trabalho se justifica pelas características peculiares que distinguem o Rio de Janeiro do restante do país, ou seja, é um estado altamente urbanizado e metropolizado, onde a maioria da população reside em áreas urbanas e grande parte dos demandantes de terra possui origem urbana.

O Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), uma autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior, tem como atribuição constitucional democratizar o acesso à terra – posseiros, sem-teto e sem-terra –, intervindo na solução dos conflitos e nos processos de regularização fundiária. O órgão é o executor da política fundiária do Estado visando promover, ordenar e priorizar os assentamentos urbanos e rurais, em terras públicas e privadas.

Já o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) surgiu em

1970, resultado da fusão do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) com o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), criados no início do regim militar, na tentativa de iniciar a realização de uma reforma agrária no país, que não passou da teoria. Atualmente, a principal missão do Instituto é “criar oportunidades para que as populações rurais alcancem plena cidadania”, e tem como principal objetivo a inclusão social (INCRA, 2005).

Compreender como a política de assentamentos rurais é estabelecida no estado faz-se necessário, pois a presença de dois órgãos governamentais (estadual – ITERJ, e federal – INCRA) muitas vezes dificulta a execução efetiva da reforma agrária. Estudar tal problemática é importante, pois ainda não foi suficientemente abordado o papel dos órgãos em questão na realização de uma política fundiária no estado do Rio de Janeiro. Para tanto, será realizada uma análise através da comparação entre o assentamento Associação Mutirão da Conquista, criado pelo ITERJ e reconhecido posteriormente pelo INCRA, localizado no município de Valença, e os acampamentos Manoel Congo e Vida Nova, que se encontram em fase final de regularização para que se tornem assentamentos efetivamente reconhecidos pelo INCRA, ambos localizados no município de Barra do Piraí.

A escolha do recorte espacial, bem como do objeto de estudo – assentamentos de reforma agrária – ocorreu ao longo de toda uma trajetória enquanto bolsista, no Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense (NEGEF), onde eram realizados trabalhos de campo em todo o interior do estado do Rio de Janeiro e ricas discussões sobre o espaço rural fluminense. Ao longo de dois anos durante a graduação e nos anos seguintes relativos ao mestrado, o Núcleo possibilitou o acesso a informações sobre os municípios aqui estudados, tanto no que diz respeito a outras pesquisas sobre os mesmos, quanto no que se refere àquelas informações colhidas empiricamente através da ida a campo.

Os assentamento/acampamentos, objetos dessa dissertação, foram escolhidos por se localizarem em municípios próximos, bastante familiares, onde foram realizados inúmeros trabalhos de campo, além de possuírem números diferenciados de famílias e estarem sob responsabilidades distintas, além de nos possibilitarem analisar a influência dos órgãos desde a fase anterior ao assentamento até os momentos de luta pela permanência na terra.

Nesse sentido, com base no contexto mencionado, levando em conta toda a complexidade inerente à realidade dos movimentos sociais rurais que lutam

pela posse da terra, este trabalho tem como objetivo conhecer o processo de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro, bem como a atuação dos principais órgãos governamentais responsáveis por essa política no estado, através de uma análise comparativa de um assentamento (Mutirão da Conquista) e dois acampamentos (Vida Nova e Manoel Congo), em vias de finalização sob a responsabilidade do governo federal.

Buscando atingir tal objetivo acima mencionado, foram estabelecidos alguns objetivos específicos, que consistem em: resgatar o debate sobre a reforma agrária no Brasil; analisar o papel dos órgãos governamentais (INCRA e ITERJ) no processo de implantação da política de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro, abordando as particularidades de cada esfera governamental, no que diz respeito a prática efetiva de tudo aquilo a que se propõem; mapear, comparar e analisar os assentamentos rurais no estado, visualizando a atuação de cada órgão governamental.

Alguns questionamentos também foram determinados para nortear este trabalho. Foram eles: Questão Central - Como os órgãos governamentais (estaduais e federais) atuam enquanto realizadores de políticas públicas para o espaço rural fluminense? Sub-questões - Como os distintos órgãos governamentais atuam, no espaço rural do estado do Rio de Janeiro? Qual a relação existente entre os órgãos governamentais responsáveis pela execução da política de reforma agrária?

O desenvolvimento da pesquisa é essencial para que se possa compreender as diferenciações existentes nas políticas públicas estabelecidas pelos distintos órgãos governamentais no meio rural fluminense. Para tanto, torna-se necessário analisar as estratégias por eles utilizadas na manutenção e fixação dos assentados na terra.

Estudar esse problema é importante porque poucos são os desdobramentos encontrados que façam uma análise comparativa entre a política de reforma agrária estabelecida pelo governo federal e a dos governos estaduais, bem como a participação das prefeituras municipais nessas políticas. O estado do Rio de Janeiro permite tal comparação, uma vez que as atuações dos órgãos federal (INCRA) e estadual (ITERJ) são efetivas no estabelecimento de políticas de reforma agrária em todo o estado, materializadas, principalmente, com a criação de assentamentos rurais.

Quanto às práticas que viabilizaram o estudo proposto, os

procedimentos metodológicos adotados consistiram em levantamento bibliográfico e coleta de dados quantitativos acerca da temática escolhida, quanto na realização de vários trabalhos de campo, anteriormente mencionados, no recorte espacial adotado, com a finalidade de vivenciar a realidade dos demandantes de terra no estado do Rio de Janeiro.

Cabe ainda mencionar, no que se refere ao levantamento bibliográfico para a execução do presente trabalho, levando em consideração a grande pluralidade de estudos a respeito da temática da reforma agrária, que não permite utilizar todos os autores, foram utilizados, Prado Junior (1956; 1972; 1979), Rangel (1962), Furtado (1962; 1964; 1973), Martins (1975; 1980; 1981; 1982), Guimarães(1977), Graziano da Silva (1982), Delgado (1985), Veiga (1991), Abramovay (1992), Stédile (1993, 1994, 2007), Romeiro (1994), Alentejano (1996; 1997), Fernandes (1996; 1998; 2000; 2001; 2003; 2005), Oliveira (2001; 2006), Medeiros (2002).

No que concerne ao surgimento dos movimentos sociais no Brasil, tema que ganhou destaque na discussão a respeito da reforma agrária, o trabalho de Medeiros (2002) contribui com a análise sobre o perfil dos principais atores envolvidos no debate sobre a reforma agrária, bem como a capacidade de organização dos movimentos sociais na luta pela terra no Brasil. Na mesma direção, o trabalho de Alentejano (2003) auxilia na compreensão dessa temática. Complementando, o trabalho de Fernandes (2000) possibilita um maior entendimento a respeito da formação dos movimentos sociais no Brasil e das principais formas de acesso à terra, que se materializam através das ocupações.

A discussão que envolve o conceito de território e o processo de territorialização dos assentados por que passam os assentados é amplamente abordado por clássicos, como Raffestin (1983) e Lefebvre (1991).

O estado do Rio de Janeiro apresenta uma série de particularidades que são evidenciadas nas obras de Novicki (1994), Alentejano (1997; 2003), Medeiros (1997), Leite (1997), Ribeiro (2002), Marafon (2005) e que são de suma importância para a compreensão do processo de reforma agrária no estado.

E no que diz respeito mais especificamente à análise da atuação dos órgãos governamentais através de políticas públicas responsáveis pela criação de assentamentos rurais e pela manutenção do pequeno agricultor no campo, bem como a observação da atuação das distintas escalas governamentais, presentes no

3º capítulo deste estudo, foi elaborado, fundamentalmente, a partir de dados qualitativos, provenientes da realização de entrevistas e observações estabelecidas em trabalho de campo ao recorte espacial escolhido. A escolha de tal metodologia, longe de desmerecer a importância assumida tanto pela pesquisa de gabinete, assim como pelas informações obtidas mediante a análise de dados quantitativos, se justifica, pela carência de estudos disponíveis sobre a temática escolhida, no recorte espacial escolhido.

Posto, pois, tais considerações acerca do presente estudo, este abarca três capítulos. No capítulo I – “O debate sobre a reforma agrária” - será abordada a temática da reforma agrária, evidenciando-se o debate tecido desde 1950 até os dias de hoje. Esse debate não pode ser dissociado da discussão a respeito da modernização da agricultura brasileira, sendo necessário então, um breve resgate do processo político e econômico de formação do espaço agrário e o reconhecimento da atuação do Estado e suas ações que levaram ao processo de modernização agrícola.

O capítulo II – “A política adotada pelo Estado brasileiro para a reforma agrária: os assentamentos rurais” - aponta a criação e a importância dos assentamentos rurais e busca traçar um breve panorama do processo de luta pela terra no estado do Rio de Janeiro, ressaltando as singularidades da questão agrária no estado.

Para finalizar, o capítulo III – “A política de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro” - tem como objetivo analisar as particularidades do assentamento Mutirão da Conquista e dos acampamentos Vida Nova e Manoel Congo, que sofrem a influência das diferentes esferas governamentais (estadual e federal) atuantes no Rio de Janeiro, enquanto executoras de políticas públicas voltadas para o espaço rural.

CAPÍTULO 1 - O DEBATE SOBRE A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

Como apontamos na Introdução deste trabalho, para um estudo mais preciso sobre os movimentos sociais rurais existentes no Brasil faz-se necessário um resgate do debate sobre a questão agrária no país, bem como uma análise da política de reforma agrária empregada ou não desde a década de 1950.

A apresentação desse debate certamente não abordará todos os pesquisadores e intelectuais do Brasil que se debruçam sobre o tema, pois, são inúmeros. Há muito que se discutir e criar a respeito, principalmente ao trazer este debate teórico frente à problemática da não-realização de uma reforma agrária no Brasil, com suas particularidades e especificidades estruturais. Adiante tentaremos expor as principais concepções, em um debate com o objetivo de contribuir para o estudo do meio rural brasileiro.

1.1- A questão agrária nos anos 1950 – 1970.

A questão da terra sempre foi um dos problemas fundamentais do Brasil, desde o início da colonização, dando origem a disputas e lutas armadas entre proprietários e não proprietários de terras. Os históricos problemas do mundo rural nacional continuavam sem solução, todavia, os anos 1950 são marcados por uma política desenvolvimentista, iniciada no governo de Getúlio Vargas e tendo o seu auge com a eleição de Juscelino Kubitschek como presidente do país e a concretização do *slogan* “Cinquenta anos em cinco”.

Apesar da exaltação dada ao país, nada de concreto havia sido feito para resolver os problemas agrários que dominavam o Brasil desde o período colonial, quando o acesso à propriedade da terra ocorreu através de doação aos “amigos” da Coroa, dando origem às características predominantes na agricultura brasileira: a grande propriedade, a monocultura, a mão-de-obra cativa, a produção para exportação e a destruição dos recursos naturais. No

período da Independência

1 O debate em torno da problemática agrária no Brasil persiste desde o início do século XX,

porém a economia brasileira ainda se identificava como agroexportadora, e a cultura cafeeira era a principal atividade produtiva geradora de divisas. Voltada totalmente para a exportação, a agricultura brasileira – essencialmente impulsionada pelo comércio mundial cafeeiro – sofreu conseqüências da grande depressão de 1929, quando o reflexo dos negócios na bolsa de Nova York atingiu o setor. Nas décadas subseqüentes, a propagação das seqüelas da Segunda Grande Guerra na agricultura mundial não permitiu maiores mudanças, principalmente nas economias desenvolvidas. A partir da década de 50, a economia brasileira tomou novos rumos (PAULILLO, 2001), fato que explica nosso interesse pelo estudo da agricultura brasileira a partir dessa década.

(1822 a 1850), quando foi promulgada a Lei de Terras, cresceu a posse da terra por parte de pequenos agricultores de subsistência, sem, contudo, afetar a estrutura agrária, marcada pela monocultura cafeeira e explorada com mão-de-obra escrava (De David, 2005).

O debate, que teve início sob o governo Vargas, acerca do caráter que deveria assumir o desenvolvimento brasileiro, torna-se o grande estimulante da política brasileira nas décadas de 1950 e 1960. Nessas condições, defrontava-se a industrialização com um impasse: ou expandir o mercado interno ou abrir-se ao mercado externo, através de uma política mais agressiva de exportações, com a entrada de capitais estrangeiros como financiadores da industrialização (Linhares e Silva, 1999). Foi a primeira opção, ou seja, o estímulo a produção para o mercado interno, que colocou os termos do debate sobre o desenvolvimento capitalista, durante as décadas de 1950 e 1960, partindo das noções básicas de que a industrialização era obstaculizada pelo atraso da agricultura. De acordo com essa ótica, era preciso elevar o padrão de vida das populações rurais, de maneira que elas pudessem fazer parte do mercado consumidor de produtos oriundos das indústrias emergentes (Medeiros, 2002).

O campo brasileiro tornava-se, assim, o centro das questões referentes ao desenvolvimento do país. A reforma agrária passa a ser exigida, não só por uma questão de justiça social mas, diante de um debate impregnado por análises econômicas, também como indispensável para superar a sufocação da industrialização do país. O que ocorreu foi o encontro de expectativas distintas e projetos diferenciados que mostravam a necessidade de transformações estruturais no meio rural, gerando duras críticas à concentração fundiária existente nesse meio. Essas críticas foram potencializadas e dramatizadas pela grande quantidade de conflitos que tinham como principal característica, a resistência às ameaças de expulsão da terra,

levada à frente por “posseiros”, “moradores” / “foreiros”, “arrendatários”, trabalhadores sem-terra que acampavam nos limites das propriedades, demandando terra e a atuação fervorosa das Ligas Camponesas, o que transformou a reforma agrária, no início dos anos 1960, em um dos principais temas do debate sobre a necessidade de reformas estruturais e eixo de um projeto nacional-desenvolvimentista. As mobilizações tiveram o efeito de produzir o reconhecimento de categorias sociais (camponeses, trabalhadores rurais sem –terra) até então não viabilizadas no espaço público.

Nesse contexto, a questão agrária será marcada pela oposição entre idéias de esquerda e de direita sobre um projeto de desenvolvimento conjunto - campo e cidade - para o país. Esse debate terá início no final dos anos 1950, tomando um vigoroso impulso nos primeiros anos da década de 1960, diminuindo de intensidade após o golpe militar de 1964, e retomando força no final da década de 1970.

Distintas análises foram feitas por grupos políticos que dominavam o Brasil nesse momento histórico. As visões da esquerda pautavam-se pelo desenvolvimento com a devida eliminação do latifúndio. Sua superação deveria permitir, simultaneamente, a ampliação da cidadania e o bem-estar dos trabalhadores rurais e um desenvolvimento contínuo do país, inclusive do seu setor industrial. Um dos autores que melhor delineia este diagnóstico é Celso Furtado (1964, p. 126-7), quando afirma que é

(...) sabido que a produção agrícola ligada ao mercado interno tem respondido com notória lentidão ao impulso da demanda gerada pelo desenvolvimento industrial (...) A predominância de estruturas feudais na agricultura ligada ao mercado interno, ainda mais que na exportação, deu grande inelasticidade à oferta de alimentos nas zonas urbanas, criando sérios óbices à industrialização. (...) A estrutura agrária anacrônica como um obstáculo ao desenvolvimento deixou de ser uma suposição para transformar-se em evidência gritante.

O mérito de Furtado deve-se à percepção de que a problemática brasileira tinha caráter estrutural, e que atacando pontos isolados nunca se chegaria à solução. Para tanto, fazia-se necessário um projeto de reformas de base, entre as quais se incluía a reforma agrária. No que se refere ao setor agrário, sua proposta de reforma preocupava-se em fazer crescer no país uma agricultura moderna, que desse conta de responder aos estímulos da demanda

pela aplicação de capital e introdução de nova tecnologia. Destaca, ainda, os entraves políticos na superação do problema, uma vez que grande parte da estrutura de poder e de governo se encontrava nas mãos dos setores sem maiores interesses em mudança; para tanto, seria necessário a difícil realização de uma reforma política, visando aumentar a representatividade dos órgãos que atuam a favor do povo (Gonçalves Neto, 1995).

Na análise de Furtado acerca da realidade brasileira, pontos fundamentais do sistema são tocados por ele, ao declarar a necessidade imediata de reformas e o obstáculo causado pelos setores atrasados, que se encontravam agarrados a seus privilégios. Poucos autores conseguiram se encaminhar para posições semelhantes às de Furtado.

Dando continuidade às questões que envolvem estrutura e reforma agrária, surge um debate dentro da própria esquerda brasileira. Por um lado, temos a visão do Partido Comunista Brasileiro (PCB), centrada, sobretudo, nos trabalhos de Alberto Passos Guimarães (1977) e, por outro, a figura ímpar de Caio Prado Júnior (1956, 1972, 1979) (Gonçalves Neto, 1995).

Guimarães (1977) destaca que estruturas feudais vigentes na Europa foram trazidas ao Brasil, no processo de colonização portuguesa, e que esse sistema, baseado no latifúndio, permanece no controle da economia do país. A resposta para a superação desse dualismo (feudalismo – capitalismo) seria a realização de uma profunda reforma agrária, unindo os setores da cidade aos trabalhadores rurais, para eliminar o maior inimigo, o latifúndio e o atraso que ele representava. Guimarães (1977, p. 202) conclui que a eliminação do latifúndio levaria à superação do atraso da agricultura e à abertura do país para o progresso. Desse modo, faz-se necessária a reforma agrária, como mecanismo de libertação dos obstáculos que impedem o crescimento econômico, como afirmou,

[...] agora já penetrou na opinião pública nacional a consciência de que há, no campo, relações de produção caducas que precisam ser substituídas por novas relações de produção, sem o que as forças produtivas de nossa agricultura não estarão desimpedidas de desenvolver.

Quais são essas relações de produção caducas? Essas velhas relações de produção que travam o desenvolvimento de nossa agricultura não são do tipo capitalista, mas heranças do feudalismo colonial. A primeira e mais importante dessas relações de produção, cuja destruição se impõe é o monopólio feudal e colonial da terra, o latifundismo feudo-colonial.

A tendência apresentada, defendida por Alberto Passos Guimarães, afirma que o desenvolvimento econômico depende da superação da estrutura feudal, predominante em nossa agricultura, e que interfere negativamente na sociedade. Ao se discutirem as propostas de solução para o impasse, surgem as divergências entre Guimarães e Furtado, uma vez que o último propõe as reformas de base para promover o Brasil moderno, ao passo que Guimarães defende a revolução democrático-burguesa. Voltam a concordar quando afirmam que a reforma agrária é indispensável para a transformação do agrário brasileiro (Gonçalves Neto, 1995).

Nesse mesmo contexto, destaca-se o historiador marxista Caio Prado Júnior (1979) que, apesar de discordar da melhor maneira de se encaminhar a luta pela reforma agrária proposta pela esquerda ligada ao PCB, concorda que a concentração da propriedade fundiária é o empecilho principal ao desenvolvimento econômico e cultural do país.

Para esse autor, o campo não era de modo algum feudal ou atrasado, sendo o conjunto das relações de trabalho então existentes inequivocamente capitalistas. Nesse caso, não caberia qualquer aliança com os capitalistas da cidade, posto que seus aliados naturais eram os proprietários de terras. A reforma agrária não deveria se fixar numa única direção, ou seja, a posse da terra ou a destruição do latifúndio deveria seguir dois caminhos: a extensão da legislação trabalhista – carteira assinada, férias, salário mínimo etc. – ao campo, e a criação de condições para o acesso à propriedade da terra para sobre ela exercer seu trabalho (Gonçalves Neto, 1995). Mostra-se um crítico ferrenho das esquerdas pelo fato de enxergarem apenas uma alternativa para a execução da reforma.

A visão de Caio Prado Júnior era estritamente humanitária, já que não propunha ampla reforma agrária, priorizando a melhoria das condições de vida do trabalhador rural. Jamais indicou tampouco que a agricultura seria a base para o consumo industrial como defendia a vertente feudalista ao considerá-la necessária para o desenvolvimento do capitalismo na agricultura (Paulillo, 2001).

Uma quarta posição, ainda no campo da esquerda brasileira, pode ser analisada e buscada nos estudos de José de Souza Martins

(1975, 1980, 1981, 1982), que, de certa forma, influenciaram consideravelmente a Igreja Católica, a Teologia da Libertação e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) no país. Para Martins, não existia qualquer oposição insuperável entre as tradicionais estruturas agrárias vigentes no Brasil e o moderno capitalismo industrial das grandes cidades. A própria dinâmica do capital o levaria a recriar relações sociais de trabalho historicamente anteriores à sua própria hegemonia (Linhares e Silva 1999). A Igreja, apesar de se envolver em disputa pela hegemonia da luta sindical e popular no campo, frente ao PCB e às Ligas Camponesas, não tinha um projeto de reforma agrária bem definido.

Ainda na década de 1960, a discussão da questão agrária é enriquecida com o surgimento de diversos outros trabalhos que procuravam demonstrar que a agricultura não se constituiu em entrave ao desenvolvimento brasileiro. Essa vertente, denominada por alguns estudiosos como da funcionalidade da agricultura, defendia a tese de que a agricultura sempre cumpriu seu papel econômico e que a reforma agrária não era fundamental ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

O primeiro a se insurgir contra a concepção da agricultura como obstáculo e da necessidade urgente de uma reforma agrária para o aprofundamento da modernização da nossa estrutura econômica foi Ignácio Rangel (1962). Rangel considera que não existiam condições políticas para a atuação em torno de problemas como a mudança da estrutura agrária e o incremento do comércio exterior. Além disso, chama a atenção para a falta de uniformidade da estrutura agrária brasileira, o que não condiz com a visão pessimista da corrente analisada anteriormente, considerando ser possível o desenvolvimento dessa mesma estrutura, independentemente de ações forçando sua reformulação (Gonçalves Neto, 1999). Desse modo, Rangel (1962, p. 52) afirma que,

[...] a estrutura agrária brasileira é, por certo, formalmente arcaica. Seria, porém, grave equívoco inferir daí que ela não seja suscetível de renovação, independentemente de sua perda de identidade. Há elementos modernos no interior dessa estrutura arcaica e, nada sugere que esta não possa suscitar novos elementos modernos e expandir os existentes, desde que se criem certas condições externas favoráveis a isso.

Para ele, o governo não pode intervir através de expropriações de terras, pois seria danoso, a compra da terra por um comprador de peso, como o governo, para posterior distribuição, provocaria o aumento do valor da terra.

Ao contrário das análises reformistas de esquerda, visões como a de Ignácio Rangel davam ênfase aos aspectos técnicos, visando despolitizar o problema. Consideravam ainda que, mais do que a distribuição ampla de terras, era necessário aumentar a produtividade agrícola pela modernização tecnológica e reorganização da produção em grandes cooperativas capitalistas ou, simplesmente, em grandes empresas, inseridas nos complexos agroindustriais. Para alguns, o campo havia realizado plenamente sua tarefa de apoiar a industrialização do país, e não haveria por que acusar a agricultura de atrasada ou ineficiente; ineficientes seriam as pequenas e micropropriedades, uma vez que as grandes propriedades são as que mais investem em métodos modernos e em utilização de novas tecnologias. Desse modo, a reforma agrária torna-se supérflua.

De forma simplificada, encontravam-se, de um lado, os setores politicamente à esquerda, propondo alterações profundas na estrutura agrária, envolvidos com uma proposta reformista, ligados à corrente do nacional-desenvolvimentismo; de outro, os setores mais conservadores, ligados à proposta de desenvolvimento associado ao capital externo, que propõem a modernização do setor e a ampliação das relações de comércio internacional. Não por acaso, a política voltada para o setor rural dos governos do período do regime militar será voltada para uma modernização de tipo conservadora, sem alteração da estrutura fundiária e privilegiando o setor que produz para o mercado externo (Gonçalves Neto, 1995).

O regime militar instituído em 1964 calou as demandas por terra provenientes dos trabalhadores do campo, porém, os mais diversos setores sociais criticaram duramente a estrutura vigente no meio rural: o latifúndio. Após o golpe, foi aprovado pelo Congresso Nacional o Estatuto da Terra, que se constituiu medida legal para as mudanças na estrutura fundiária, tendo como objetivo não só a reforma agrária, mas também o desenvolvimento rural. Entretanto, no conjunto de forças políticas que se seguiu ao golpe, a idéia de uma reforma agrária que transformasse a estrutura conservadora pautada num processo de desapropriações foi abandonada em prol de um modelo que

pretendia modernizar as grandes propriedades. O motivo pelo qual os militares não davam um caráter político-social à reforma agrária estava relacionado a acreditarem que tudo se resolveria com o progresso econômico. Por meio de incentivos e subsídios fiscais, pretendiam atrair grandes empresas, e essas, ao lado do latifúndio, se modernizariam e aumentariam, assim, a produção, transformando o trabalho camponês em uma forma assalariada, e o latifundiário em grandes empresários rurais. A esse processo denominou-se “modernização conservadora” (Feliciano, 2006).

Para fazer valer o Estatuto da Terra, foram criados dois órgãos: o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), relacionado às questões de reforma agrária, e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola (INDA), voltado às políticas agrícolas para o desenvolvimento rural.

Em julho de 1970, o INDA e o IBRA deixaram de existir e, na mesma ocasião, foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Entretanto, esse organismo foi subordinado ao Ministério da Agricultura, o que não prometia muitos resultados devido à presença de grandes latifundiários no ministério. O que aconteceu, de fato, naquele momento foi uma reestruturação de organismos de reforma agrária que se restringiam à colonização e à regularização fundiária.

O processo de abertura política gerou importantes mobilizações em prol da reforma agrária, porém, como veremos adiante, não modificou a estrutura fundiária de nosso país, fazendo com que o rural brasileiro permaneça concentrado e excludente.

1.2 – Abertura política e a reforma agrária

A modernização que se verificou no processo produtivo da agricultura brasileira nos anos 1970 mostrou que a reforma agrária não era condição indispensável para o desenvolvimento econômico, como diversas correntes de pensamento defenderam, dentre eles Graziano da Silva (1982) e Delgado (1985). Esses estudiosos afirmam que a modernização conseguiu resolver os problemas agrícolas brasileiros; Graziano da Silva, em especial, alega que a reforma agrária não seria a saída ideal para o problema do desemprego. Ainda de acordo com essas correntes, a inserção internacional da

agropecuária brasileira e o controle do mercado nacional pela moderna agricultura exprimem o sucesso da estratégia de modernização agrícola do ponto de vista econômico-produtivo (Oliveira, 2006). Segundo o próprio Graziano da Silva (1994, p. 142):

Minha posição é que a reforma agrária do ponto de vista do desenvolvimento capitalista, do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas no campo não é mais uma necessidade, seja para a burguesia, seja para as classes produtoras.

Cabe destacar que, apesar de não considerarem mais a reforma agrária como uma necessidade, ressaltam que seu caráter conservador acabou por gerar um aumento da concentração fundiária e da renda, assim como o crescimento do desemprego no campo e o intenso êxodo rural, tornando indispensável a adoção de uma política social compensatória, que visasse garantir o mínimo de condições de vida e dignidade àqueles que ficaram à margem dos benefícios do processo de modernização (Alentejano, 1996).

De acordo com essas visões, a política não deve atingir o setor modernizado, já que este se demonstra dinâmico e fundamental para o crescimento do país, devendo ser mantido nestes padrões. Neste contexto, o discurso da reforma agrária tornou-se anacrônico e deixou de representar para estes setores uma alternativa viável de reorganização produtiva. Segundo Graziano da Silva (1994, p. 137), não significa que a reforma agrária não seja uma possibilidade, entretanto,

[...] a reforma agrária hoje é uma necessidade dos trabalhadores rurais, não mais do patronato brasileiro. Se houver reforma agrária ela será feita pela luta dos trabalhadores, não mais por uma necessidade intrínseca do desenvolvimento capitalista. A possibilidade de essa reforma agrária ser feita de forma massiva me parece que se prende exatamente à correlação de forças entre o conflito capital- trabalho no campo brasileiro. Infelizmente, os trabalhadores rurais estão mais do que nunca isolados nessa luta, pela sua incapacidade de sair da luta específica pela sua terra. E as lutas no país pela terra são basicamente lutas específicas pela “sua” terra, não são em geral lutas políticas. Não acho nada de revolucionário na luta pela terra no Brasil. [...] Não acredito que os trabalhadores tenham organização e força para impor à burguesia, não mais agrária, mas à burguesia brasileira, uma transformação profunda na sociedade agrária brasileira.

Ao mesmo tempo, consideram que a pequena produção perde seu

papel, alegando que a maioria dos pequenos agricultores não apresentam condições de sair da situação precária em que se encontram para se transformarem em grandes agricultores desenvolvidos e competitivos, e que sua importância é perdida, uma vez que o agronegócio consegue suprir a maioria das necessidades alimentares do brasileiro, fazendo com que a situação de exclusão dos pequenos agricultores se agrave cada vez mais, sendo necessárias apenas políticas de cunho social, que busquem amenizar esta situação.

Consideram importante, ainda, combinar este modelo de reforma agrária com a pluriatividade, buscando apenas eliminar as distorções sociais causadas pelo processo de modernização e manter a população no campo para evitar o inchaço ainda maior das cidades. Segundo Graziano da Silva (1997, p. 89),

Se nós pudéssemos combinar a atividade agrícola comercial com algum nível de atividade doméstica - artesanal, seja para autoconsumo, produção comercial, com novas atividades, e principalmente com prestação de serviços não-agrícolas, a possibilidade de inserir esses "sem-sem" seria muito maior e com isso recompõe-se a unidade familiar, que estará sendo uma unidade de produção. Se nós conseguirmos recuperar essa idéia de a família ser uma unidade, não apenas de moradia, como também de consumo, de renda e de produção, de viabilizar uma reforma agrária, que não será mais exclusivamente agrícola.

Graziano da Silva (1982) e Delgado (1985) julgam de grande relevância reunir a reforma agrária com outras políticas de cunho social, como a previdenciária e a de geração de empregos não-agrícolas. Portanto, para estes, a reforma agrária não teria como função reestruturar a produção agropecuária brasileira, fato que consideram desnecessário e mesmo perigoso, cabendo a essa política apenas o papel de eliminar as distorções sociais provocadas pelo processo de modernização (Alentejano, 1997).

No entanto, no contexto das mudanças que tiveram como consequência a modernização tecnológica das atividades agropecuárias, aumento de produtividade, agroindustrialização, redução drástica da população rural em relação à urbana, expansão da fronteira agrícola, a demanda por terra permaneceu. Opondo-se, porém, aos anos 1950/60, quando a reforma agrária tinha o apoio de forças políticas e de intelectuais vinculados

ao projeto nacional-desenvolvimentista, nos anos 1970 transformou-se em uma demanda embutida, principalmente, na persistência da luta pela terra, nas reivindicações do movimento sindical e de assessores e intelectuais a ele ideologicamente ligados. Diante da forte repressão aos movimentos sociais que marcou a ditadura militar no Brasil, a demanda por reforma agrária foi sufocada, mas não deixou de se fazer presente, nutrida por lutas que ocorriam de forma desconcentrada (Medeiros, 2002).

Uma segunda vertente do debate sobre a reforma agrária iniciou seu discurso destacando a importância desta como uma política de caráter distributivo, direcionada a sustentar a retomada do crescimento econômico do país e a garantir a segurança alimentar da população. Tal formulação tem como principais defensores Veiga (1991), Abramovay (1992) e Romeiro (1994). Os defensores dessa corrente mostram, por meio dos exemplos históricos, que a garantia da segurança alimentar somente foi conquistada com o apoio à agricultura familiar, já que o modelo fundamentado em grandes unidades patronais não expressa vantagens intrínsecas do ponto de vista produtivo, conforme acontece na indústria, e é mais caro, pois pressupõe a obtenção de lucro, o que não acontece na agricultura familiar. Dessa forma, se justificaria, para eles, a adoção de uma ampla reforma agrária juntamente com uma revisão da política agrícola, de forma a criar um forte setor reformado baseado na agricultura familiar (Oliveira, 2006).

Embora concordem que não se deva atingir diretamente o setor modernizado com a reforma agrária, os referidos autores consideram que se deve fazê-lo indiretamente, pois o apoio estatal através de mecanismos de política agrícola seria direcionado basicamente para o setor familiar, fazendo com que apenas as empresas verdadeiramente eficientes dentro do setor modernizado consigam se manter no mercado.

Em meio à luta contra o regime militar e pela redemocratização do país, que englobava diversos segmentos sociais e diferentes temas, incluindo as reivindicações dos trabalhadores do campo, voltou a ganhar lugar de destaque a demanda por reforma agrária. Assim como destaca Medeiros (2002, p. 29),

[...] o sindicalismo rural, hegemônico pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), realizava atos públicos,

idas massivas às agências regionais do Incra, pedindo desapropriação das áreas de conflito. Nesse processo, geraram-se “oposições sindicais” para combater as direções de sindicatos que eram considerados “acomodados” e “não assumiam a luta”, formaram-se o Movimento dos Atingidos por Barragens, o Movimento do Sem Terra, o Conselho Nacional dos Seringueiros, movimentos que colocavam em pauta os direitos das mulheres trabalhadoras rurais etc. Numa conjuntura em que as lutas populares se constituíam numa dimensão essencial do processo de abertura política que iria conduzir ao fim do regime militar, e em que os trabalhadores do campo reocupavam a cena pública, a questão agrária se redefiniu, mostrou novas faces e acabou por levar à emergência de novos termos para o debate sobre a reforma agrária.

Apesar de não oferecer contribuição teórica significativa para o avanço do debate a respeito da questão agrária, a postura da Igreja é importante para que se possa compreender melhor a extensão concreta do desenvolvimento do capitalismo no campo, pondo às claras não mais dados de crescimento da produção, da produtividade, da intensidade da utilização de insumos modernos ou do aumento da entrada de divisas para o país, mas sim a situação real de miséria e violência a que foram submetidos os trabalhadores rurais. A Igreja tenta passar a mensagem de que se deve considerar o homem no processo de desenvolvimento, o humano sobrepondo-se ao econômico (Feliciano, 2006).

Ainda nesse contexto, o atraso e o moderno foram combinados de maneira contraditória e complementar. Nos anos 1980, esse quadro não sofreu alterações significativas, mesmo com o processo de abertura política e restabelecimento da democracia formal no país. O modelo político e econômico brasileiro, baseado na propriedade de grandes extensões de terra, manteve-se por meio de novos arranjos políticos e novas alianças entre setores da classe dominante e a oligarquia. Tal modelo repressivo e autoritário, existente durante o regime militar, não passou por mudanças consideráveis, após 1985, com o primeiro governo civil depois de 25 anos de ditadura.

As populações rurais foram novamente afastadas das alianças e pactos políticos e a estrutura fundiária permaneceu altamente concentrada, ficando o projeto de reforma agrária, mais uma vez, subordinado a uma política agrícola concebida como asseguradora do padrão de modernização da agricultura.

Logo nos primeiros dias do governo pós-ditadura militar, foi criado o

Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), exclusivamente voltado para o tema, o que não significou grandes transformações, nem mesmo a garantia de realização da reforma agrária que viesse desconcentrar a estrutura fundiária brasileira. A proposta do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) em 1985, e a Constituinte de 1988 demonstraram explicitamente a existência de um complexo jogo de forças políticas que levaram, mais uma vez, à extinção do projeto e à manutenção da estrutura conservadora pré-existente no campo brasileiro (Oliveira, 2006).

A elaboração do PNRA, a princípio, contou com a participação de estudiosos defensores da reforma agrária e dirigentes e assessores sindicais vinculados à CONTAG. No entanto, até a sua aprovação, em outubro de 1985, muitos recuos aconteceram, o que diferenciou radicalmente da proposta inicial lançada no Congresso pela CONTAG. Nesse documento, a reforma agrária aparecia como uma das prioridades do novo governo, contendo alguns dos seguintes termos:

- a desapropriação por interesse social era considerada o principal instrumento de obtenção de terras, marcando uma ruptura com todas as propostas e medidas dos governos militares, que tenderam a encará-la como último recurso e poucas vezes dele lançaram mão; - o programa básico era o de assentamentos. Colonização, regularização fundiária e mecanismos tributários, até então apresentados como alternativas à obtenção de terras por diversas das forças presentes no debate político, apareciam como mecanismos complementares; - a participação das organizações representativas dos trabalhadores rurais estava prevista em todas as fases do processo; - embora com objetivos econômicos, a Proposta era considerada como um programa da área social do governo. (MEDEIROS, 2002, p. 31)

A proposta encontrou resistências em diferentes frentes, incluindo forças representativas dos movimentos sociais rurais, que a consideravam tímida e representativa de instrumentos criados durante o regime militar, e também a oposição dos representantes dos proprietários de terra. A proposta, desse modo, foi culminando na manutenção da antiga ordem social no meio rural. Esta situação se sustentou até o início dos anos 1990, quando algumas desapropriações foram efetuadas e algumas poucas famílias assentadas, ao mesmo tempo em que se iniciou uma abertura de diálogo com os demandantes de terra. Esse quadro permite afirmar que o Estado brasileiro nunca implantou uma política de acesso à terra para os trabalhadores rurais.

A década de 1980 terminou da maneira como os latifundiários tanto almejavam, isto é, sem mudanças eficazes, seja minimamente na legislação, seja nas políticas governamentais.

As décadas seguintes foram de extrema importância para os movimentos sociais rurais, que ganharam destaque no cenário nacional através de um amplo processo de ocupações de terras e luta para a manutenção dos pequenos produtores rurais assentados no campo. Veremos, a seguir, que, apesar de tamanha visibilidade adquirida pelos movimentos de sem-terra, ainda não foi posta em prática, no Brasil, uma política efetiva de reforma agrária.

1.3- Questão agrária no Brasil contemporâneo – de 1990 a 2008

Em 1989, a população brasileira, pela primeira vez após o golpe militar de 1964, foi às urnas em eleições diretas para a presidência da República, elegendo o candidato Fernando Collor de Mello. A proposta daquele governo, assim como a de todos os anteriores, foi de apenas abrandar os conflitos agrários onde as disputas pela terra eram mais acirradas e explosivas.

Fernando Collor renunciou ao governo em 1992, em consequência do processo de “impeachment”, instaurado devido ao seu envolvimento com um grande esquema de corrupção. Assumiu, então, seu vice, Itamar Franco. Durante a rápida passagem pela presidência, Fernando Collor de Mello deixou um número pouco expressivo de projetos de assentamentos e famílias beneficiárias desses projetos. No governo Itamar Franco, um plano de ação para reforma agrária sequer entrou efetivamente na pauta.

No entanto, mesmo sem uma política e meta de reforma agrária, Itamar Franco iniciou um diálogo com os movimentos sociais existentes no campo, em especial com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Na prática, porém, esse governo pouco fez, também, para o avanço da reforma agrária no Brasil (Feliciano, 2006).

Em 1994, novamente por meio do processo de eleição democrática pelo voto, Fernando Henrique Cardoso foi eleito presidente da República. Comparando o governo de Fernando Henrique com os anteriores, pode-se

dizer que, diante de inúmeras mobilizações e manifestações, algumas delas marcadas pela violência, um número ampliado de famílias foram assentadas, incluindo regularizações fundiárias, projetos voltados para os remanescentes de quilombos e assentamentos extrativistas e alguns projetos de reforma agrária. Tais fatos mostram que a reforma agrária, antes de ser uma política propositiva do governo, é a necessidade de resposta à pressão social.

Além disso, esse governo enfrentou as reivindicações lideradas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que tinham como política colocar a nu a terra improdutiva e a grilagem de terra pelos latifundiários. Desta forma, o MST trouxe à tona o questionamento a respeito do pacto das elites sobre a terra e, particularmente, a sua base jurídica. Como contraponto, o Estado buscou criminalizar as lideranças do MST, sendo esta a principal estratégia política do governo FHC para fazer frente aos movimentos sociais (Oliveira, 2001).

O programa de reforma agrária continuava no mesmo direcionamento das políticas anteriores, ou seja, solucionar pontualmente os conflitos fundiários - crédito agrícola e assistência técnica. A novidade apareceu na defesa de uma política que não necessitasse de desapropriações de terras para realizar uma reforma agrária. A intenção de “executar uma reforma agrária estabelecida pela constituição com paz e justiça” torna-se uma contradição no governo de FHC, que presenciou alguns massacres de trabalhadores rurais sem-terra.

Contrariando aqueles que se opõem à reforma agrária, fica bastante claro, diante das conseqüências perversas observadas no processo de “modernização conservadora”, que, conforme afirma Oliveira (2001, p. 205),

[...] qualquer alternativa de remoção da exclusão social no país passa pela Reforma Agrária. Ela tem, portanto, um objetivo social, ou seja, é o caminho para retirar da marginalidade social, no mínimo, uma parte dos pobres. Mas, a Reforma Agrária é também econômica, porque certamente levará ao aumento da oferta de produtos agrícolas destas pequenas unidades ao mercado. A Reforma Agrária, porém, tem que ser também política. Tem que ser instrumento mediante o qual esta parcela da população conquiste a sua cidadania.

A melhor maneira de se realizar a reforma agrária, é até hoje, no Brasil, um grande desafio tanto para aqueles que estão diretamente ligados ao

processo de luta pela terra, cujas dificuldades são imensas, uma vez que têm de enfrentar a estrutura rígida do latifúndio, a polícia, os seguranças particulares, a imensa burocracia do INCRA, da política econômica e agrícola conservadora que se perpetua no país, quanto para os estudiosos do assunto. Analisar a questão levando em consideração as inúmeras transformações sofridas pela agricultura, bem como situar o tema na atualidade sem deixar de lado o histórico da luta pela terra no Brasil e a grande dimensão territorial do país torna o tema cada vez mais complexo e alvo de discussão nos meios acadêmico e político.

Cabe ressaltar que, mesmo processos desarticulados e pontuais, como o brasileiro, evidenciam as potencialidades da reforma agrária como política de distribuição de renda, que pode ser visualizada por meio de estudos relacionados aos assentamentos rurais, que sinalizam para uma considerável melhoria nas condições de vida dos assentados, bem como para um importante crescimento da renda familiar.

Desse modo, fica evidente que, para se falar em reforma agrária, é preciso, obrigatoriamente, uma política com objetivos e metas para a desconcentração fundiária. Fernandes (2000, p. 10) nos aponta que o governo tem tentado solucionar conflitos no campo com algumas desapropriações e com a compra de terra, respondendo às pressões das famílias sem-terra. Segundo o autor,

[...] se as famílias não ocuparem a terra, não há assentamento. Ao denominar a atual política de assentamentos de reforma agrária, ignora-se a história da luta pela terra e respectivamente os seus protagonistas. Ainda, ao mesmo tempo em que uma família é assentada, pelo menos duas são expropriadas ou expulsas. E mais, a supervalorização das desapropriações, muitas vezes, possibilita ao latifundiário adquirir uma área maior do que a que foi transformada em assentamento. Dessa forma, a implantação dos assentamentos cresce simultaneamente à concentração fundiária. Portanto, solucionar a posse é regularização fundiária. Assentamento implantado como resultado de ocupação é luta pela terra. Essas políticas e as compras de terra não são reforma agrária.

Cabe pensar a reforma agrária de maneira plural, sem a formulação de um modelo único, levando em consideração a diversidade regional brasileira e as particularidades de cada local, de modo a apresentar um caráter participativo, levando em consideração as necessidades dos

trabalhadores. Além disso, não se deve descartar a criação de alternativas que viabilizem os projetos de reforma agrária, dentre eles a existência de inúmeras famílias pluriativas, particularmente no caso do Rio de Janeiro, um estado que se destaca pelas características urbanas da população.

O que percebemos, hoje, é que a questão da reforma agrária vai perdendo força ao mesmo tempo em que outras políticas ocupam esse espaço e recebem o nome de políticas de reforma agrária. Nesse contexto, o governo faz propaganda afirmando que está fazendo reforma agrária, enquanto faz outra coisa completamente diferente.

Os conflitos no campo brasileiro não são uma novidade do momento em que vivemos, são expressões do processo de ocupação e desenvolvimento do país. Os conflitos sociais apresentam como característica singular o uso da violência, representada pelo elevado número de assassinatos ocorridos em conflitos no meio rural, como mostra a tabela 1.

Tabela 1 – Comparação dos conflitos no campo (1997 – 2006)

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Conflitos de Terra*										
Ocorrências de Conflito	195	152	277	174	366	495	659	752	777	761
Ocupações	463	599	593	390	194	184	391	496	437	384
Acampamentos					65	64	285	150	90	67
Total Conf. Terra	658	751	870	564	625	743	1.335	1.398	1.304	1.212
Assassinatos	29	38	27	20	29	43	71	37	38	35
Pessoas Envolvidas	477.105	662.590	536.220	439.805	419.165	425.780	1.127.205	965.710	803.850	703.250
Hectares	3.034.706	4.060.181	3.683.020	1.864.002	2.214.930	3.066.436	3.831.405	5.069.399	11.487.072	5.051.348

Fonte: Setor de Documentação da Secretaria Nacional da CPT.

Nesse contexto, buscando lutar pela posse da terra e contra as diversas formas de violência empregadas contra o trabalhador rural, é que a sociedade se articula em movimentos organizados.

Os assentamentos e acampamentos são as principais formas materializadas da luta pelo direito à terra. As ocupações tornaram-se um importante meio de luta pela reforma agrária e aparecem como alternativa para pressionar o Estado, atraindo a opinião pública. Famílias inteiras são convocadas, sem qualquer tipo de associação formal ao movimento; a

participação pode começar em qualquer momento e envolver pessoas das mais diferentes origens e percursos.

Ao longo dos anos 1980 e 1990, as ações do MST obtiveram sucesso, fazendo com que as ocupações se tornassem muito mais constantes e o número de pessoas envolvidas aumentasse significativamente. O MST encontra-se inserido na trajetória de luta dos trabalhadores rurais, mas se apresenta como o movimento de maior destaque por ter uma organização mais sólida, de caráter nacional. Sua lógica baseia-se no binômio de ação acampamento-assentamento.

A questão agrária, hoje, assumiu grande destaque diante da sociedade devido aos freqüentes conflitos no campo e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), já que seus integrantes assumiram o papel de atores principais no que tange à reivindicação pela realização efetiva da reforma agrária no país, o que tem levado a formas diversas de intervenção estatal, através de políticas públicas.

Há muito se colocou a reforma agrária como meta dos diferentes governos que passaram pelo cenário político brasileiro, entretanto os projetos de reforma agrária (assentamentos rurais) só foram efetivamente implementados após intensa reivindicação dos movimentos sociais, que passaram a utilizar os conflitos como estratégia de luta para acelerar a implementação de novos assentamentos (Silva, 2001). Segundo Fernandes (2005, p. 10), quanto mais assentamentos o governo implanta, mais a luta pela terra se espacializa e territorializa, pois “por meio desses processos, os camponeses se (re)criam”.

A política estabelecida por FHC objetivava desarticular o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra em favor da reforma agrária. Nesse sentido, o governo FHC promove o assentamento de algumas famílias e tenta levar a opinião pública a crer que o governo foi responsável pela “maior reforma agrária da história do Brasil” e que as “ocupações são páginas viradas da história”. Contudo, o que o governo pretendia era impedir a territorialização da luta pela terra, uma vez que os estudiosos do governo defendiam a idéia de que, com a implantação de alguns assentamentos rurais, a luta pela terra perderia intensidade, por acharem que o número de famílias sem-terras era igual ao número de famílias acampadas. O que eles não conseguiam entender

era que quanto mais assentamentos o governo implantava, mais a luta pela terra se intensificava (Fernandes, 2001).

Analisando o contexto histórico marcado pela atuação do governo FHC, Fernandes (2001, p. 15) volta a afirmar que

[...] esse novo momento é resultado da inexistência de uma política de reforma agrária, da extinção dos programas, de escassas políticas públicas destinadas ao desenvolvimento dos assentamentos, da criminalização das ocupações e da mercantilização da questão agrária.

Inúmeros estudos apontam para o fato de o número de assentamentos rurais criados nos últimos anos ser o maior da história brasileira, porém quando observada a quantidade de trabalhadores rurais que ainda reivindicam e lutam pela posse da terra, conclui-se que estamos muito aquém da realização de um verdadeiro e efetivo programa de reforma agrária (Oliveira, 2006). Os projetos de assentamentos e as desapropriações criadas até o presente momento não foram suficientes para aplacar os conflitos no campo, uma vez que, segundo Oliveira(2001, p. 205),

[...] essas políticas consistem em tentativas estatais de conciliar interesses contraditórios o que não resolve o conflito, apenas desloca-o, e a Reforma Agrária continua a ser bastante discutida entre o governo e as entidades que a reivindicam e pela sociedade em geral.

A intensificação da questão agrária nos últimos anos pode ser comprovada através de dados relativos às manifestações, apresentados por Fernandes (2001, p. 04), que através da análise dos números, considera estarmos diante de uma das maiores manifestações populares, representadas pela resistênciadados pequenos agricultores.

Comparando os anos 1999 – 2001, observamos a quadruplicação do número de pessoas que participaram das manifestações na luta pela terra e para resistir na terra, que cresceu de 142 mil, em 1999, para 285 mil, em 2000, ultrapassando 900 mil pessoas em 2001.

O que intriga com relação à reforma agrária desse período é o fato de o governo FHC muitas vezes ostentar e divulgar números de assentamentos que não são verdadeiros. Considera regularização fundiária, colonização e reassentamento de populações ribeirinhas como realização de projetos de reforma agrária. Em dezembro de 1995, ainda no primeiro governo

FHC, o presidente da República afirmava na imprensa ter conseguido cumprir a meta de campanha, assentando mais de 40 mil famílias. O MST questionava os números oficiais, apresentando o número de famílias assentadas em 1995 como inferior a 15 mil. Carvalho Filho (2006, p. 26) afirma que,

de acordo com o movimento, a diferença se devia ao fato de que FHC, para chegar à meta de 40 mil famílias assentadas naquele ano, somara títulos de regularização fundiária de processos que vinham de governos anteriores e, ainda, de títulos de posseiros. Para o MST, a meta anunciada pelo governo se referia a 40 mil novas famílias que seriam assentadas.

Em seu segundo mandato, iniciado em 1998, o governo de Cardoso mudou de estratégia e passou a promover uma política agrária repressora, criminalizando a luta pela terra e promovendo uma política de mercantilização da terra. Dessa forma, no ano de 2001, criou duas medidas provisórias: uma que determinava o não assentamento das famílias que participassem das ocupações de terra e outra que determinava a não vistoria das terras ocupadas por dois anos, quando ocupadas uma vez, e por quatro anos quando ocupadas mais de uma vez, além de criar um sistema de cadastro nos Correios das famílias interessadas em receber os benefícios da política de assentamentos rurais (Fernandes, 2003).

Estabeleceu o Banco da Terra, uma política de crédito para compra de terras e criação de assentamentos. Com o crescimento do número de desapropriações, no segundo mandato de FHC, essa política também cresceu. Da mesma forma, extinguiu a política de crédito especial para a reforma agrária, criada durante o Governo Sarney, e a política de assistência técnica, prejudicando centenas de milhares de famílias assentadas, colaborando com a intensificação do empobrecimento dessa população. Soma-se a isso o corte de verbas para a política de educação nos assentamentos, criada a partir de um conjunto de ações do MST.

Como vimos anteriormente, apesar de o governo FHC divulgar que realizou a maior reforma agrária da história do Brasil, essa realidade apresentou algumas conseqüências, como o crescimento do número de famílias acampadas e a precarização dos assentamentos que foram implantados como projetos incompletos, com ausência de infra-estrutura básica,

de crédito agrícola e de investimentos, provocando a descapitalização de centenas de milhares de famílias (Fernandes, 2003).

Há uma grande distância entre os assentamentos implantados na década de 1980 e, principalmente, na década de 1990 pelo governo federal e pelos governos estaduais, com várias carências e equívocos, e a idéia de assentamentos rurais que realmente proporcione condições necessárias para o assentado produzir, levando em consideração as diferenças e particularidades locais e regionais do Brasil, uma vez que vivemos em um país com uma grande extensão territorial. Aindaneste contexto, devem-se destacar as ações de desapropriação e compra de terras pelo governo que representam um retrocesso, pois premiam os interesses especulativos, dando a esses a possibilidade de realizar a renda da terra. Nesse sentido, voltamos a afirmar que não realizou reforma agrária no Brasil, conforme divulgava o governo, mas sim uma política de distribuição de terras com pouca preocupação quanto ao futuro do assentado na terra (Alentejano, 2004).

Alguns momentos isolados da história brasileira, onde as conjunturas política e social se mostravam supostamente favoráveis aos interesses populares, com destaque aos interesses dos trabalhadores rurais sem-terra, como no período de transição da ditadura militar para um governo democrático, em 1985, e após a posse do Governo Lula, em 2003, apresentaram a possibilidade de mudanças na estrutura fundiária brasileira de interesse popular. Todavia, as propostas de mudanças relevantes foram abortadas pelas pressões políticas das classes dominantes, dentro do próprio governo (Carvalho, 2005).

Até o presente momento, o Brasil não vivenciou um processo de reforma agrária devido à influência das classes dominantes, que sempre souberam conduzir e interferir no poder político, e à repressão policial-militar, que não respeita as próprias leis, tratando de enquadrar criminalmente e alijar socialmente os movimentos e organizações sociais do campo. O que se apresenta no campo brasileiro, atualmente, é uma política populista, que vem sempre a reboque das ocupações de terras pelos trabalhadores rurais sem-terra e que sequer foi implantada conforme o previsto, esvaindo-se pela pressão política a favor dos interesses das classes dominantes.

Diante deste quadro assombroso, Carvalho (2005, p. 03) afirma

que,

nos governos FHC e Lula essa tendência à desigualdade social no campo foi fortalecida pelo apoio irrestrito à expansão do agronegócio burguês sob a hegemonia do capital multinacional independentemente das suas conseqüências negativas sociais, ambientais e de capitulação com relação à soberania nacional. Seria inadequado, portanto, se falar de reforma agrária no Brasil, mesmo sob a opção conservadora. Menos ainda no Governo Lula.

Os gráficos 1, 2 e 3 denunciam que a política de assentamentos adotados nos últimos anos pelo governo federal é simplesmente uma resposta à ocupação de terras pelos trabalhadores rurais sem-terra, no campo brasileiro.

Gráfico 1. Brasil - Número de ocupações de Terra de 1988 a 2004.
Fonte: CPT - DATALUTA, UNESP

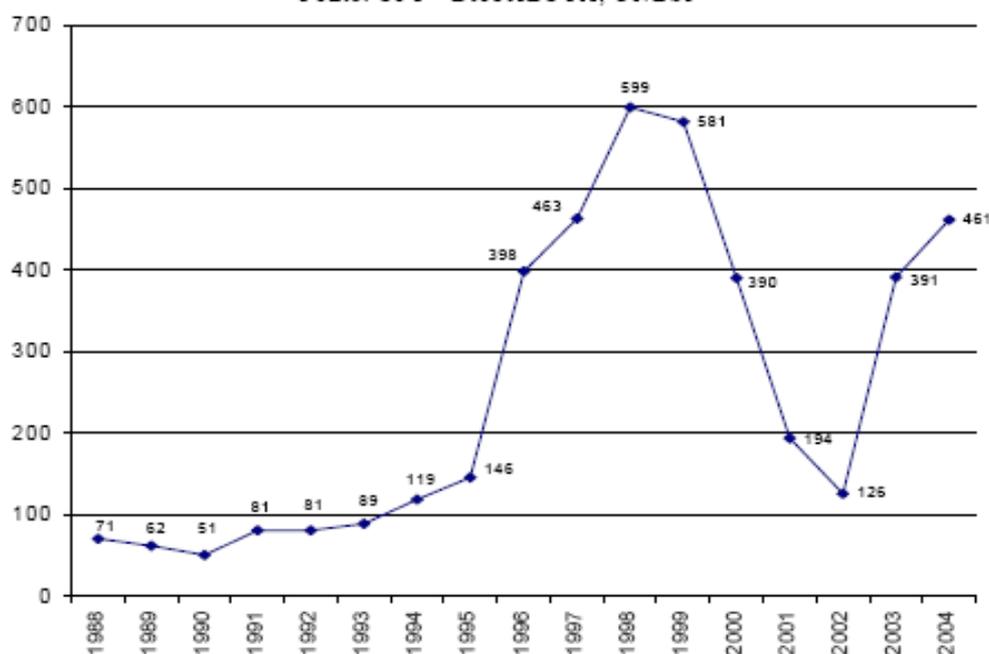


Gráfico 2 Brasil - Ocupações de Terra - Número de Famílias de 1988 a 2004. Fonte: DATALUTA, UNESP

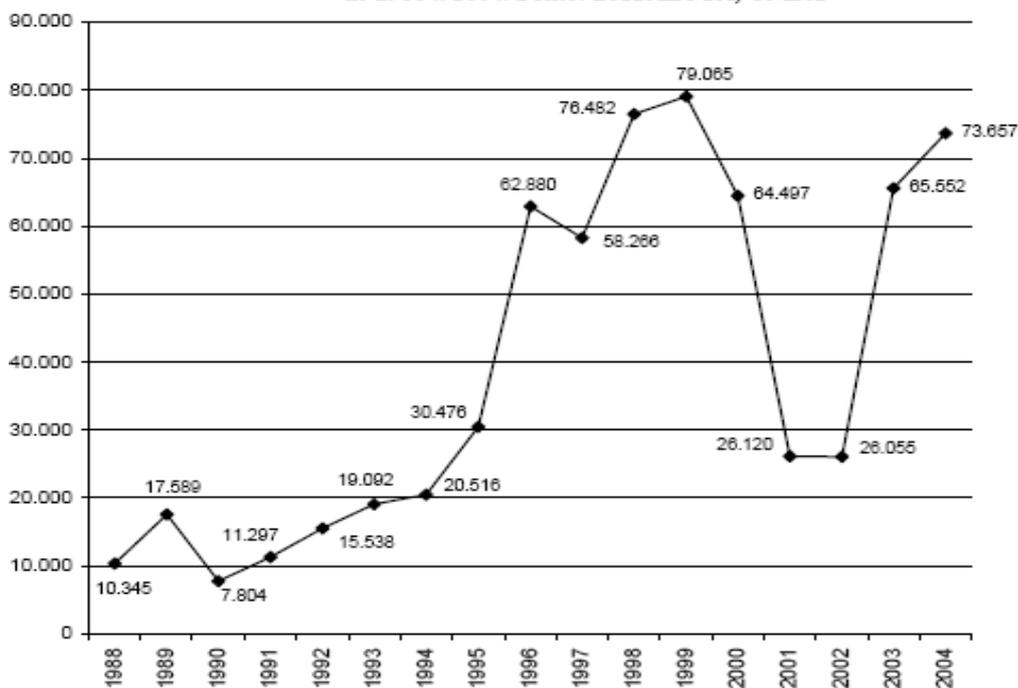
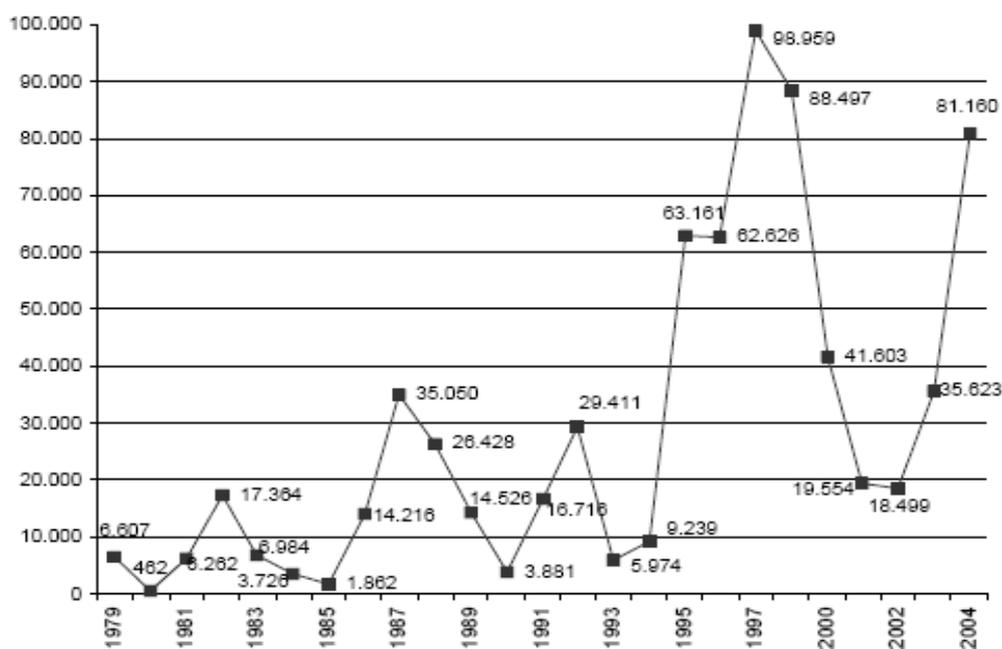


Gráfico 3. Brasil. Número de famílias assentadas. 1979 a 2004. Fonte: DATALUTA, UNESP



Ao analisarmos cuidadosamente os dados apresentados nos gráficos, torna-se possível visualizar o processo reativo do governo brasileiro

ao longo dos anos às ocupações de terras. Nos anos em que o número de ocupações foi bastante elevado, como o de 1997, ou nos anos seguintes, a quantidade de famílias assentadas também foi bastante superior às dos anos anteriores.

A forte pressão exercida pelas elites brasileiras fica evidenciada, na política governamental de Lula, ao instituir ministérios distintos para agricultura e para o desenvolvimento agrário. De um lado, temos o Ministério da Agricultura, representante do grande Complexo Agroindustrial brasileiro e, de outro, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que deveria defender os interesses dos pequenos agricultores e sem-terra. Destarte, Rúa (2006, p. 03) deixa claro que,

não é necessário lembrar a importância que tem sido atribuída, tão desigualmente, a esses ministérios. O primeiro sendo politicamente e economicamente uma das sustentações do governo. O segundo mantém-se relevante politicamente, graças aos movimentos sociais no campo, mas, economicamente, é apenas objeto de políticas compensatórias que podem atuar, até mesmo, como retardadoras do projeto de reforma agrária, que, em princípio, justificaria sua existência.

Assim, o meio rural tem sido percebido na política oficial brasileira apenas como agrícola (ligado à produção), com privilégios para a agricultura de exportação em detrimento da pequena produção, que fica à margem desse processo.

Em novembro de 2003, durante a Conferência da Terra, em Brasília, foi apresentado o 2º Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA (2003), cujas principais metas eram:

Até o final de 2006 serão 400 mil famílias assentadas; 130 mil famílias terão acesso a terra por meio do crédito fundiário e outras 500 mil adquirirão estabilidade na terra com a regularização fundiária. São mais de 1 milhão de famílias beneficiadas e mais de 2 milhões de novos postos de trabalho gerados. Mas o II PNRA vai além da garantia do acesso à terra. Prevê ações para que estes homens e mulheres possam produzir, gerar renda e ter acesso aos demais direitos fundamentais, como saúde e educação, energia e saneamento.

No documento oficial do II PNRA, apresentado no site do Ministério do Desenvolvimento agrário, encontra-se a relação das onze metas do II PNRA(2003) –2003/2006:

- META 1** - 400.000 novas famílias assentadas;
- META 2** - 500.000 famílias com posses regularizadas;
- META 3** - 150.000 famílias beneficiadas pelo Crédito Fundiário;
- META 4** - Recuperar a capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos atuais assentamentos;
- META 5** - Criar 2.075.000 novos postos permanentes de trabalho no setor reformado;
- META 6** - Implementar cadastramento georreferenciado do território nacional e regularização de 2,2 milhões de imóveis rurais;
- META 7** - Reconhecer, demarcar e titular áreas de comunidades quilombolas;
- META 8** - Garantir o reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas;
- META 9** - Promover a igualdade de gênero na Reforma Agrária;
- META 10** - Garantir assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização a todas as famílias das áreas reformadas;
- META 11** - Universalizar o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas.

Os assentamentos planejados estão assim distribuídos: trinta mil famílias em 2003; 115 mil famílias por ano em 2004 e 2005; 140 mil famílias em 2006. O documento também prevê o assentamento de 150 mil famílias para 2007. Trata-se, portanto, de um plano muito menos generoso que a proposta no que diz respeito ao número de famílias assentadas. Essa timidez implica impacto muito menor na concentração fundiária. O documento fonte dessas informações não apresenta previsão de custos e estimativas de tamanho de lote. Tampouco esclarece sobre a preferência que deve ser dada aos trabalhadores acampados, que no caso da Proposta deveriam ser assentados no primeiro ano de vigência do Plano.

O documento governamental dá ênfase às ações de regularização e crédito fundiário. Na Proposta, essas ações são consideradas apenas como complementares. A regularização não é instrumento básico de reforma agrária, embora possa ser utilizada para regularizar pequenas posses em áreas reformadas. Esse caráter complementar também ocorre com o instrumento "crédito fundiário" ou "compra de terras". É interessante lembrar que no passado - último governo militar e governo FHC - esses instrumentos foram utilizados para justificar políticas chamadas de reforma agrária e nada resolveram, mantendo a estrutura agrária vigente (Carvalho Filho, 2006).

No governo Lula, o que se percebe é que apesar da criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que, atrelado ao INCRA, são os responsáveis pela política de reforma agrária no Brasil, apenas "um quarto da

reforma agrária” prevista na Meta 1 (assentar 4000.000 famílias) do II PNRA foi realizada. O que se percebe é que os dados divulgados pelo governo incluem em suas realizações casos típicos de reordenação de assentamentos antigos, regularização fundiária de famílias que ocupam as terras há muito tempo, casos de reassentamentos, ou, em grande parte, simples reordenação fundiária. Desse modo, Oliveira (2006) afirma que o que ocorre, na verdade, é uma clara e intencional confusão na divulgação dos dados, já que o INCRA passou a considerar regularização fundiária como reforma agrária, assim como era feito no governo FHC. Nesse sentido, Oliveira (2006, p. 12) analisa os dados do MDA/INCRA e volta a afirmar que

[...] feitos os “expurgos” e a reclassificação possível com as informações divulgadas, (...)o MDA/INCRA assentou em projetos de reforma Agrária da Meta 1 do II PNRA no ano de 2005, pouco mais de 45 mil famílias incluídos neste total os assentamentos em terras desapropriadas, compradas e em terras públicas.

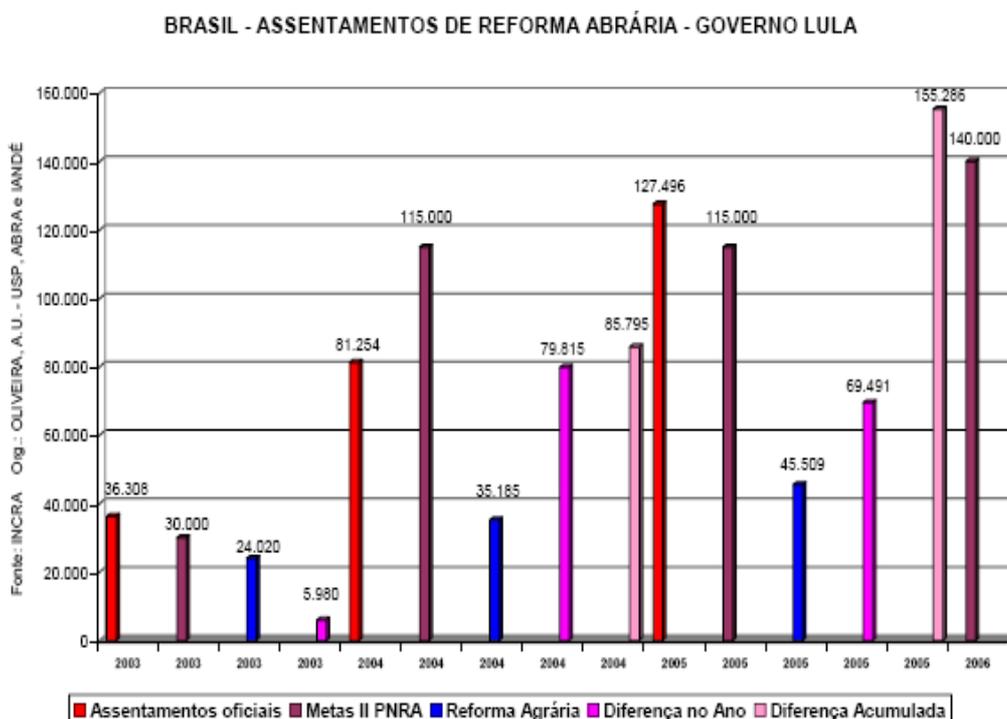
Diante dos fatos apresentados, Oliveira (2006, p. 07) julga necessário distinguir os atos governamentais praticados pelo INCRA e que resultam em estatísticas da reforma agrária em quatro classificações:

1. **Reordenação Fundiária:** refere-se aos casos de substituição e/ou reconhecimento de famílias presentes nos assentamentos já existentes, e/ou para garantir seus acessos às políticas públicas;
2. **Regularização Fundiária:** refere-se ao reconhecimento do direito das famílias (populações tradicionais, extrativistas, ribeirinhos, pescadores, posseiros, etc.) já existentes nas áreas objeto da ação (flonas, resex, agroextrativistas, desenvolvimento social, fundo de pastos, etc.);
3. **Reassentamentos Fundiários de famílias Atingidas por Barragens:** referente aos proprietários ou com direitos adquiridos em decorrência de grandes obras de barragens e linhas de transmissão de energia realizadas pelo Estado e/ou empresas concessionárias e/ou privadas;
4. **Reforma Agrária:** refere-se somente aos assentamentos decorrentes de ações desapropriatórias de grandes propriedades improdutivas, compra de terra e retomada de terras públicas griladas.

O INCRA possui condições para classificar como assentamentos de reforma agrária somente aqueles que foram objetos de atos desapropriatórios ou compra em região onde esses atos desapropriatórios não podem ser realizados. Entretanto, não é isso que se percebe quando os números da reforma agrária são divulgados pelo governo. O que o

MDA/INCRA tem feito é agregar os números das diferentes metas informando como se todas fossem relativas à Meta 1 – Novas famílias assentadas. A análise do gráfico 4 nos permite afirmar os fatos e nos mostra com clareza que mais este governo não realizará a reforma agrária.

Gráfico 4



A reforma agrária no governo Lula não foi capaz de alterar a estrutura fundiária brasileira; a esperança depositada neste governo foi em vão, já que o que se vê é uma política favorável a manutenção do latifúndio, sem a pretensão de atingir o monopólio da terra. Destarte, Oliveira (2006, p. 27) deixa claro seu ponto de vista sobre a reforma agrária, após a análise do último governo do presidente Lula,

não há outro caminho para os que sempre lutaram pela reforma agrária, continuar seguindo a palavra de ordem talvez mais antiga: **“a luta continua”**. Mas, agora, com a certeza de que há inimigos da reforma agrária também, no interior do Partido dos Trabalhadores. O caminho talvez seja, reforçar ainda mais o rubor da vergonha e, encontrar no vermelho das marchas, as retomadas das ocupações e da luta.

Mais uma forma de pensar a reforma agrária, presente no debate brasileiro, até os dias de hoje, a concebe como uma das políticas centrais

voltadas para o redimensionamento do modelo brasileiro de desenvolvimento. Com algumas nuances, essa visão é defendida por Leite (1992), Stédile (1993; 1994), Fernandes (2001; 2003), Oliveira (2001; 2006) dentre outros.

A luta pela reforma agrária baseia-se num questionamento à modernização agrícola brasileira, que não é considerada tão bem sucedida como destacam os defensores das duas outras correntes apresentadas, já que seria insustentável ecologicamente, socialmente perversa e economicamente cara. Esses autores destacam que não se pode pôr de lado a maneira como foi construído este modelo e deve-se, necessariamente, levar em consideração tal fato no debate da reforma agrária que se pretende implementar no Brasil (Alentejano, 1997).

O modelo atualmente empregado no campo brasileiro, na concepção desses autores, é insustentável, e os inúmeros movimentos sociais que lutam pela posse da terra, hoje, mostram quão desumano ele é. Destarte, a reforma agrária é pensada como se estivesse inserida num conjunto de reformas que engloba os mais diferentes setores (financeiro, industrial, tecnológico, educacional etc), a fim de que sirva como modelo de desenvolvimento verdadeiramente mais democrático, representando o interesse e a luta das camadas populares.

A outra característica da reforma agrária é que necessariamente ela precisa devolver a cidadania aos trabalhadores, os direitos mínimos que qualquer cidadão deveria ter, e isso nós não vamos conseguir no capitalismo. Direito à educação, à saúde, a votar sem o cabresto do patrão. Oitenta por cento dos assalariados rurais no campo não têm Carteira Profissional. Não chegou a aposentadoria, que é de apenas meio salário mínimo. Como se resolve isso? (STÉDILE, 1994, p. 319)

Nesse sentido, a reforma agrária seria mais um instrumento da construção e realização da cidadania da classe trabalhadora e, dessa forma, parte da elaboração de um modelo novo de desenvolvimento, o que para alguns é identificado com a construção de uma sociedade socialista no país (Alentejano, 1997).

Em recente entrevista realizada durante o 5º Congresso Nacional do MST, em Brasília, o líder João Pedro Stédile reacendeu o debate sobre a reforma agrária ao admitir que o modelo de assentamento defendido pelo MST e realizado pelos últimos governos há duas décadas, está esgotado. Tal

declaração marca uma mudança no discurso dos sem-terra, que conquistaram espaço, como vimos anteriormente, à frente de grandes ocupações e protestos pela distribuição de terras improdutivas.

Neste contexto, outros estudiosos do tema entraram no debate. Dentre eles, aqueles que julgam que a reforma agrária não se faz mais necessária, como Xico Graziano (2007, p. 18), que afirma que “a reforma agrária era uma causa justa nos anos 60, quando se plantava com enxada, mas foi superada pela modernização do campo. Fui chamado de herege quando afirmei isso pela primeira vez, há mais de 15 anos.”.

Contrariando a afirmação acima, Leite (2007) deixa claro que a existência de 200 mil famílias acampadas mantém a reforma agrária entre as prioridades do país. Ele contesta a idéia de que a plantação extensiva de soja e cana-de-açúcar seja a única solução para o meio rural brasileiro. Otimista com a queda da evasão nos assentamentos rurais, Leite elogia alguns projetos federais como o Luz Para Todos e o Programa de Aquisição de Alimentos, mas lamenta que a reforma agrária tenha ficado de fora dos investimentos previstos no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) - lançado pelo governo federal no ano de 2007 - , o que mostra a força dos grandes produtores no governo.

Em seu discurso, Stédile afirma que a luta pela reforma agrária deve deslocar-se para novas causas, como o combate ao cultivo de transgênicos e às empresas transnacionais. Frente a essa realidade, o MST formulou um Programa Agrário, atualizando a amplitude de sua proposta política para o campo. A atual proposta de reforma agrária do MST pretende combinar distribuição de terras com um amplo programa de acesso à educação, à saúde e à alimentação saudável. Stédile (2007, p. 18) afirma que as necessidades da base do movimento são bem maiores que a terra.

Não existe mais probabilidade de realizar a Reforma Agrária que o MST sonhava há 20 anos. Temos que refletir um outro tipo de proposta, que nós chamamos de Reforma Agrária popular, mas isso só acontecerá se mudar o sistema econômico.

Diante dos caminhos apresentados pela política de reforma agrária no Brasil, pode-se concluir que o debate acerca da melhor maneira de realizá-

la passa por diferentes concepções e que a unanimidade jamais será atingida, uma vez que a riqueza do Brasil permite a análise sob diferentes óticas. Torna-se impreterível, entretanto, que o governo brasileiro dê voz aos diferentes grupos sociais que lutam pela terra há tantas décadas e que passe a examinar e realizar com maior empenho suas reivindicações.

No capítulo seguinte, buscaremos analisar como o governo brasileiro agiu diante dos clamores exercidos pela parcela da sociedade que luta por terra e por justiça no campo.

CAPÍTULO 2 - A POLÍTICA ADOTADA PELO ESTADO BRASILEIRO PARA A REFORMA AGRÁRIA: OS ASSENTAMENTOS RURAIS

Ao observarmos as políticas públicas postas em prática no Brasil, ao longo das últimas décadas, torna-se claro que não existiu efetivamente uma política de reforma agrária, mas sim uma política voltada para a implantação de assentamentos rurais, criados com o objetivo de diminuir as pressões exercidas por movimentos sociais rurais no espaço rural brasileiro. Para tanto, tentaremos analisar, no próximo item, como foi executada tal política, que se encontra muito aquém das reais necessidades dos agricultores rurais sem-terra.

2.1.- Origem do movimento de luta pela terra

A luta pela terra no Brasil tem sua origem no período colonial quando índios e negros foram expropriados e escravizados. Ambos os povos não foram passivos diante dessas situações. A história brasileira é um testemunho da resistência indígena à dominação portuguesa e da defesa de suas terras. Alguns conflitos resultaram na formação dos maiores latifúndios do Brasil, nos séculos XVII e XVIII. A resistência negra foi feita desde a chegada dos primeiros escravos africanos ao Brasil, quando muitos fugiam dos engenhos e fazendas e se escondiam em lugares de difícil acesso, nas montanhas e nas matas (Andrade, 2002).

Os movimentos de luta pela terra não se extinguíram no período

colonial, de modo que o Brasil não se mostrou disposto a resolver o problema do acesso à propriedade da terra, dando oportunidade aos pequenos produtores. Estes tiveram, no máximo, condições de cultivar terra alheia, pagando por isso e ficando inteiramente dependentes do proprietário, que podia despejá-los a qualquer momento, sem indenização por suas plantações. Muitos dos movimentos surgidos no Brasil, durante a república ficaram famosos, dentre eles o de Canudos, no sertão da Bahia, e o do Contestado, no Paraná e Santa Catarina.

Nos meados do século XX, as organizações camponesas se tornaram mais freqüentes, utilizando meios de comunicação modernos. Portanto, após a queda do Estado Novo, o Partido Comunista do Brasil, que esteve por um período na legalidade, tentou organizar os camponeses localizados nas proximidades dos centros urbanos, geralmente produtores de tubérculos, legumes e frutas, em Ligas Camponesas, utilizando métodos cooperativistas na comercialização da produção (Andrade, 2002).

Anos depois, na década de 1950, com a difusão do capitalismo no campo e com a expansão dos canaviais no Nordeste por áreas antes produtoras de alimentos, organizou-se a associação que popularmente passou a se chamar Ligas Camponesas, que tiveram em Francisco Julião o seu grande propagador e articulador, dando a elas uma dimensão nacional. Segundo Andrade (2002), era, sobretudo, um movimento de pequenos produtores, arrendatários ou “foreiros” e posseiros que reivindicavam o direito à propriedade da terra, e tinha como lema “a reforma agrária na lei ou na marra”. Esse movimento adquiriu projeção internacional e uma enorme influência, estendendo sua atuação também aos assalariados rurais, passando, após a promulgação do Estatuto do Trabalhador, a organizar sindicatos de assalariados agrícolas.

A promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, permitiu o desenvolvimento de uma intensa atividade de organização sindical rural, reunindo, sobretudo trabalhadores assalariados das áreas dominadas pela grande lavoura. O Partido Comunista Brasileiro, juntamente com as Ligas Camponesas e setores progressistas da Igreja Católica, com a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), passaram a disputar influência na área. Essa disputa foi positiva para os trabalhadores porque tornou a sindicalização

rural uma realidade e impediu que o golpe de 1964 destruísse o movimento sindical, como fez com as Ligas Camponesas. No movimento sindical, foram atacados não os sindicatos, mas as lideranças mais comprometidas com os interesses do povo, substituídas por lideranças preparadas em grande parte pela Igreja.

De acordo com o modo de pensar daqueles responsáveis pelo golpe de 1964, uma eficiente política de colonização poderia conter a luta pela reforma agrária, chegando alguns dos seus defensores a afirmar que a reforma agrária nada mais era do que um grande projeto de colonização (Andrade, 2002). A intensa repressão militar não conseguiu apagar o movimento camponês e, apesar dela as várias federações de trabalhadores rurais fundaram a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), reunindo sindicatos rurais, e se formaram numerosos grupos de trabalhadores que lutavam pela reforma agrária.

A CONTAG passou a representar ante o Estado e a sociedade, de forma unificada, a enorme diversidade de segmentos no campo, e a centralizar as organizações sindicais. O golpe militar de 1964 não implicou o desaparecimento da entidade. Como vários sindicatos provenientes da ação da Igreja Católica haviam sido relativamente poupados do processo de intervenção, foi possível restabelecer uma rede sindical nacional, que se consolidou no final dos anos 1960 e durante os anos 1970. Por seu esforço de constituição e de representação de uma “unidade de classe”, no final dos anos 1970 e início dos 1980, a CONTAG passou a se constituir em importante referência nacional, através de seu apelo aos direitos, reconhecidos em lei, mas não respeitados - entre eles, o acesso à terra (Medeiros, 2002).

Tendo como base de apoio o Estatuto da Terra, a Confederação, a cada conflito fundiário de que tomava conhecimento, encaminhava ofícios às deferentes instâncias do Estado (INCRA, Ministério da Agricultura, Gabinete da Casa Civil, Presidência da República etc.) narrando a natureza do conflito e solicitando a desapropriação da área em questão. Essas ações foram muito importantes na socialização, entre os trabalhadores do campo, da demanda por reforma agrária e do conhecimento da lei que demarcava seus contornos, mantendo viva a crítica ao “latifúndio”. Através da ação da CONTAG, o tema da desapropriação dos latifúndios e das áreas de conflito constituiu-se no cerne

da demanda por reforma agrária, fazendo com que ela, de modo crescente, fosse socialmente traduzida e entendida nos termos do Estatuto da Terra (Medeiros, 2002).

Em meados dos anos 1970, começaram as críticas à prática sindical da CONTAG e à ação levada a efeito no cotidiano pelos sindicatos. A ação da Confederação era classificada como ineficaz por basear-se principalmente em denúncias de situações concretas junto aos poderes públicos, e pouco efetiva no estímulo da organização e mobilização dos trabalhadores para pressões. Nesse contexto, a CONTAG foi levada a se posicionar em relação à sua própria trajetória e em relação às censuras que vinha sofrendo. No seu III Congresso realizado em 1979, ela reiterou a reforma agrária como a grande bandeira do sindicalismo, definindo-a como ampla, geral, massiva, imediata e com a participação dos trabalhadores em todas as etapas e níveis. Mas, sobretudo, estimulava as ações de resistência na terra e as pressões coletivas para que as desapropriações se realizassem.

Esse congresso marcou a visibilidade nacional do sindicalismo rural, tornou conhecidas as demandas dos trabalhadores rurais, após um longo período de intensa repressão, e costurou estreitamente a luta por reforma agrária ao conjunto de reivindicações que se delineavam na sociedade, constituindo-se num dos pontos centrais pela redemocratização do país. Nesse sentido, Medeiros (2002, p. 47) afirma

[...] desde então a CONTAG também tornou-se uma força política significativa, cuja adesão passou a ser disputada no bojo dos embates que marcaram os primeiros anos da década de 80, quer em torno da formação de centrais sindicais, quer em relação aos temas que selariam os acordos que marcaram a constituição da Aliança Democrática e a derrota do regime militar.

Ao longo desses anos, também fortaleceu-se no interior do sindicalismo rural um movimento de oposições sindicais, portadoras de críticas não só à estrutura sindical vigente, mas também às práticas cotidianas dominantes no sindicalismo. Em 1983, com a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), era notável nela a presença das oposições sindicais rurais, criando-se um novo campo de disputa com a CONTAG, que se alinhara com outra central sindical criada, a Conferência Nacional das Classes

Trabalhadoras (CONCLAT). Essas ligações ofereciam aos sindicatos de trabalhadores rurais possibilidades de escapar das malhas do poder local e acesso a uma linguagem através da qual os diferentes segmentos de trabalhadores expressavam suas demandas.

É também a partir dessa rede que se pode entender o crescente peso que ganhou a oposição às estratégias políticas da CONTAG, possibilitando a constituição de uma clara divisão no interior do sindicalismo rural, com a formação do grupo que passou a ser denominado os “rurais da CUT”. A divisão no interior do sindicalismo rural manifestou-se já no início da Nova República, em relação à Proposta do PNRA, que teve todo apoio da CONTAG e recebeu severas críticas por parte de sindicalistas da CUT e do MST que, nesse momento, atuava em muitos sindicatos. Acreditando na possibilidade de uma reforma agrária através da iniciativa política do governo, a CONTAG procurou negociar e recusou as ocupações de terra, já usadas pelo MST, como forma de pressão (Medeiros, 2002).

Perseguida internamente pela disputa com o sindicalismo cutista, que passou a dirigir vários sindicatos e algumas federações de trabalhadores, enfrentando a disputa com o MST como porta-voz da demanda por reforma agrária, a CONTAG acabou por aceitar as ocupações como estratégia de luta pela terra. A partir dos anos 1990, passou a investir fortemente num projeto que dava realce à agricultura familiar, ao mesmo tempo em que o MST ganhava crescente visibilidade e autenticidade na luta por terra.

No bojo do processo da luta pela terra, surge, em 1975, a Comissão Pastoral da Terra, a partir da iniciativa de bispos católicos, sobretudo das regiões Norte e Centro-Oeste, áreas marcadas pelas lutas de posseiros contra os grandes capitais, que se apoderavam das terras de fronteira, ameaçando-os de expulsão. Em pouco tempo, o trabalho da CPT expandiu-se para outros estados do Brasil e, em 1979, já tinha 15 regionais espalhadas pelo país. A CPT constituiu-se como entidade de apoio às lutas do campo, em especial às lutas por terra. Como tal, apoiava os trabalhadores para que se organizassem, resistissem e defendessem seus interesses. Como mediadora dos conflitos e produtora de uma linguagem através da qual eles podiam se expressar, teve um papel central na própria construção desses interesses. Criando espaços de reflexão e discussão por intermédio das comunidades

eclesiais de base, foi fundamental na crítica às práticas dos sindicatos, organizando os trabalhadores para disputar a direção daquelas entidades que considerava “pelegas”, na análise das condições de vida dos trabalhadores e no incentivo a que eles buscassem refletir sobre elas. Devido a sua situação institucional como Igreja, pôde ainda chamar atenção para situações de violência que, no contexto repressivo dos anos 1970, não encontravam outro porta-voz (Medeiros, 2002).

O trabalho diário da CPT, nos locais onde se implantou, baseava-se na reinterpretação da Bíblia, produzindo, através dela, uma “teologia da terra”. As suas concepções centrais sobre o tema da terra tiveram legitimação através do documento “Igreja e Problemas da Terra”, aprovado na 18ª Assembléia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1980. Nesse documento, a Igreja denunciava a injustiça social, censurava o modelo econômico que vigorava, o perfil da modernização, o grau de exploração dos trabalhadores e fazia a defesa da função social da terra e dos meios de produção.

A Igreja defendia a reforma agrária do mesmo modo que as diversas forças sociais a situavam: ela deveria ser acompanhada de uma política agrícola adequada e de indispensáveis medidas complementares, apresentando-se como saída tanto para a crise política, econômica e social do país, quanto para a fome. Também na sua concepção, a desconcentração da propriedade e, conseqüentemente, da renda e do poder, seria fundamental para firmar a democracia (Medeiros, 2002).

Medeiros (2002) afirma, ainda que ao longo dos anos 90, a CPT deu ênfase à preocupação de não isolar a questão agrária, fazendo dela o eixo central da luta pela democracia. Também apresentou o que ela chama um “novo enfoque”, que parte da noção, desenvolvida por José de Sousa Martins, de que a proposta de reforma agrária derrotada na década de 1980 não foi a dos trabalhadores, mas a dos grupos de mediação, que reduziram a reforma agrária a uma questão econômica. Segundo a CPT, o novo enfoque da reforma agrária é mais complexo, “valoriza mais a pessoa humana – as pessoas marginalizadas e suas necessidades”. Para ela, a reforma implicava uma transformação de toda a sociedade, de uma situação em que os trabalhadores do campo eram, a cada dia, mais excluídos. Isso se revelava em ter ensino,

assistência médica e hospitalar, local e tempo para descanso, lazer e festa, direito de ser diferente, de participar e decidir, de proporcionar aos filhos um futuro digno (CPT, 1991).

Ao longo dos anos 1970, ainda nesse contexto de demanda por terra, algumas organizações não governamentais tiveram um papel importante na articulação de movimentos emergentes, na formação de lideranças por intermédio de cursos voltados especialmente para esse fim, no fornecimento de uma linguagem através da qual se expressavam as análises do momento vivido, na apresentação de novos problemas, na organização de debates e no estabelecimento de redes que possibilitaram uma intensa circulação de conhecimento entre a pesquisa que se faziam nas universidades e as organizações de trabalhadores rurais, abastecendo-as, assim, de argumentos dos quais elas estavam, num primeiro momento, privadas (Medeiros, 2002).

Dentre tantos movimentos de organização dos trabalhadores rurais, um deles se destaca enormemente no cenário nacional, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Segundo Fernandes (2000, p. 83), o MST teve um período de gestação, de 1979 a 1985, aproveitando a fase em que o regime militar começava a se deteriorar e a experiência adquirida pela luta camponesa das décadas de 1950, 1960 e 1970. Nesse contexto, em 22 de janeiro de 1984, surge o MST, cujos fins eram:

1) lutar pela reforma agrária; 2) lutar por uma sociedade justa, fraterna e acabar com o capitalismo; 3) integrar à categoria dos sem-terra, trabalhadores rurais, arrendatários, meeiros, pequenos proprietários, etc.; 4) a terra para quem nela trabalha e dela precisa para viver.

A princípio, o MST partiu para a ofensiva, principalmente nos estados do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, invadindo propriedades que julgavam improdutivas, com verdadeira multidão de invasores. O processo de tomada da terra era dividido em duas fases: a ocupação e o assentamento, ou consolidação. O MST possuía assessores com formação científica comprovada, como Bernardo Mançano Fernandes e José de Souza Martins, que elaboraram a sua filosofia à base da ação, da prática do trabalho diário. Alguns líderes surgiram ao longo desse percurso, e são deslocados para diferentes pontos do território nacional. O movimento evita se transformar em

organização religiosa, apesar de receber apoio da CPT, mas sem se integrar a ela; sindicato, apesar de receber apoio da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e muito menos, partido político, apesar de suas vinculações com o PT (Andrade, 2002). A CPT foi a principal articuladora em todo esse processo, e teve papel fundamental para a formação do MST, por meio das ComunidadesEclesiais de Base (CEBs).

As diferentes concepções de luta desenvolvidas pelas instituições que apoiavam o movimento criaram embates, pois muitas vezes essas organizações tentavam interferir nas decisões dos trabalhadores. A superação dos embates só foi possível após o reconhecimento da autonomia dos trabalhadores e das competências de cada instituição. De diferentes formas, persistiu sempre a concepção que ocupar é a solução. A busca incessante pela autonomia política do movimento muito contribuiu para o reconhecimento e espacialização do MST pelo Brasil. Fernandes (2000, p. 83) deixa explícito que o MST não é resultado de uma proposta política de um partido, não é originário de uma determinação da Igreja nem do movimento sindical. “Embora tenha recebido apoio da conjugação dessas forças políticas, o MST é uma realidade que surgiu da lógica desigual do modo capitalista de produção”.

Ao longo de sua trajetória, o MST tem se destacado pela crítica intolerante ao latifúndio e pelo apelo às ocupações de terra, mas progressivamente manteve suas ações dentro dos limites legais, até mesmo como forma de se legitimar ante a opinião pública. Assim, as ocupações de terra se verificaram, sobretudo, em propriedades improdutivas, ou seja, legalmente passíveis de desapropriação, o que lhe garantia um espaço de negociação. Medeiros (2002, p. 51) deixa claro em seus estudos a enorme visibilidade atingida pelo movimento ao longo de sua trajetória.

[...] a sua ênfase em ações espetaculares, com grande repercussão nos meios de comunicação de massa (acampamentos, ocupações massivas, marchas), a sua rápida expansão pelo Brasil e a sua capacidade de se reproduzir através de investimentos nas áreas desapropriadas, tanto no que se refere à produção/comercialização, como à formação técnica e política dos assentamentos, fizeram dele um movimento extremamente ágil e capaz de recolocar, mais uma vez, a reforma agrária na ordem do dia.

A valorização do trabalho feminino pelo MST foi de extrema importância, uma vez que no meio rural a mulher e as crianças acompanham o

homem nos trabalhos diários, e também participam ativamente da ocupação de terras, assegurando uma formação política e profissional aos jovens.

Apesar da grande integração existente no interior do MST, alguns grupos dissidentes ou paralelos se formaram, como o Movimento de Luta Pela Terra, o Movimento das Comissões de Luta, o Movimento de Libertação dos Sem Terra, a Liga Operário-Camponesa, o Movimento Brasileiro dos Sem Terra, o Movimento dos Agricultores Sem Terra, o Movimento Unificado dos Sem Terra etc. (Fernandes, 2000). Há ainda uma série de movimentos sociais isolados, que atuam regionalmente.

Consciente da grande diversidade regional do Brasil, o MST procura adaptar sua ação a cada área do país. Estas ações quase sempre são combatidas pelos latifundiários das áreas onde eles tentam iniciar as suas atividades, o que tem provocado conflitos armados em que vários dos seus líderes são assassinados. Os assassinatos não atingem só os camponeses, mas também os militantes que os apóiam, como padres, advogados e cientistas.

A ocupação de terras é uma forma de luta da classe camponesa na busca da criação, recriação e reprodução de um modo de vida baseado principalmente na autogestão e na liberdade. A modernidade da luta camponesa apresenta-se com o acúmulo da experiência camponesa em unir o sentido e significado da ocupação em um componente extremamente político, coerente e ágil, reinventado pela luta dos sem-terra: o acampamento. As ocupações de terras realizadas em processo coletivo organizado como forma de luta camponesa ressurgiu no final da década de 1970 e início dos anos 1980 (Feliciano, 2006).

A ocupação é discutida por Fernandes (2001) como uma forma de organização decorrente da necessidade de sobrevivência, construída por meio da realidade em que se vive. É um momento de ruptura com a atual condição, negando sua presença e projetando sua esperança, o que, talvez, seja um dos fatores da desistência de muitas famílias antes de ocuparem uma área ou logo após sua ocupação. As divergências político-jurídicas com relação a esses processos iniciam-se desde sua forma de concepção. O termo *ocupação* é utilizado pelos camponeses e sua base de apoio e sustentação, como a Igreja, partidos políticos, ONGS, outros movimentos sociais etc. O termo *invasão* é

utilizado por aqueles que vêem essa forma de luta como um ato ilícito, criminoso e ilegal. A mídia, por exemplo, acaba por disseminar para a população uma concepção impregnada de preconceitos e desinformações (Feliciano, 2006).

Na formação do MST, os sem-terra criaram diferentes metodologias de luta, desenvolvidas na trajetória da luta pela terra. A superação de suas realidades começa com a decisão a respeito da participação na ocupação da terra. Para tanto, pressupõe-se que somente através da ação poderão encontrar resultado para a situação de miséria em que vivem. A partir daí, as medidas práticas devem ser tomadas, como qual terra ocupar e onde ocupar, uma vez que a grande quantidade de latifúndios cria tal incerteza. Tomada a decisão, fica indefinido apenas o momento exato da ocupação. Essa ação possibilita que os trabalhadores sem terra venham a público, intervindo na realidade, socializando a luta, construindo espaços de lutas e resistência.

Participar de uma ocupação depende, muitas vezes, dos argumentos defendidos pelas lideranças nas reuniões com o grupo, sendo de suma importância a escolha de líderes que transmitam confiança e responsabilidade na defesa da ocupação. Outra forma de convencimento é através de visitas a acampamentos e assentamentos, ou quando os assentados dão testemunho de suas lutas. Os assentados possuem um papel muito importante nesse processo de luta pela terra, pois contribuem para a organização de uma ocupação, cedendo alimentos cultivados por eles, emprestando seus caminhões para o transporte das famílias e máquinas para o primeiro plantio nas terras ocupadas. Essas ações resultam da percepção de que a luta pela terra não termina com a conquista da terra, mas continua na formação de novos grupos e na luta contra o latifúndio (Fernandes, 2000).

As ocupações apareceram como alternativa para pressionar o Estado, criando fatos políticos e atraindo a atenção da opinião pública. Tiveram início no Rio Grande do Sul, ainda no final dos anos 1970, e rapidamente passaram a acontecer em Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, tornando-se a principal forma de luta por reforma agrária e, mais do que isso, elemento central na constituição de uma entidade política.

Fernandes (2000, p. 03) volta a discutir a importância das

ocupações de terras, que devem ser entendidas como uma forma de luta popular de resistência do campesinato. Nesse sentido, afirma:

Primeiro, é preciso dizer que a ocupação é uma ação decorrente de necessidades e expectativas, que inaugura questões, cria fatos e descortina situações. Evidente que esse conjunto de elementos modifica a realidade, aumentando o fluxo das relações sociais. São os trabalhadores desafiando o Estado, que sempre representou os interesses da burguesia agrária e dos capitalistas em geral. Por essa razão, o Estado só apresenta políticas para atenuar os processos de expropriação e exploração, sob intensa pressão dos trabalhadores. A ocupação é, então, parte de um movimento de resistência a esses processos, na defesa dos interesses dos trabalhadores, que é a desapropriação do latifúndio, o assentamento das famílias, a produção e reprodução do trabalho familiar, a cooperação, a criação de políticas agrícolas voltadas para o desenvolvimento da agricultura camponesa, a geração de políticas públicas destinadas aos direitos básicos da cidadania.

No decorrer do acúmulo de experiências, os sem terra passaram a conjugar várias formas de luta, que podem acontecer separadas ou concomitantemente com ocupações de terras. São as marchas ou caminhadas, as ocupações de prédios públicos e as manifestações diante de agências bancárias. Esses atos intensificam as lutas e aumentam o poder de pressão dos trabalhadores nas negociações com os distintos órgãos do governo.

Cada ocupação resulta na conquista de um assentamento. As ocupações massivas possibilitam a mudança no sentido da ocupação que deixa de ser somente pela conquista de uma determinada área e passa a ser o assentamento de todas as famílias, de modo que uma ocupação pode resultar em vários assentamentos. O critério principal para assentar as famílias passa a ser o tempo e as formas pelas quais as famílias participam da luta. Nesse sentido, Fernandes (2000, p. 09) insiste em afirmar que:

A ocupação transformou-se numa luta contínua pela terra, num refazendo constante, conforme as famílias vão sendo assentadas, novas famílias unem-se às famílias em luta. Assim, conforme vão conquistando frações do território, vão somando mais grupos de famílias aos grupos de famílias remanescentes.

Quando as ocupações tornam-se massivas, os sem-terra reúnem-se em movimento, posto que agrupam famílias de vários municípios e de mais de um estado. Assim, rompem com localismos e assumem uma dimensão muito maior no cenário nacional enquanto movimento social e

ganham o apoio de distintos grupos da sociedade brasileira. Na política de implantação de assentamentos rurais do governo federal, os acampamentos atuam como forma de pressão e são, também, uma contribuição dos sem terra para a realização do cadastramento das famílias beneficiárias. Tal fato prova que as ações dos governos federal e estaduais originam-se da atuação dos movimentos sociais (Fernandes, 2000).

Os pequenos produtores rurais encontram-se em luta permanente, uma vez que os diferentes governos não têm realizado políticas eficazes que atendam as reivindicações dessa grande parcela da população. Por esse motivo, Oliveira (2001, p. 189) volta a afirmar que

[...] a luta pela terra desenvolvida pelos camponeses no Brasil é uma luta específica, moderna, característica particular do século XX. Entendo que o século passado foi, por excelência, uma época de formação do campesinato brasileiro enquanto classe social. Assim, esses camponeses não são entraves ao desenvolvimento das forças produtivas, impedindo o desenvolvimento do capitalismo no campo; ao contrário, eles praticamente nunca tiveram acesso à terra, sendo pois desterrados, “sem terra”, que lutam para conseguir o acesso a terra. É no interior destas contradições que têm surgido os movimentos sociais de luta pela terra, e com elas os conflitos, a violência.

Os intensos protestos e reivindicações por terra representam a criação e a recriação da luta daqueles que não aceitam o destino de expropriados. Dessa forma, os sem-terra conquistaram a maior parte das terras onde hoje estão assentados. O governo não possui nenhum mérito na questão, já que sua única competência nesses processos é a regularização fundiária, sendo ela produto da luta pela terra e não de uma política do governo, como este vem querendo mostrar através da implantação dos assentamentos.

Todos esses acontecimentos que vem ocorrendo e influenciando diretamente no meio rural brasileiro encontram – se materializados sob a forma dos assentamentos rurais.

2.2 – Assentamento rural e desenvolvimento territorial

“O assentamento é o ponto de chegada da luta camponesa à terra” (Oliveira, 2008, p. 58) e, ao mesmo tempo, seu ponto de partida em um

processo contínuo de luta para a afirmação de sua sobrevivência e reprodução como classe social. O termo “assentamento rural” surgiu por volta de 1960, nas discussões acerca da reforma agrária na Venezuela e se propagou pelas áreas jurídicas e sociológicas. Os assentamentos podem ser entendidos como

[...] a [criação de novas unidades de produção agrícola], por meio de políticas governamentais visando o [reordenamento do uso da terra], em benefício de trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra. Como seu significado remete à [fixação do trabalhador na agricultura], envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e à vida comunitária (O QUE SÃO ASSENTAMENTOS RURAIS, 1998).

A partir da interpretação acima, entende-se que é uma política pública voltada para a fixação do homem ao campo, política que só foi implantada devido às pressões e reivindicações de anos de lutas dos camponeses, e não como um ato próprio do governo brasileiro para o desenvolvimento econômico.

Devido a denúncias do MST, da CPT e outras organizações sociais, relacionadas aos números manipulados e aos critérios, conceitos e etapas de um projeto de assentamento rural, em 2001, o Ministério do Desenvolvimento Agrário baixou uma portaria determinando denominações e conceitos orientadores dos assentamentos do Programa Nacional de Reforma Agrária, conforme explicitado no trecho a seguir:

Assentamento – Unidade territorial obtida pelo Programa de Reforma Agrária do Governo Federal, ou em parceria com Estados ou Municípios, por desapropriação; arrecadação de terras públicas; aquisição direta; doação; reversão ao patrimônio público, ou por financiamento de créditos fundiários, para receber em várias etapas, indivíduos selecionados pelos programas de acesso a terra (PORTARIA n. 80, 2002).

Para Fernandes (1996), os assentamentos rurais são porções do território capitalista conquistadas pelos trabalhadores rurais, e o processo de se conquistar mais porções é denominado de territorialização da luta pela terra. Assim, Feliciano (2006, p. 115) conclui que

[...] os assentamentos rurais podem ser entendidos como materialização da luta dos camponeses que foram anteriormente expropriados da terra e que pela organização e estratégias pressionaram o Estado, por meio de ocupações e acampamentos, a

implantar uma política localizada de unidades de produção, baseadas no trabalho familiar. Esse resultado vai se territorializando por outras frações do território, transforma e reordena o uso da terra no Brasil. Uma reordenação que passa e materializa os preceitos e valores de uma relação de produção não capitalista. Com isso, o processo capitalista, contraditoriamente, cria e recria as unidades camponesas no Brasil, nesse caso pela implantação de projetos de assentamentos rurais.

O assentamento é um espaço onde se materializam as relações sociais, no caso, as relações de pequenos trabalhadores rurais sem-terra. O espaço social é a materialização da existência humana. Esta definição extremamente ampla do espaço foi elaborada por Henry Lefebvre (Lefebvre, 1991, p. 102). Para evitar equívocos, é necessário deixar claro o espaço do qual se está falando. Nesse sentido, Fernandes (2005, p. 1) esclarece que o espaço social está contido no espaço geográfico, criado originalmente pela natureza e transformado continuamente pelas relações sociais. A relação social cria uma leitura do espaço que, conforme o campo de disputa, pode ser dominante ou não, criando-se o território como espaço geográfico específico.

De acordo com Raffestin (1983, p. 143) na medida em que

o espaço e território não são termos equivalentes [...] É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível.

Segundo Souza (1995, p. 78), o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. É importante lembrar que o território é um espaço geográfico, e que mesmo sendo ele imaterial, é também um espaço político, abstrato. Sua configuração como território refere-se às dimensões de poder e controle social que lhe são inerentes. Dessa forma, percebe-se que são as relações sociais que transformam o espaço em território e vice-versa (Fernandes, 2005).

Fernandes (1998, p. 33) atribui um caráter geográfico ao desenvolvimento do MST no Brasil, colocando as ocupações de terras e os acampamentos como condição de territorialização da luta pela terra. As ocupações são fundamentais para a territorialização, porque é dessa maneira que os sem-terra se mobilizam pelo território nacional, pondo em cheque,

através de sua luta, o poder dos grandes proprietários de terras (Fabrini, 2002). O autor considera, ainda, que a luta pela terra leva à territorialização porque a conquista de um assentamento leva a expectativa de conquista de novos assentamentos.

Se cada assentamento é uma fração do território conquistado, a esse conjunto de conquistas chamamos de territorialização [...] Os sem-terra, ao chegarem na terra, vislumbram sempre uma nova conquista e por essa razão MST é um movimento sócio-territorial. A territorialização acontece por meio da ocupação da terra. Da ocupação que nasceu o MST.

A ocupação é apenas parte inicial do processo de territorialização dos sem-terra. A criação efetiva do assentamento representa a materialização e construção do território dos pequenos produtores. É a fração do território conquistada (a terra) para fins de assentamento que se estabelece como centro da territorialização do pequeno produtor.

Fabrini (2002, p. 83) expõe que as mudanças ocorridas após a criação dos assentamentos rurais, como as relativas à saúde, educação, moradias, políticas públicas, entre outras são “impactos socioterritoriais”, visto que o assentamento demanda:

transformações que passam pelo controle, domínio, posse e poder sobre o espaço, ou seja, o que faz com que o assentamento se torne um território camponês é o fato dos assentados possuírem o domínio e poder sobre o espaço antes controlado pelos latifundiários.

O território apresenta-se como tal devido às relações de poder que se manifestam sobre o espaço, expressando o conflito de classes existentes na sociedade. Desse modo, são impactos socioterritoriais porque as transformações e lutas implicam alterações nas relações de poder no território do assentamento. O acesso à terra, a princípio, constitui-se como principal objeto de luta do MST, caracterizando-o como um movimento socioterritorial, pois sua luta volta-se para o acesso ao uso do território, além da sua organização, que possibilita sua atuação combinada em diferentes lugares.

A criação dos assentamentos aparentemente representa o fim de um ciclo, entretanto inicia-se outro, o de luta pela permanência na terra, que implica desde disputas relacionadas à forma de organização da produção, à

divisão dos lotes, até a busca por políticas públicas eficazes que venham suprir as necessidades básicas dos assentados, além daquelas voltadas para a pequena produção e para novas alternativas de renda. Baseado nessa luta é que surge o território dos assentamentos.

Normalmente, as expressões reforma agrária e assentamento são usadas com o mesmo significado, tornando-se difícil estabelecer onde uma se encontra inserida na outra, ou mesmo distingui-las. Ferreira (1994, p. 39) levanta a discussão e procura diferenciar os termos em questão.

Uma possível distinção de ordem prática está em considerar a reforma agrária como fundiária, no sentido de torná-la mais equânime. Já o assentamento compreenderia, basicamente, as ações de natureza prática que se iniciaram com a seleção dos beneficiários da reforma agrária e se encerrariam no momento em que eles tomassem posse do lote de terra que lhes tenha sido destinado.

O conceito de assentamento sofreu transformações ao longo do tempo, além de assumir uma dimensão muito maior do que aquela empregada no passado, pois passou a incluir toda série de medidas complementares necessárias à fixação e transformação dos novos proprietários em verdadeiros produtores rurais. Ferreira (1994) destaca, ainda, que o Estatuto da Terra não tratou do assentamento de modo específico, sendo entendido como o conjunto de procedimentos designados para identificar, arrecadar e emitir-se na posse das áreas que, depois, deveriam ser entregues às pessoas criteriosamente escolhidas para serem os beneficiários da reforma agrária. Até o I PNRA, as ações típicas de reforma agrária, ou seja, desapropriação e destinação de terras a trabalhadores rurais sem terra, foram praticamente inexistentes, sendo somente a partir dessa época que a questão do assentamento passou a ser destacada.

A partir desse momento histórico, então, o INCRA, órgão responsável pela política de reforma agrária no Brasil, passou a se preocupar com a questão e promover mudanças necessárias e adaptações dos procedimentos em todas as esferas de trabalho, procurando se libertar dos regulamentos autoritários do período dos governos militares. Além disso, deram-se início a trabalhos conjuntos e complementares com outras instituições governamentais, como prefeituras, órgãos responsáveis por

pesquisas agropecuárias e extensão rural, polícia etc. O assentamento rural seria o zênite, a finalização de um longo processo que teve início com a formulação de planos, projetos, desapropriações etc. Entretanto, o assentamento não se conclui com o acesso do trabalhador à terra, pois para tanto devem-se fornecer condições necessárias para que se cumpra sua função social. Para isso não basta fixar o homem na terra, é indispensável o fornecimento das condições para torná-la produtiva.

Medeiros, Sousa e Alentejano (1998) ressaltam que, apesar de alguns insucessos, os assentamentos possibilitam a permanência do homem no campo, gerando uma elevação na renda de um número considerável de famílias. Algumas pesquisas salientam que a situação da maioria das famílias assentadas é superior àquela em que viviam. Corroborando tal situação, Medeiros e Leite (1997, p. 02) avaliam que:

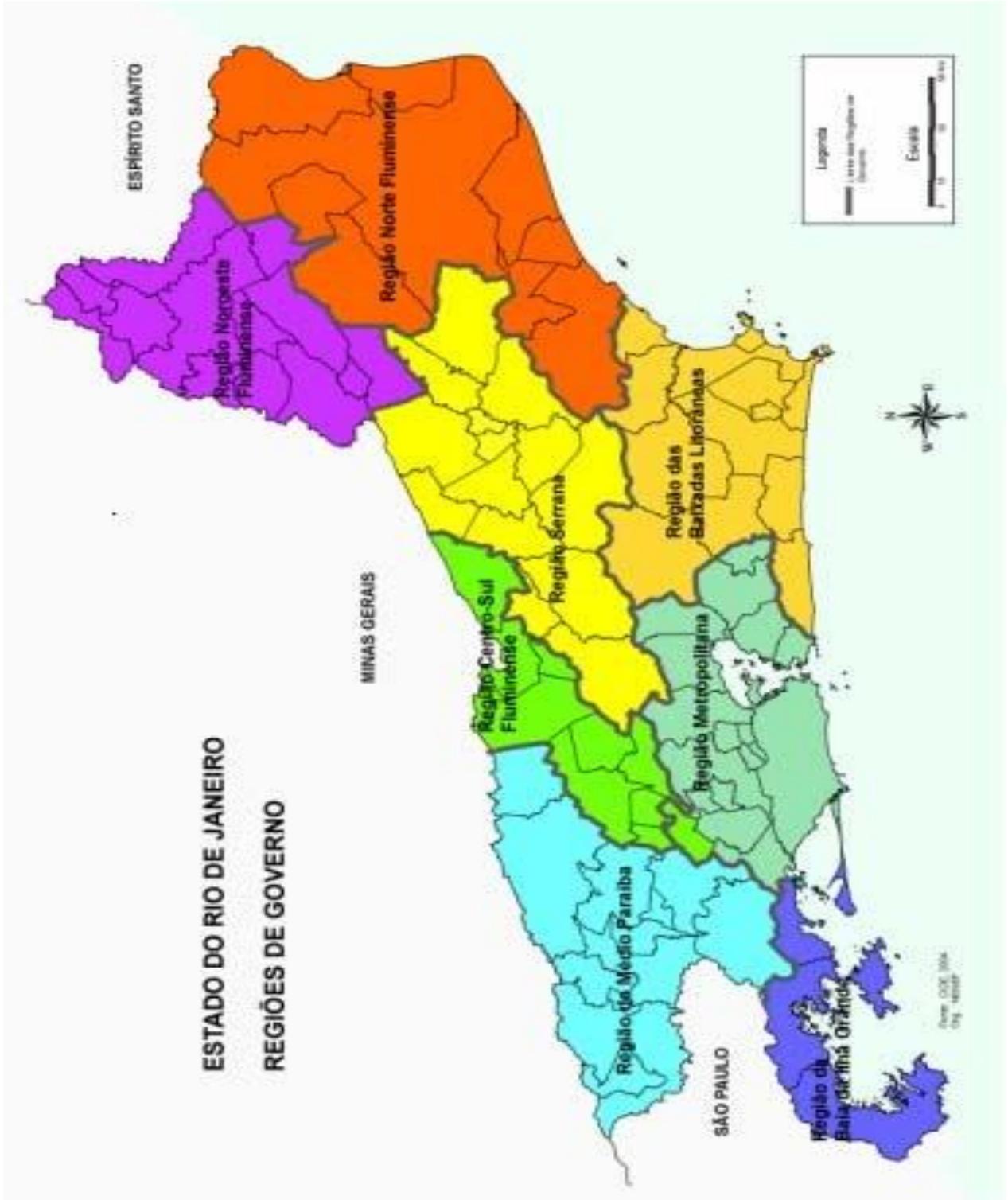
Os assentamentos fortalecem os movimentos de luta pela terra, uma vez que se constituíram em prova da eficácia das pressões intensas, em especial das ocupações de terra e acampamentos; provocaram rearranjos institucionais, rebatendo na necessidade de um aparelhamento do estado para lidar com essa nova realidade (não só em termos de criação de novos organismos ou reformulação dos existentes, nos governos estaduais e federais, mas também de novas leis e regulamentações); geraram empregos e, de alguma maneira, aumentaram o nível de renda das famílias assentadas, com reflexos na economia municipal e regional; alteraram, em maior ou menor medida, as relações de poder local.

As transformações decorrentes da organização dos assentamentos são notáveis e não se limitam ao assentamento, elas se estendem por todo o entorno. Qualquer assentamento altera as relações de poder local, através de um rearranjo do processo produtivo e da introdução de novas atividades. Os assentamentos são responsáveis ainda pela inserção social e pelo emprego de um contingente populacional no campo.

Na seção a seguir, faremos um breve panorama da luta pela terra no estado do Rio de Janeiro, buscando inserir o estado no contexto de lutas por terras que ocorriam no Brasil, em diferentes períodos.

2.3. Histórico da luta pela terra no estado do Rio de Janeiro

A problemática da luta pela terra no estado do Rio de Janeiro prende-se a uma forma particular devido ao intenso processo de urbanização e metropolização do espaço fluminense, que contribuem para que a reforma agrária apresente-se de maneira mais específica. Em seu discurso, Alentejano (2003) ressalta que o enorme crescimento da cidade do Rio de Janeiro e o esvaziamento por que passou o interior do estado levaram a uma enorme dependência do espaço fluminense com relação à capital do estado. Torna-se relevante destacar que usaremos neste trabalho a divisão regional proposta pelo CIDE (Centro de Informações e Documentações Estatísticas), que estão em consonância com a proposta metodológica orientada pelo IBGE para as Mesorregiões e Microrregiões definidas em 1989/1990, onde se distinguem 8 Regiões de Governo, a saber: Metropolitana, Baixadas Litorâneas, Norte Fluminense, Noroeste Fluminense, Serrana Fluminense, Centro-Sul Fluminense, Médio Vale do Paraíba Fluminense e Costa Verde (Mapa 1).

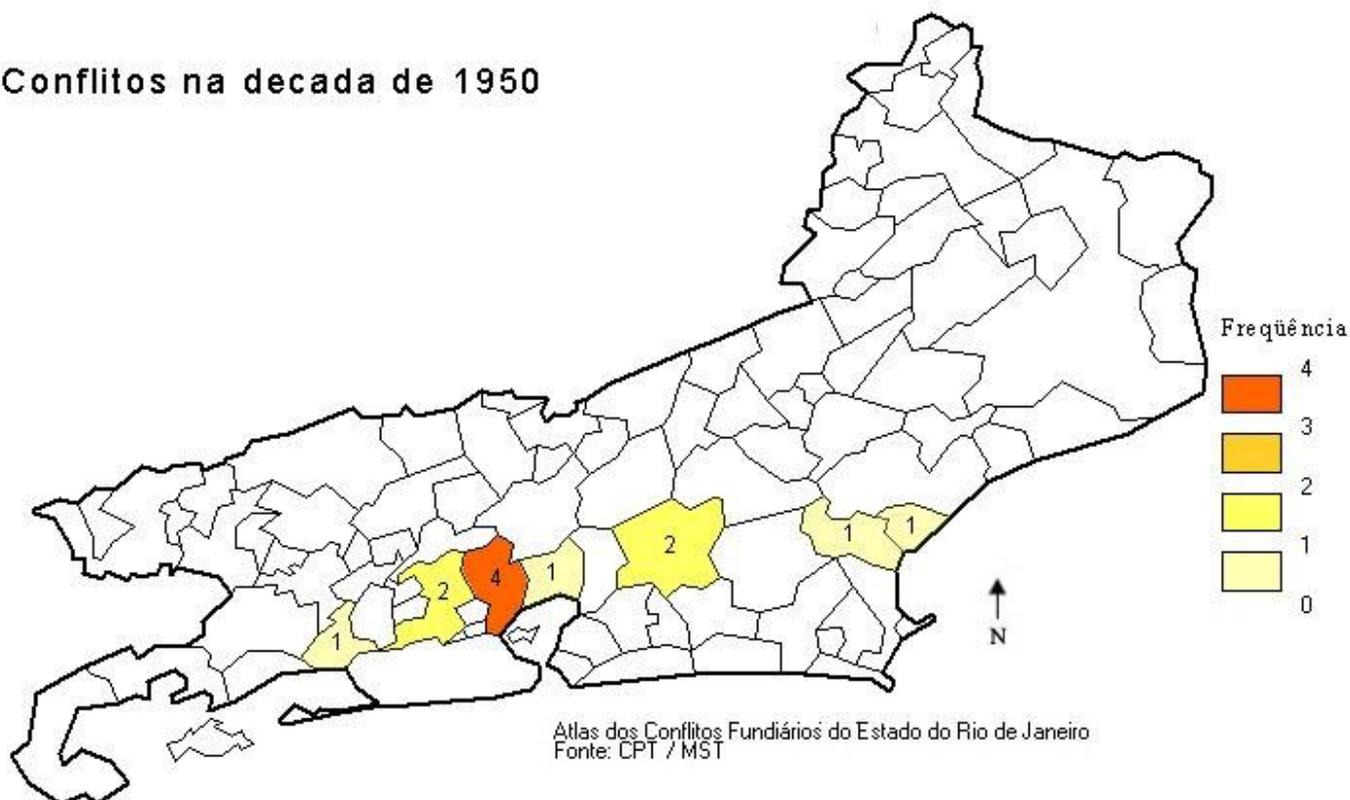


Intensos conflitos fundiários, relacionados, em geral, à resistência dos trabalhadores rurais contra o avanço da especulação imobiliária, originária da urbanização e do crescimento excessivo da atividade turística, ocorrem no estado do Rio de Janeiro desde a década de 1950.

Um amplo programa de drenagem realizado nos anos 1940, na Baixada Fluminense, que tinha como objetivo tornar viável o surgimento de um cinturão verde para abastecer a cidade do Rio de Janeiro, gerou um violento processo de especulação na região. Imensos laranjais ali existentes foram destruídos pelos grandes proprietários de terras, lavradores foram expulsos e loteamentos urbanos foram criados. Nas áreas mais distantes, passou-se a criar gado, aguardando os efeitos valorizadores da expansão urbana. Tal processo foi possível devido ao enorme crescimento populacional da região, principalmente nos municípios de Duque de Caxias, São João de Meriti, Nova Iguaçu e Nilópolis que tiveram crescimento populacional de 340%, contra 80% do Rio de Janeiro. Posteriormente, o próprio Estado investiu na criação de indústrias na região, contribuindo para amudança do perfil da ocupação inicial, agrícola, transformando-a em espaço especulativo, entre o rural e o urbano (Alentejano, 2003).

A expulsão de posseiros causada pelo avanço da especulação e a atuação política do Partido Comunista (PCB) tornaram a área palco de violentos conflitos nos anos 1950/60. Os lavradores lutavam para permanecer na terra, através de manifestações nas cidades, apelos às autoridades (deputados, governador, juízes), denúncias nos meios de comunicações e ações na justiça. Verificaram-se, em diversas situações, ações armadas, consideradas pelos lavradores como formas de autodefesa contra a violência gerada pelos grileiros (Alentejano, 2003). O sucesso conseguido por alguns grupos de lavradores era visto como exemplo a ser seguido e incentivavam a vinda de mais posseiros para a região, gerando, segundo Alentejano (2003), um novo fenômeno: as ocupações. O Mapa 2 nos permite localizar os principais conflitos ocorridos no estado, na década de 1950, com destaque para a região Metropolitana, onde se concentram grande parte dos embates.

Mapa 2 - Estado do Rio de Janeiro – Conflitos Fundiários

Conflitos na década de 1950

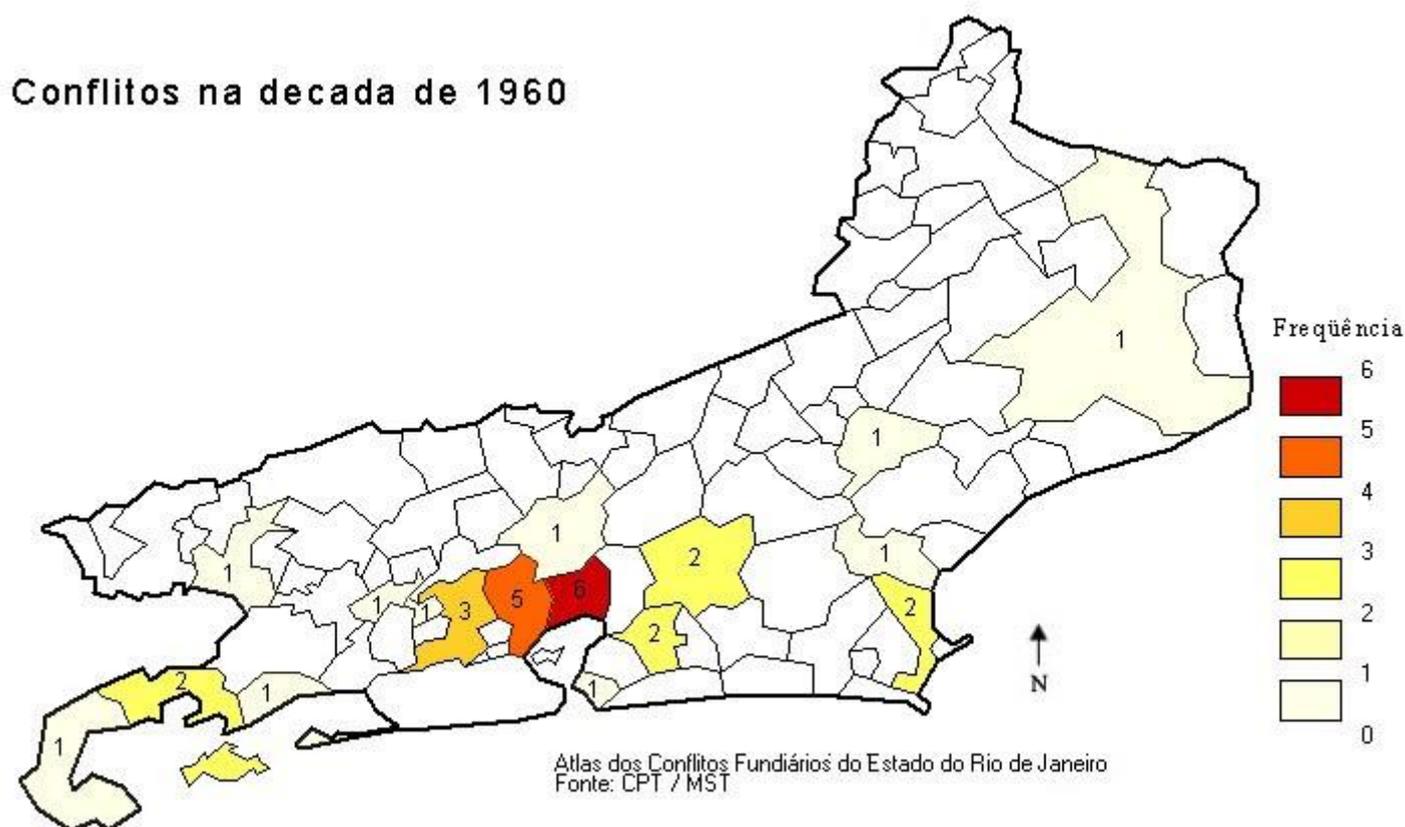
A partir da década de 1960, apoiados pela Federação das Associações de Lavradores do Rio de Janeiro (FALERJ), organizada pelo PCB, os movimentos passam a ser constituídos não só por ocupantes do Rio, mas também de outros estados, e não só por lavradores, mas também por trabalhadores desempregados de áreas urbanas, fato que desqualificava a luta no Rio de Janeiro.

Nos anos 1950/60, foram realizadas pelo governo estadual 20 desapropriações de terra no Rio de Janeiro, sendo 13 na área da Baixada, enquanto que a Superintendência da Reforma Agrária (Supra), no período de 1963/64, realizou 10 desapropriações no estado, sendo 8 na região (Alentejano, 2003). Tais fatos esclarecem a importância das lutas por terra na Baixada, que provocaram disputas políticas e deram visibilidade à questão agrária fluminense num momento em que a questão da terra era um dos principais temas vigentes no cenário nacional. Com o golpe militar em 1964, essa onda de mobilizações foi interrompida devido à forte repressão que abateu as lideranças no nível nacional e também estadual, que se dispersaram e buscaram se manter ocultas. As áreas desapropriadas

começaram a ser devolvidas aos antigos proprietários ou aos grileiros, que alegavam ter direito a elas. Essa situação corrobora a característica central da questão agrária fluminense, a alegação de que se tratava de áreas com “vocação urbana”, não sendo, pois, adequadas ao uso agrícola (Alentejano, 2003).

Mesmo diante da intensa repressão promovida pelos militares, a luta por terra permaneceu. Dados da CONTAG indicam que existiam diversas áreas de conflitos, apoiadas pelo sindicalismo, a partir das associa es de lavradores, que serviam de porta-vozes desses demandantes de terras (Mapa 3).

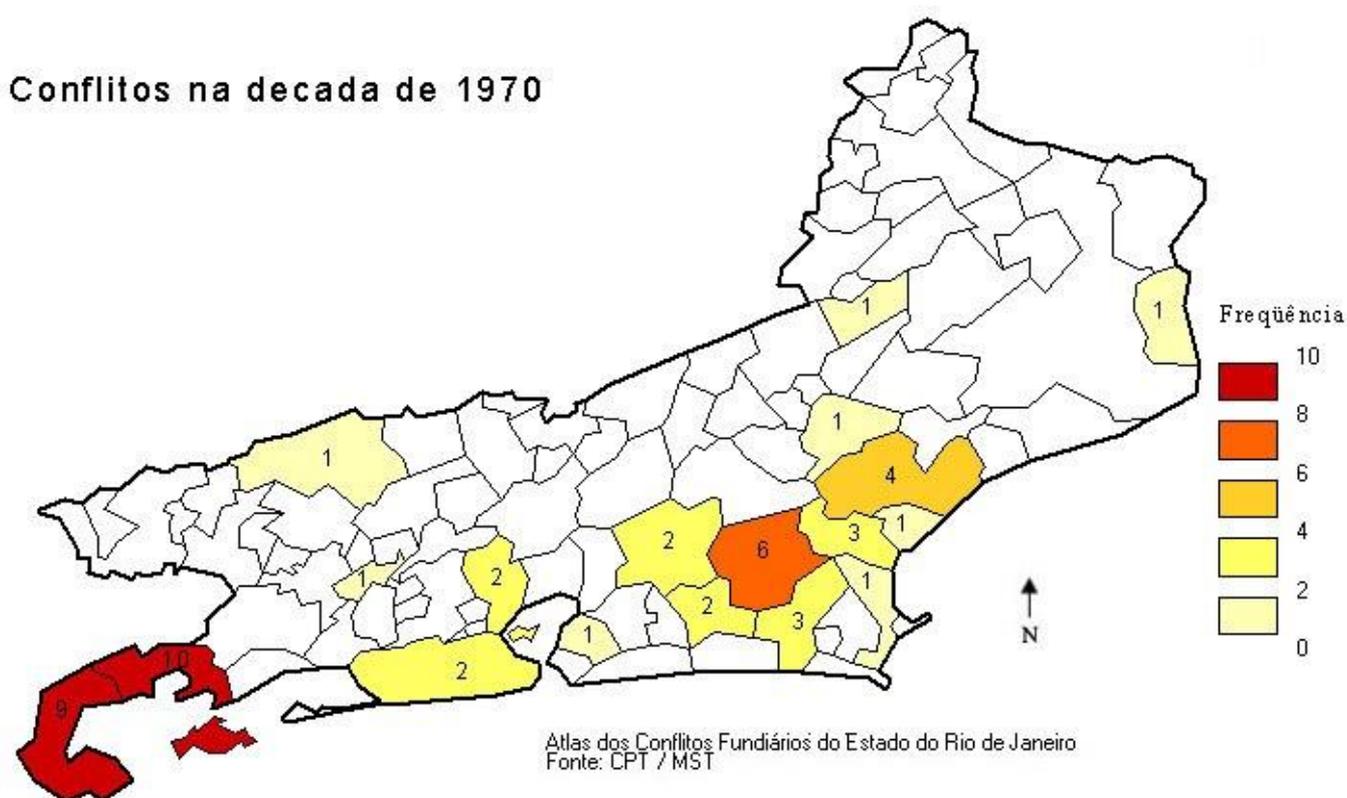
Mapa 3 - Estado do Rio de Janeiro – Conflitos Fundiários



Na década de 1970, os conflitos concentram-se nas regiões da Baia da Ilha Grande e das Baixadas Litorâneas (Mapa 4), onde as terras passam por uma expressiva valoriza o. Na primeira, houve a constru o da rodovia Rio-Santos, que corta os municípios de Paraty e Angra dos Reis,

beneficiando os mesmos com a instalação de grandes projetos industriais e turísticos que resultaram na expulsão de boa parte da população rural, composta basicamente de caiçaras que ocupavam a região. Já na Região das Baixadas Litorâneas, o avanço da especulação com fins turísticos, associado à valorização da terra provocada pelas obras de drenagem e melhoria da infraestrutura de transporte desencadeará inúmeros conflitos pela posse das terras (Alentejano, 2003).

Mapa 4 - Estado do Rio de Janeiro – Conflitos Fundiários



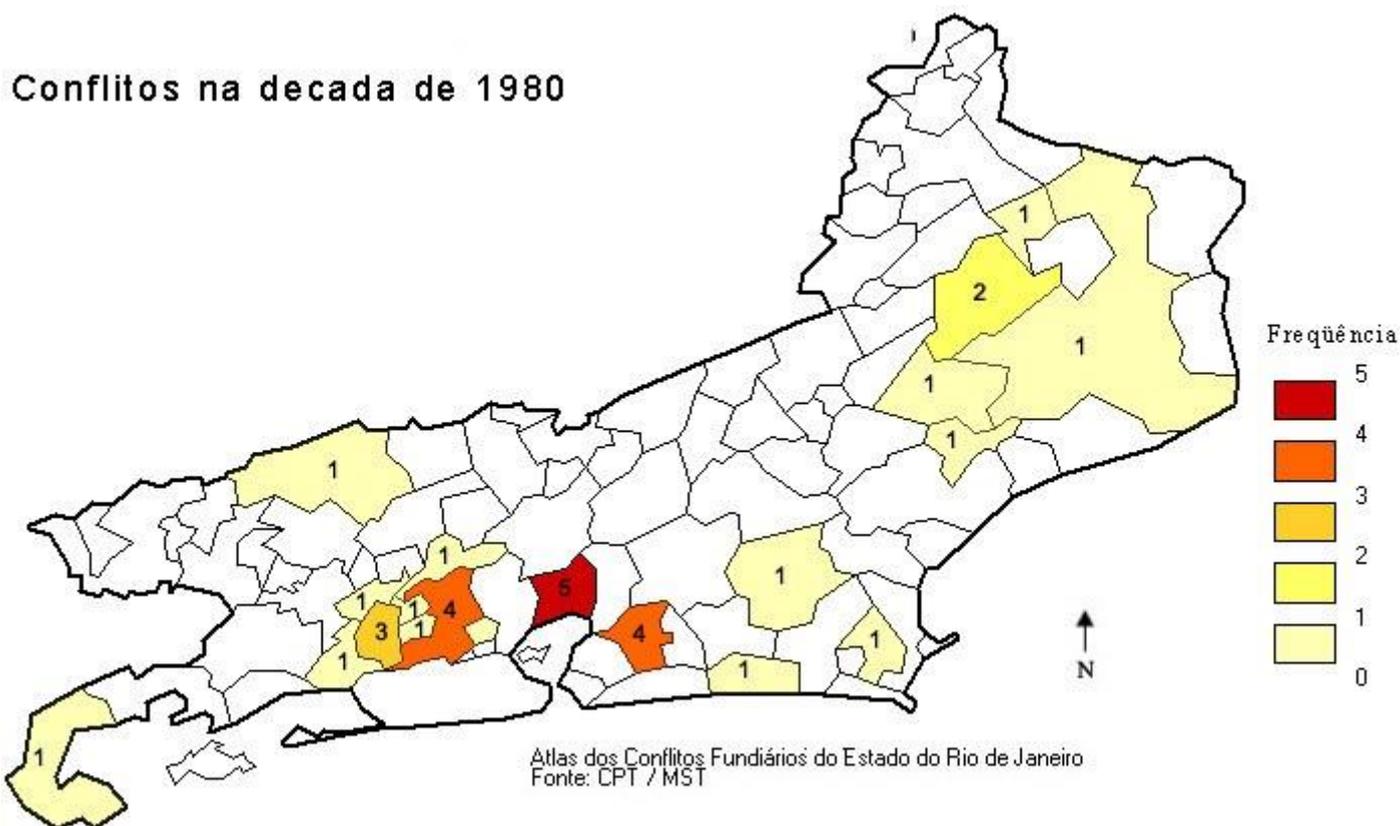
Nos anos 1980, os conflitos voltam a se concentrar na Baixada Fluminense, onde ocorre a maior parte das ocupações de terra e dos conflitos fundiários no Rio de Janeiro. Tais confrontos são causados por desempregados e subempregados de bairros pobres das periferias das cidades situadas na região Metropolitana do Rio de Janeiro, que, diante da profunda crise econômica no início dessa década, promovem uma série de ocupações de terra. (Alentejano, 2003). A maioria das ocupações do período ocorrem nos municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Magé (Mapa 5),

envolvendo trabalhadores que,

[...] por estarem vivendo em más condições, arruinados pelo desemprego, a exploração no trabalho, o subemprego, as más aposentadorias, a violência, as precárias condições de moradia, vêm como alternativa retornar ao campo – no caso dos que haviam migrado para as áreas urbanas em décadas passadas – ou se direcionar para este – no caso dos que sempre habitaram áreas urbanas (ALENTEJANO, 2003, p. 133).

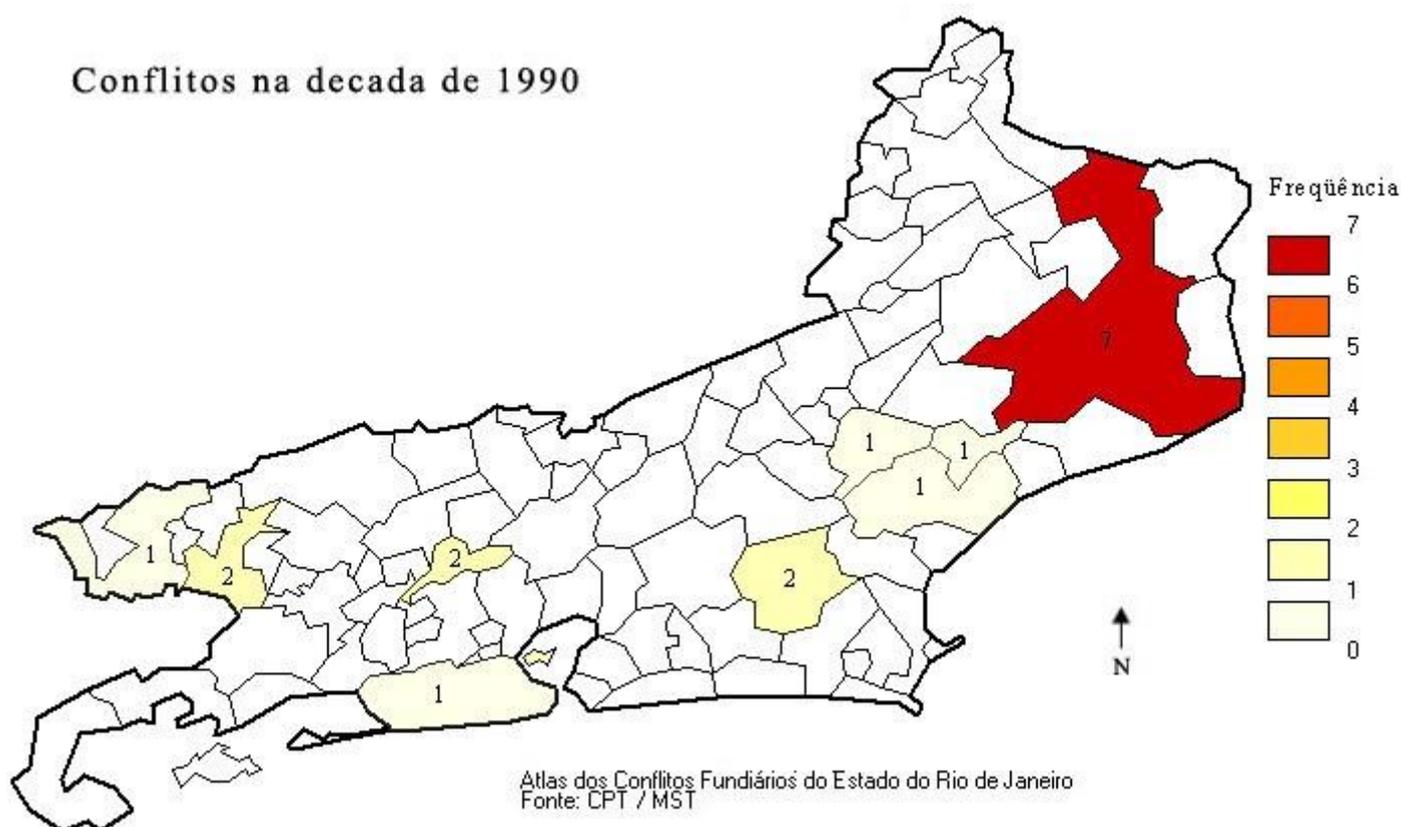
A ocupação de Campo Alegre, ocorrida em 1984, é que forçou o governo estadual a criar uma política agrária para o estado, o que até então não fazia parte das preocupações centrais do governador Leonel de Moura Brizola. A partir da formação de Campo Alegre, outros grupos se organizaram para ocupar terras em outras áreas, transformando a Baixada Fluminense na principal área de conflitos fundiários do estado do Rio de Janeiro nos anos 1980. Contudo, em outras regiões do estado também havia importantes conflitos (Mapa 5).

Mapa 5 - Estado do Rio de Janeiro – Conflitos Fundiários



Uma nova organização espacial das lutas pela terra no Rio de Janeiro ocorre nos anos 1990. Os conflitos deixam de se concentrar na Baixada Fluminense e se deslocam para o interior do estado, mais especificamente para as regiões Norte Fluminense e Baixadas Litorâneas (Mapa 6), impulsionados pelo retorno do MST ao estado do Rio e pela maior participação da FETAG/RJ, que passa a promover ocupações a partir de 1999, reunindo, inclusive, trabalhadores residentes nas periferias de cidades do interior (Alentejano, 2003).

Mapa 6 - Estado do Rio de Janeiro – Conflitos Fundiários



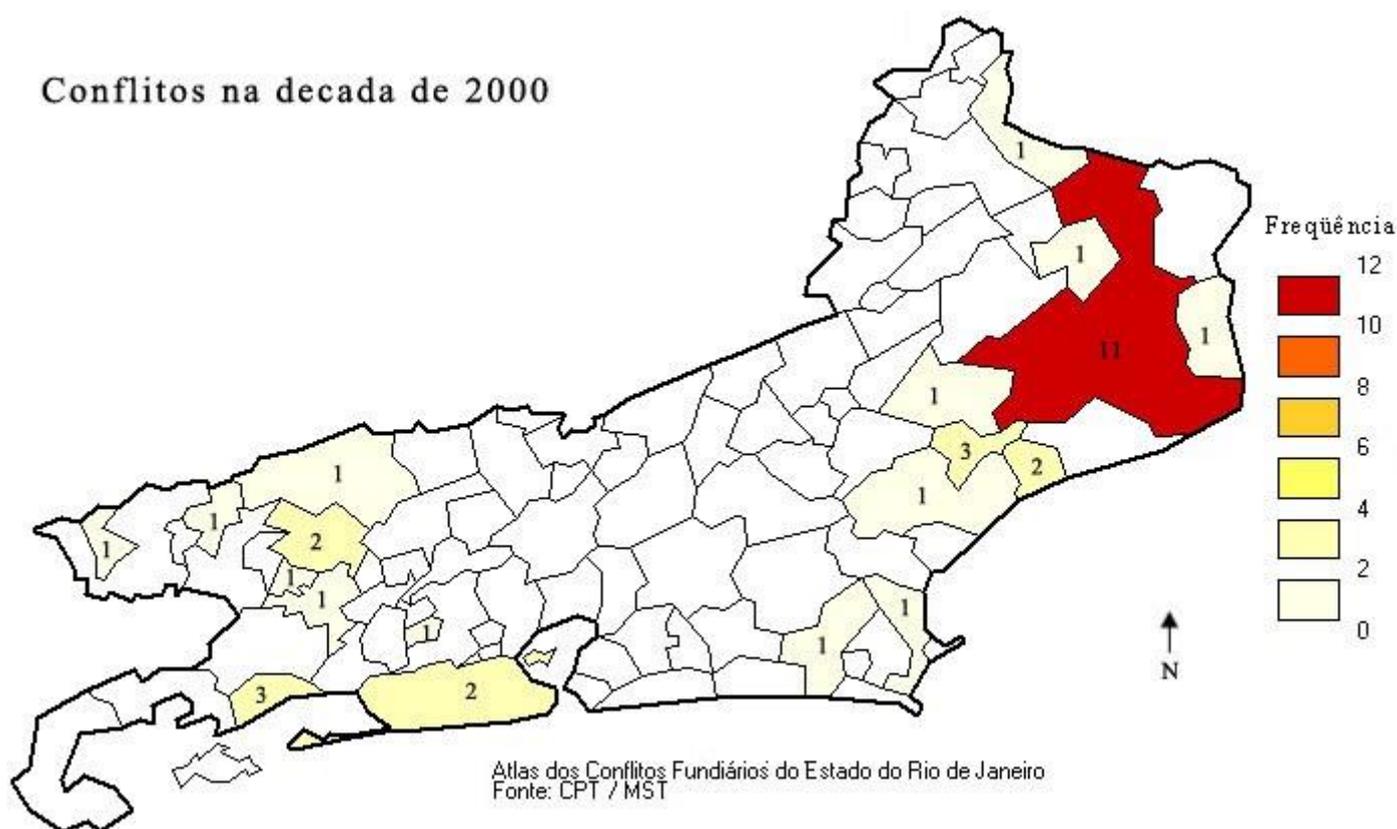
Com o retorno do MST ao Rio de Janeiro, no início dos anos 1990, são organizadas as primeiras ocupações de terras de latifúndios de cana-de-açúcar, que num primeiro momento concentram-se na periferia da região canavieira (Norte Fluminense), passando, em 1997 a atingir a área central da região através da atuação do MST. A morosidade do processo de desapropriação e da criação de assentamentos tornou-se um entrave ao

desenvolvimento da luta pela terra naregião.

Destaca-se, também, a existência de conflitos na região do Médio Paraíba, mais especificamente nos municípios de Barra Mansa, Resende e Barra do Pirai (Mapa 6), onde até hoje existem conflitos por terra.

O movimento de luta pela terra no estado do Rio de Janeiro assume novos contornos e se depara com um novo elemento que, na década de 1980, se constituiu como obstáculo à atuação do MST: a dificuldade em lidar com o caráter urbano da luta pela terra.

Mapa 7 - Estado do Rio de Janeiro – Conflitos Fundiários



Entretanto, o que percebemos com o passar dos anos é que, apesar dos empecilhos políticos encontrados por grupos como o MST e FETAG, uma série de assentamentos rurais vêm sendo criados e regulamentados, indicando as potencialidades da reforma agrária e a possibilidade, ainda que remota, de sua realização no estado.

Diante das comprovações de uma série de benefícios proporcionados pela criação de assentamentos rurais e da existência de um

intenso processo de luta por terra no Rio de Janeiro, buscaremos, no próximo capítulo, avaliar como essa política é realizada no estado, uma vez que lá existem dois órgãos governamentais (ITERJ e INCRA) responsáveis pela execução da política de assentamentos rurais

CAPÍTULO 3 - A POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Buscando analisar mais diretamente as perspectivas da política de reforma agrária empregada no Rio de Janeiro diante das intensas transformações ocorridas no debate brasileiro sobre o tema, desenvolveremos o contexto em que se deram os conflitos fundiários, a concepção dos assentamentos no Rio de Janeiro e as políticas públicas neles empregadas.

Para tanto, faz-se necessário ressaltar algumas especificidades da questão agrária fluminense, como a urbanização intensa e concentrada na metrópole, a tendência ao esvaziamento econômico do interior do estado e o processo de desruralização.

3.1 - O perfil do meio agrário fluminense

O capital industrial e o capital imobiliário foram os principais agentes organizadores do espaço fluminense, sendo o primeiro o principal responsável pelo processo de metropolização, e o segundo o principal agente da sujeição do capital agrário no interior do estado e da expulsão em massa do campesinato do campo. Exceção deve ser feita às regiões Norte e Noroeste, onde o agente central da expulsão dos trabalhadores rurais foi o próprio capital agrário, em suas mudanças. A expansão industrial levou a uma aceleração da urbanização e a substituição de áreas antes destinadas à produção agrícola por áreas de habitação, comércio e serviços, gerando, a partir de então, uma intensa especulação imobiliária.

O estado do Rio de Janeiro apresenta alguns problemas em relação ao meio rural. A vasta concentração de população e renda na Região Metropolitana gera um forte desequilíbrio interregional. Diante desse quadro e baseado em dados censitários, verificou-se um intenso processo de

desruralização no estado do Rio de Janeiro, entendido como esvaziamento econômico e demográfico e perda de peso político e cultural no interior do estado (Alentejano, 2003). Assim, constituída por dezessete municípios, a Região Metropolitana representa um centro polarizador de recursos do estado (Ribeiro, 2002).

Uma análise apurada da estrutura agrária fluminense aponta para uma relevante perda de espaço da agricultura na economia estadual, que é responsável por uma participação inferior a 2% no Produto Interno Bruto (PIB) do Rio de Janeiro, e um crescimento, ao longo do tempo, da industrialização e das atividades comerciais e de serviços, resultando num intenso processo de urbanização. Assim, o ideário da decadência do setor agrícola fluminense torna-se unânime.

Divergindo do discurso até aqui apresentado, estudos desenvolvidos por Marafon et al (2005) apontam para uma tendência, que vem ocorrendo nos últimos anos, de interiorização da população e/ou de investimentos em função da emergência de novos centros de porte médio no interior do estado. É o caso dos impactos promovidos pela exploração de petróleo nos municípios de Macaé e Campos, situados no Norte Fluminense, ou, ainda, da exploração cada vez mais constante da atividade turística, assim como a expansão da periferia da Região Metropolitana na Região das Baixadas Litorâneas, com destaque para Cabo Frio e Araruama.

Entretanto, todos os autores destacados chamam atenção para o fato de que mesmo com o surgimento de um número maior de cidades médias no interior do estado, ainda são muito marcantes as diferenças existentes entre a Região Metropolitana, o seu núcleo – a cidade do Rio de Janeiro - e o seu interior. Marafon et al (2005, p. 122), reafirma que

[...] o atual processo de interiorização da população e/ou investimentos que se percebe no estado do Rio de Janeiro é ainda bastante pontual, contemplando apenas alguns municípios integrantes das Regiões Administrativas do Estado, distribuindo-se de forma heterogênea em cada uma destas regiões.

Destarte, Alentejano (1997, p. 68 e 69) ressalta que a idéia de decadência da agricultura fluminense deve ser relativizada, uma vez que alguns aspectos importantes são deixados de lado, como,

[...] a área agrícola limitada, pelo tamanho do estado e pela topografia acidentada que o caracteriza, e, de outro, a força dos setores industrial e, principalmente, de serviços é enorme. [...] A imagem da decadência da agricultura fluminense está fundamentalmente ligada ao fato de que a área agrícola utilizada no Rio de Janeiro é bastante reduzida, muito inferior à de todos os demais estados da região Sudeste e a agroindustrialização é muito limitada.

Alentejano (1997) destaca, ainda, que, quando outros dados são observados, dentre eles o rendimento e a geração de valor, a situação torna-se inversa, pois o rendimento do estado é superior à média nacional na maior parte das culturas, com exceção do milho e da cana-de-açúcar, e a geração de valor chega a um índice semelhante ao de São Paulo, sendo muito superior ao de Minas Gerais e Espírito Santo, demonstrando que a agricultura fluminense ao contrário daquilo que se pensa, apresenta-se bastante dinâmica. Torna-se importante destacar que o dinamismo do setor agrícola no estado do Rio de Janeiro baseia-se nas pequenas e médias propriedades que apresentam uma estrutura mais moderna, com destaque no setor de olerícolas, atividade intensiva que ocupa pequenas áreas, com elevada capacidade de geração de valor agregado. Além disso, uma análise mais apurada da tabela 2 mostra que as pequenas e médias propriedades são aquelas que mais empregam mão-de-obra, ao contrário das grandes propriedades, que apresentam índices baixíssimos de mão-de-obra empregada. A região Serrana ganha destaque, pois é onde a modernização é mais expressiva.

Tabela 2 - Área dos estabelecimentos (hectare), número de estabelecimentos agropecuários (unidade) e pessoal ocupado (pessoas) por grupo de área total – Estado do Rio de Janeiro

Grupos de área total	Hectare	%	Unidades	%	Pessoas	%
Menos de 1 ha	2.540,090	0,13	3.657	8,66	14.399	8,30
1 a menos de 10 ha	95.515,270	3,95	15.499	36,71	55.852	32,05
10 a menos de 50 ha	376.853,451	15,59	14.229	33,70	48.662	27,93
50 a menos de 100 ha	305.116,586	12,62	3.962	9,38	16.861	9,67
100 a menos de 500 ha	935.189,563	38,70	4.221	9,99	27.993	16,06
500 a menos de 1.000 ha	326.783,917	13,52	456	1,08	5.955	3,41
1.000 a menos de 10.000 ha	362.207,182	14,99	191	0,45	4.482	2,57

10.000 a menos de 100.000 ha	12.098,548	0,50	1	0,002	23	0,01
TOTAL	2.416.304,607	100	42.216	100	174.227	100

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário de 1996.

As grandes propriedades ocuparam uma parcela considerável do espaço do estado do Rio de Janeiro, tendo desempenhado papel relevante nas exportações agrícolas do país. Contudo, após o apogeu fluminense de exportação de açúcar e café (ocorridos, respectivamente, em 1900-30 e 1970-80), a maioria das grandes propriedades voltadas para a comercialização desses produtos passou a se caracterizar pela ausência de dinamismo das atividades agrárias nelas desenvolvidas, devido à descapitalização decorrente da decadência das grandes lavouras comerciais. Isso contribuiu para que extensas áreas do estado apresentem um nível de aproveitamento agrícola muito inferior ao potencial produtivo das terras (Silva, 2005).

A imagem da decadência do setor agrícola fluminense estrutura-se quando comparada com o ideal da agricultura brasileira fundamentada na grande produção modernizada, encontrada principalmente nos estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul.

Segundo Ribeiro (2002), o quadro agrário fluminense apresenta relevância e contrastes. De um lado, têm-se produtos tradicionais como por exemplo a cana-de-açúcar e cultivos de subsistência, e de outro, culturas que necessitam de técnicas mais sofisticadas, como a fruticultura e a olericultura. Além desses produtos comerciais, o estado do Rio apresenta áreas com outras atividades agropecuárias voltadas para produtos mais valorizados em escala de mercado, tais como os produtos raros ou nobres (escargots, ervas finas, criação de trutas, rãs, entre outros), que atendem ao mercado carioca, abastecendo restaurantes e hotéis.

A agricultura fluminense não é muito decadente, porém a imagem que se tem do estado é a de que a agricultura é praticamente inexistente, já que não encontramos grandes áreas contínuas cultivadas. Assim como na maior parte do território brasileiro, a estrutura fundiária fluminense é caracterizada por uma grande concentração da propriedade da terra, e as regiões Metropolitana, Serrana, da Baía da Ilha Grande, das Baixadas Litorâneas e Norte Fluminense são as que apresentam índices mais elevados de concentração, sendo as

quatro primeiras áreas de intensa especulação imobiliária e a última marcada pela presença de latifúndios canavieiros (Leite et al, 1997). Desse modo, a maior parte dos conflitos fundiários ocorre nas áreas mais próximas à metrópole onde é significativa a presença de grandes propriedades improdutivas.

Na próxima seção, analisaremos as formas de atuar dos governos federal e estadual, através da criação de políticas públicas que atendam as necessidades dos trabalhadores rurais sem-terra do estado do Rio de Janeiro.

3.2 - A atuação do governo e a política de reforma agrária no estado

A atuação do Governo do Estado foi decisiva na definição do atual panorama do meio rural fluminense. Até os anos 50, os conflitos fundiários eram escassos no estado, entretanto, após essa década, estes se multiplicam consideravelmente, conforme analisamos anteriormente. Durante o governo de Roberto da Silveira, entre 1959/1962, algumas intervenções efetivas em áreas de conflitos rurais ocorreram, porém esse foi o único governo a tomar partido nessa questão até o governo de Leonel Brizola.

O primeiro governo de Brizola, eleito em 1982, teve uma atuação bastante significativa na implantação de assentamentos rurais no estado, assumindo a questão agrária com bastante empenho e criando um vínculo muito forte com a população que demandava terra, já que não havia um órgão específico em nível estadual para tratar da questão fundiária. Sem um plano de propostas para a questão agrária, o governo do estado foi criando alternativas independentes das ações dos órgãos federais à medida que o movimento de luta pela terra foi crescendo.

O governo encontrava-se despreparado do ponto de vista institucional, atuando através de três Secretarias: Justiça e Interior, Trabalho e Habitação e Agricultura e Abastecimento, que disputavam entre si o direcionamento da questão. Através delas foram implantados programas emergenciais e inovações institucionais, que se revelaram bastante inconsistentes no desenrolar dos conflitos, dados os interesses antagônicos envolvidos na questão agrária. Para acabar, pelo menos formalmente, com

essa disputa, o governo criou a Comissão de Assuntos Fundiários (CAF), vinculada à Secretaria de Justiça e Interior, em 1983, e, mais tarde, a Secretaria de Assuntos Fundiários, em 1986, tentando trazer para a tutela do estado os conflitos. Desse modo, a questão fundiária ganhou mais destaque e o então governo estadual passou a reconhecê-la como questão politicamente estratégica (Novick, 1994).

A política agrária ganhou importância com a criação de uma Secretaria responsável exclusivamente pelos problemas fundiários e, ao mesmo tempo, o governo tratou de separar este tema das questões agrícolas, que ficaram vinculadas à Secretaria de Agricultura. Esse fato levou à divisão do poder de pressão dos movimentos sociais rurais.

A atuação do governo estadual perante a população que lutava por terra, bem como o enfraquecimento enfrentado por organizações de trabalhadores como o MST/RJ, a FETAG e a CPT, que não conseguiram fazer suas demandas desses trabalhadores, fizeram com que estes reconhecessem no governo estadual seu principal interlocutor. Nos assentamentos, o governo forneceu alimentos, material de construção, recursos financeiros para a compra e aluguel de material necessário na agricultura (tratores, insumos etc), assistência técnica, além de infra-estrutura social e produtiva.

O governo estadual atuou “desapropriando por utilidade pública para fins de reforma agrária” alguns estabelecimentos, com a justificativa de que criaria “centros urbanos” e “fazendas experimentais”. Torna-se válido ressaltar que a política de assentamentos do governo Brizola não excluía trabalhadores urbanos, fato que caracterizou de maneira singular a relação entre o Estado e os assentamentos e entre os próprios assentados e o modo como concebiam seus lotes, possibilitando a formação de uma cultura específica na qual a comercialização de terras, a presença de terrenos de veraneio, a posse da mais de um lote por família, a corrupção, a direção autoritária e a consolidação de “chefias” foram aceitas (Leite et al, 1997).

Com a eleição de Moreira Franco, em 1986, a questão agrária perdeu importância e o governo passou a utilizar a repressão contra os conflitos. Além disso, o então governador esvaziou politicamente a Secretaria responsável pela questão fundiária, fundindo-a com a vinculada à habitação. A

volta do Governo Brizola, em 1990, não gerou alterações no cenário estabelecido, uma vez que estese encontrava mais atrelado aos setores mais conservadores, além de ter ocorrido o enfraquecimento do movimento organizado que lutava por terra.

Eleito, Marcello Alencar criou o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), que passou a administrar os assentamentos da esfera do governo estadual. O ITERJ elaborou um Plano de Atuação, que se divide em dois níveis: um Plano Estratégico, voltado ao estabelecimento de um conjunto de ações básicas resultantes das atribuições da autarquia; e um Programa de Ação para o período 1997/1999, com certa flexibilidade para se moldar às circunstâncias ditadas pelo ambiente político, econômico e social, bem como às restrições orçamentárias (Leite et al, 1997).

Leite et al (1997, p. 17) explica que o ITERJ buscava implementar um Plano de Atuação e, com isso,

esperava-se a atuação em parceria com entidades públicas, dentre elas o INCRA e as prefeituras municipais, o que parece ir no sentido de regionalizar mais a atuação dos órgãos e de reconhecer o assentamento como um locus de oportunidades (principalmente com relação à geração de bens e serviços).

As atividades do ITERJ estavam consolidadas em torno de quatro grandes programas:

a) organização de assentamento dos trabalhadores em terra; b) administração do patrimônio público (terras públicas estaduais); c) ordenação do território; d) regularização de terras de pequenas comunidades rurais. Em termos de área de atuação, as regiões norte e da baixada litorânea devem ser privilegiadas (LEITE et al, 1997, p. 17).

O governo Anthony Garotinho, eleito em 1998, seguido pelo governo de Rosinha Garotinho (2003/2006) e de Sérgio Cabral (2006/2010), promoveram a manutenção do ITERJ e algumas mudanças ocorreram no interior do Instituto, bem como em alguns de seus objetivos e programas, conforme veremos mais adiante.

Os assentamentos que serviram de análise para que pudéssemos avaliar a real execução de políticas públicas no meio rural fluminense deixam claro que a participação do governo do estado do Rio de Janeiro, através do ITERJ, é muito maior junto aos assentados, através de auxílio na busca por

legalizações, financiamentos e apoio técnico, do que a do governo federal, através do INCRA, que deixa muito a desejar na realização de uma política efetiva de reforma agrária.

3.2.1. – A atuação do INCRA no estado do Rio de Janeiro

No início do regime militar, tentou-se dar o primeiro passo para a realização da reforma agrária no país, editando o Estatuto da Terra e criando o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda). Em 4 de novembro de 1966, instituiu-se o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária que não saiu do papel. Em 9 de julho de 1970, criou-se o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), resultado da fusão do Ibra com o Inda.

Em 1987, o INCRA foi extinto e a responsabilidade pela reforma agrária passou para o Ministério da Agricultura. Em 29 de março de 1989, o Congresso Nacional recriou o INCRA, rejeitando o decreto-lei que o extinguiu, mas a falta de respaldo político e a pobreza orçamentária mantiveram a reforma agrária semiparalisada. A questão foi vinculada diretamente à Presidência da República com a criação, em 29 de abril de 1996, do Ministério Extraordinário de Política Fundiária, ao qual imediatamente se incorporou o INCRA. Atualmente, a principal missão do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é “Implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável”, e pretendem “ser referência internacional de soluções de inclusão social” (INCRA, 2006).

Segundo informações colhidas no site do INCRA (2006), a prioridade do Instituto é a implantação de um modelo de assentamento, baseado na concepção de desenvolvimento territorial, e tem como objetivo maior

[...] implantar modelos compatíveis com as potencialidades e biomas de cada região do País e fomentar a integração espacial dos projetos. Outra tarefa importante no trabalho da autarquia é o equacionamento do passivo ambiental existente, a recuperação da infra-estrutura e o desenvolvimento sustentável dos mais de cinco mil assentamentos existentes no país.

O governo federal compreende a política de assentamentos rurais estabelecida no país atualmente como uma efetiva reforma agrária. Nesse sentido, afirma que se busca implantar um novo modelo de assentamento, baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial, além da adoção de instrumentos fundiários adequados a cada público e a cada região, a adequação institucional e normativa e uma intervenção rápida e eficiente dos instrumentos agrários, e o forte envolvimento dos governos estaduais e prefeituras, dentre outros (INCRA, 2006).

O governo FHC conseguiu, nos primeiros anos de seu mandato, atenuar enfrentamentos e conflitos sociais no campo através da política de assentamentos rurais, porém, nos últimos anos de governo, a situação mudou sensivelmente, com retomada das lutas e das ações do MST. A insatisfação com o governo e os anseios de mudanças levaram à presidência Luís Inácio Lula da Silva, cuja trajetória política foi marcada por lutas sociais e em quem foi depositada toda a esperança de transformação do cenário político brasileiro. Todavia, o que se percebe, atualmente, é a continuidade do modelo empregado por FHC, baseado no neoliberalismo e atrelado ao capital internacional.

No interior do INCRA existe a Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento, responsável pelas atividades de aquisição, desapropriação e incorporação ao patrimônio do Incra das terras necessárias à reforma agrária. A seleção de famílias, a promoção do acesso à terra e a criação de projetos de assentamento também são incumbência dessa diretoria, bem como as atividades relativas ao aproveitamento sustentável dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente nos projetos de reforma agrária.

O INCRA recebe muitas críticas por parte de assentados de todo o país, muitas delas relacionadas à morosidade na regularização das terras e concessão de créditos, além da ausência da infra-estrutura necessária para o desenvolvimento do assentamento, bem como para o bem-estar das famílias assentadas. O estado do Rio de Janeiro não se encontra em situação diferente.

Atualmente, encontramos 52 projetos de reforma agrária, num total de 8.494 famílias, geridas pelo INCRA, através de sua Superintendência

Regional. Dentre esse total, 9 deles foram criados pelo governo estadual, e mais tarde, foram reconhecidos e legalizados pelo INCRA. O quadro1, a seguir, permite visualização e identificação dos projetos de reforma agrária.

Quadro 1 – Identificação dos Projetos de Reforma Agrária (período:01/01/1900 até 01/2006)

Município	Projeto	Esfera de Responsabilidade	Nº de famílias	Área (há)	
				Projeto	Obtida
Barra Mansa	- Faz. do Salto	Federal	60	886,4300	886,4300
Cabo Frio	- Campos Novos	Federal	292	3.107,0400	3.107,0400
	-Remanescentes Campos Novos	Federal	178	1.828,7700	1.828,7600
Cachoeiras de Macacu	- São José da Boa Morte	Federal	428	3.903,0300	3.903,0300
	- Santa Fé	Federal	120	4.389,0000	4.389,8000
	- Papucaia	Federal	894	18.531,8300	18.531,8300
Campos dos Goytacazes	- Terra Conquistada	Federal	15	211,4570	211,4570
	- Dandara dos Palmares	Federal	25	419,1027	419,1027
	- Santo Amaro	Federal	40	584,3770	584,3770
	- Novo Horizonte	Federal	300	4.335,1000	4.335,1000
	- Zumbi dos Palmares	Federal	507	8.005,2900	8.005,1900
	- Che Guevara	Federal	74	1.119,6620	1.119,6620
	- Antonio de Farias	Federal	93	1.221,0230	1.221,0230
	- Ilha Grande	Federal	58	822,7218	822,7218
Carapebus	- Prefeito Celso Daniel	Federal	188	2.849,4773	2.849,4773
Cardoso Moreira	- Paz na Terra	Federal	85	1.052,9389	1.052,9389
Casimiro de Abreu	- Visconde	Federal	90	1.284,7369	1.284,7369
Conceição de Macabu	- Capelinha	Federal	139	1.416,4700	1.416,4700
	- Faz. São Domingos	Estadual	130	768,0000	768,0000
Duque de Caxias	- Morro grande	Federal	34	282,5496	282,5496
	- Núcleo Colonial Duque de caxias	Federal	47	540,9500	540,9500

Itaguaí	- Santa Alice	Federal	528	8.641,1200	8.641,1200
	- Núcleo Colonial Santa Cruz	Federal	1.135	11.021,2700	11.021,2700
	- Grande Rio	Federal	122	275,5200	275,5200
Japeri	- Boa Esperança	Federal	52	269,5572	269,5572
	- Pedra Lisa	Estadual	26	77,5000	77,5000
	- Faz. Normandia	Estadual	27	120,0295	120,0295
Macaé	- Imburo	Federal	141	1.206,3826	1.206,3800
	- Bem-Dizia	Federal	54	1.465,4835	1.465,4835
	- Macae	Federal	572	6.103,5400	6.103,5400
Magé	- Santa Rosa	Federal	26	372,7558	372,7558
Mangaratiba	- Batatal	Federal	24	198,3169	198,3169
Miguel Pereira	- Paes Leme	Estadual	51	154,3000	154,3000
Nova Iguaçu	- São Bernardino	Federal	55	212,0000	212,0000
	- Núcleo Col. São Bento	Federal	465	6.548,8700	6.548,8700
	- Núcleo Col. Tingua	Federal	182	2.561,1300	2.561,1300
Paracambi	- Sabugo	Federal	112	1.386,3623	1.386,3623
	- Faz. Vitória da União	Estadual	70	527,0800	527,0800
Parati	- São Roque	Federal	35	735,6490	735,6490
	- Taquari	Federal	70	958,7462	958,7462
	- Barra Grande	Federal	65	595,3655	595,3655
Rio das Ostras	- Cantagalo	Federal	150	1.749,0000	1.749,0000
São Fidelis	- São Fidelis	Federal	22	623,0027	623,0027
São Francisco de Itabapoana	- Tipity	Federal	203	920,0000	900,0770
Seropédica	- Moura Costa	Federal	52	271,0000	271,4819
	- Casas Altas	Federal	71	586,9185	586,9185
Silva Jardim	- Aldeia velha	Federal	41	362,6000	362,0000
	- Cambucaes	Federal	106	1.588,4200	1.588,4200
	- Sebastião Lan	Federal	33	520,6049	520,6049
Teresópolis	- Alpina	Federal	94	1.103,2000	1.103,2000
Trajano de Moraes	- Santo Inácio	Federal	51	705,0000	705,0000
Valença	- Faz. da Conquista	Estadual	62	616,8000	616,8000

TOTAL	52 PROJETOS		8.494	110.037,4808	110.018,1271
--------------	--------------------	--	--------------	---------------------	---------------------

Fonte: INCRA, 2005.

A análise do quadro 1 nos mostra, como será apresentado mais adiante, no mapa 8, que a maior parte dos assentamentos rurais regularizados pelo INCRA concentra-se na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, confirmando o caráter particular do estado, onde a maioria dos assentados viviam em cidades, fato que dificulta enormemente a criação de projetos de assentamentos rurais e até mesmo a atuação de organizações e movimentos de sem-terra.

Adiante, faremos um estudo apurado das atribuições e da influência exercida pelo ITERJ, órgão estadual responsável pela política fundiária no Rio de Janeiro.

3. 2. 2- O ITERJ

A problemática da luta pela terra no estado do Rio de Janeiro prende-se à forma particular devido ao intenso processo de urbanização e metropolização do espaço fluminense que contribuem para que a reforma agrária apresente-se de maneira mais específica. A atuação do Governo do Estado foi decisiva na definição do atual panorama do meio rural fluminense, com destaque para a criação do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), no governo de Marcello Alencar, que foi o responsável pela administração dos assentamentos da esfera do governo estadual.

O Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) é uma autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior, e tem como atribuição constitucional democratizar o acesso à terra – posseiros, sem teto e sem terra –, intervindo na solução dos conflitos e nos processos de regularização fundiária. O órgão é o executor da política fundiária do Estado visando promover, ordenar e priorizar os assentamentos urbanos e rurais, em terras públicas e privadas.

Recentemente, o ITERJ vem desenvolvendo um amplo programa

de acesso à terra, denominado Programa Nossa Terra, que, além da titulação, visa garantir a permanência das famílias na terra e busca promover o desenvolvimento sustentável dos assentamentos urbanos e rurais com intervenções urbanísticas e projetos geradores de trabalho e renda, como o desenvolvimento de hortas domésticas, a criação de pequenos animais e até mesmo a implantação de núcleos produtivos de cooperativas agroindustriais (ITERJ, 2008).

O quadro 2 permite a visualização de todos os assentamentos rurais atendidos pelo ITERJ, com destaque para 9 assentamentos reconhecidos pelo INCRA.

Quadro 2 - Assentamentos Rurais atendidos pelo ITERJ (2008)

Comunidade	Município	Nº de famílias
Faz. Engenho Novo do Retiro (Guaratiba)	Rio de Janeiro	250
Fazenda São Francisco / Valin (Santa Cruz)	Rio de Janeiro	52
Faz. Engenho do Mato	Itaipu - Niterói	78
Faz. Engenho Novo	São Gonçalo	143
Fazenda São Lourenço*	Duque de Caxias	11
Comunidade São José	Itaboraí	200
Vila Inhomirim (Imbel)	Magé	450
Fazenda Santa Rosa	Magé	12
Fazenda Cachoeira Grande	Magé	166
Fazenda Cachoeira	Mesquita	30
Acampamento / Campo Alegre	Nova Iguaçu	168
Capoeirão / Campo Alegre	Nova Iguaçu	79
Fazenda Olaria	Nova Iguaçu	20
Fazenda Baby	Nova Iguaçu	70
Mato Grosso / Campo Alegre	Nova Iguaçu	181
Terra Prometida (Santa Cruz)	Nova Iguaçu	75
Terra Nova / Campo Alegre	Queimados	30
Fazendinha / Campo Alegre	Queimados	122
Chapadão / Campo Alegre	Queimados	141
Fazenda Mutirão da Fé	Queimados	58
Fazenda Normandia I*	Japeri	27
Fazenda Pedra Lisa / Jaceruba *	Japeri	22
Fazenda Normandia II	Japeri	500
Fazenda São Pedro*	Japeri	97
Filhos do Sol	Seropédica	19
Santa Sofia	Seropédica	200
Sol da Manhã	Seropédica	20
Fazenda Vitória da União*	Paracambi	84

Fazenda Rubião	Mangaratiba	101
Fazenda Rocinha	Piraí	21
Fazenda Serra do Matoso*	Piraí / Rio Claro	23
Fazenda Vargem Alegre Comunidade 1º de Maio	Barra do Piraí	80
Fazenda da Conquista *	Valença	65
Fazenda Santa Monica/ Juparanã	Valença	27
Chácara Caetano Pentagne	Valença	3
Fazenda da Ponte (Acampamento Terra Livre)	Resende	100
Fazenda Paes Leme*	Miguel Pereira	68
Bonfim	Petrópolis	40
Jacó	Petrópolis	50
Fazenda Tapera	Trajano de Moraes	300
Fazenda Experimental de Italva	Italva	210
Faz. Santa Isabel e Santa Maria	Bom Jesus do Itabapoana	600
Fazenda Crubixais (1)	Macaé	37
Faz. Crubixais (2)	Macaé	37
Faz. Crubixais (1)	Macaé	30
Fazenda São Domingos*	Conceição de Macabú	131
PA Antônio de Farias / Santa Rita do Pau Funcho	Campos dos Goytacazes	93
TOTAL		5480

*Assentamentos Rurais reconhecidos pelo INCRA.

Fonte: ITERJ, 2008

Cabe salientar que, assim como os assentamentos federais, a maioria dos assentamentos criados pelo governo do estado do Rio de Janeiro concentram-se na Região Metropolitana, além de apresentar uma considerável aglomeração na Região Norte Fluminense, onde a concentração de terras é marcante devido às grandes propriedades produtoras de cana-de-açúcar que sobressaem na paisagem da Região.

Torna-se impreterível ressaltar que, de todos os assentamentos acima destacados, apenas 14 receberam o título de posse da terra - nos outros, a regularização fundiária encontra-se em processo de andamento. As titulações foram programadas para 2004, porém até hoje a maioria desses assentamentos não as possui. O quadro 3 apresenta os assentamentos rurais já titulados

Quadro 3 - Assentamentos Rurais Titulados

Assentamento Rural Cachoeira Grande / Magé	156 famílias
Assentamento Rural da Conquista / Valença	62 famílias
Assentamento Rural Italva / Italva	210 famílias
Assentamento Rural Normandia / Japeri	27 famílias

Assentamento Rural Paes Leme / MiguelPereira	51 famílias
Assentamento Rural Pau Grande / Magé	79 famílias
Assentamento Rural Pedra Lisa / Japeri	21 famílias
Assentamento Rural Santa Rosa / Magé	13 famílias
Assentamento Rural São Domingos / C. de Macabú	128 famílias
Assentamento Rural São Lourenço / D. de Caxias	11 famílias
Assentamento Rural São Pedro / Japeri	100 famílias
Assentamento Rural Tapera / Trajano deMoraes	150 famílias
Assentamento Rural Vitória da União / Paracambi	87 famílias
Faz. Serra Do Matoso - Pirai/Rio Claro	23 famílias

Fonte: ITERJ, 2008

Os programas de assentamentos rurais estabelecidos pelo ITERJ dependem ainda da parceria com o INCRA, o responsável em esfera nacional pelo reconhecimento e legalização dos projetos de assentamentos titulados por órgãos estaduais. Sem o reconhecimento do INCRA, tais projetos não são declarados como legítimos perante a lei, e permanecem sem qualquer tipo de apoio federal (concessão de créditos iniciais, créditos concedidos pelo PRONAF etc.), ficando por conta do governo do estado a concessão de qualquer tipo de crédito e assistência. Já as prefeituras municipais são importantes, uma vez que são as responsáveis pela viabilidade e manutenção da infra-estrutura básica necessária no interior dos assentamentos e no seu entorno (saneamento básico, energia elétrica, estradas, escolas, postos de saúde etc.) (Oliveira, 2006).

Torna-se importante ressaltar o relevante papel desempenhado pelo ITERJ em solucionar conflitos fundiários ocorridos no Estado, e o proeminente diálogo estabelecido entre o órgão e os movimentos populares, FETAG, MST, Movimento dos Sem Teto e outros, intervindo jurídico - institucionalmente nos conflitos.

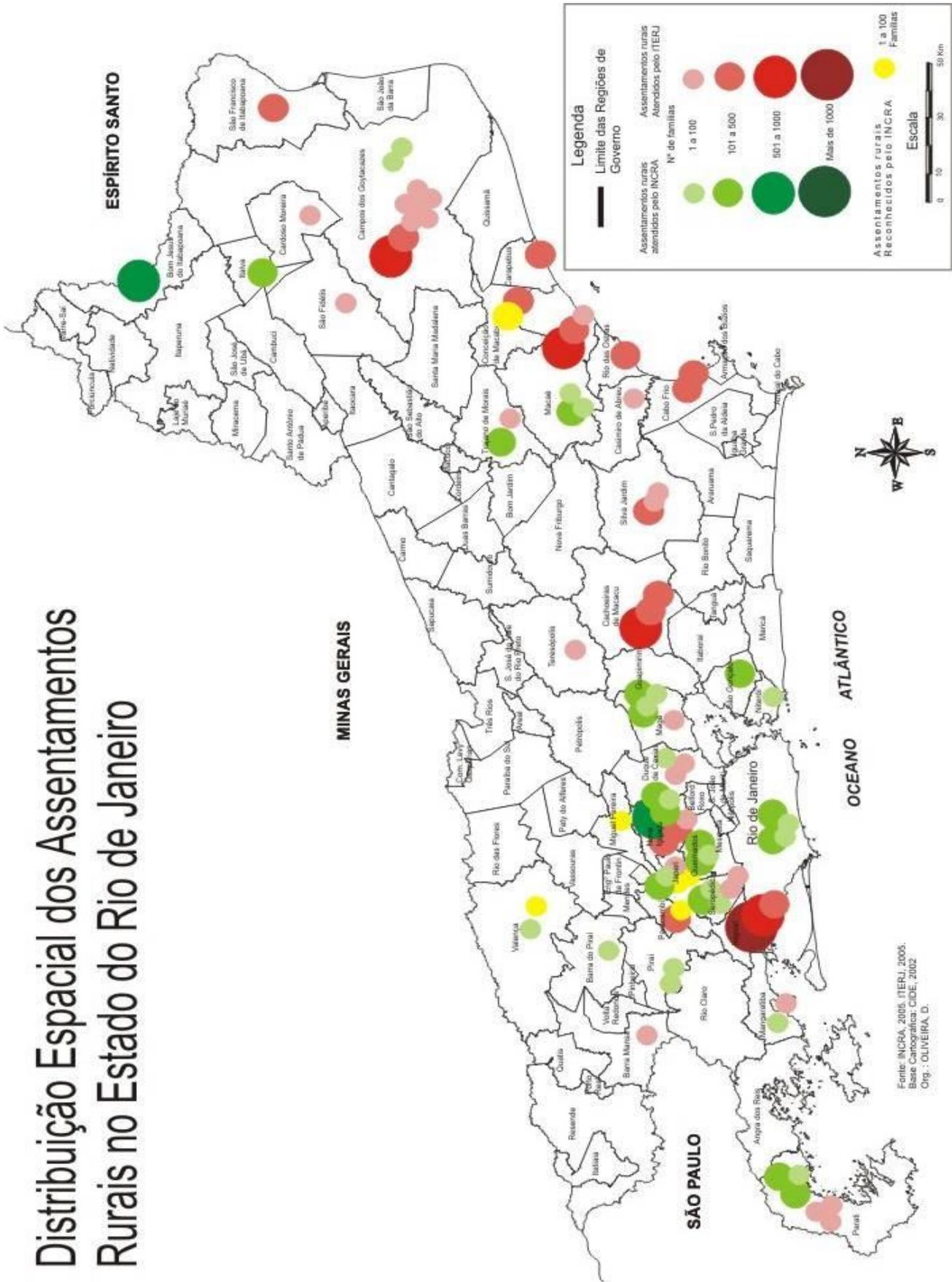
Conforme citado anteriormente, a estrutura fundiária e a história da luta pela terra no Rio de Janeiro apresentam suas particularidades, assim como o processo de reforma agrária no estado se desdobra de maneira singular. Informações colhidas no próprio INCRA comprovam que a grande maioria dos assentados no Rio de Janeiro é de origem urbana e a

pluriatividade tem significativa presença nos assentamentos do estado, ou seja, a maioria das famílias combina atividades urbanas e rurais.

Outro aspecto importante, destacado por Alentejano (1997), é a concentração dos assentamentos, principalmente aqueles sob responsabilidade do ITERJ, na Região Metropolitana e em seu entorno, devido ao maior grau de improdutividade das terras aí localizadas e o grande número de conflitos pela posse da terra na área. O mapa 8 evidencia a distribuição espacial dos assentamentos rurais do estado do Rio de Janeiro, destacando os diferentes órgãos responsáveis por sua gestão.

Mapa 8

Distribuição Espacial dos Assentamentos Rurais no Estado do Rio de Janeiro



3.3– Assentamentos no estado do Rio de Janeiro: uma análise comparativa

A utilização de uma política de assentamentos rurais como forma de solucionar conflitos e objetivando manter controle social, por parte do governo, deixa clara a inexistência de uma política de reforma agrária. A precariedade e as dificuldades que as famílias assentadas enfrentam demonstram a importância que o Estado tem dado a essa questão.

A reforma agrária deve ser concebida como uma política pública de desapropriação de terras. Como dissemos anteriormente, não podemos confundir a liberação de créditos fundiários para a compra de terras com reforma agrária. Além disso, essas políticas públicas devem se estender por todas as etapas de constituição do assentamento, sem se limitar aos problemas fundiários, mas atendendo também os problemas de desenvolvimento econômico dos pequenos produtores assentados.

Após a realização de trabalhos de campo e a partir de exemplos empíricos de dois acampamentos que aguardam somente a atuação do INCRA para divisão dos lotes e regulamentação formal dos assentamentos, e em um assentamento criado pelo governo do estado, e já reconhecido pelo INCRA, nos foi possível analisar de maneira comparativa como são distribuídas e aplicadas as políticas públicas no meio rural fluminense.

Todas as situações estudadas localizam-se na região do Médio Vale do Paraíba Fluminense, constituída de duas microrregiões geográficas do IBGE: do Médio Vale do Paraíba, composta pelos municípios de Volta Redonda, Barra Mansa, Piraí, Itatiaia, Porto Real, Resende, Quatis, Rio Claro e Pinheiral, e a de Barra do Piraí, constituída pelos municípios de Barra do Piraí, Valença e Rio das Flores. Essa região desempenhou diferentes funções, condizentes a distintos momentos históricos pelos quais passou o estado do Rio de Janeiro, funções estas evidenciadas tanto pela produção cafeeira quanto pelas indústrias alimentares relacionadas à atividade pecuarista e ao acúmulo de capital comercial e cafeeiro, que marcam a paisagem da região (Marafon et al, 2005).

O meio rural da região vem passando por processos de

transformação/refuncionalização em função do “transbordamento” para este espaço de atividades consideradas “urbanas”, que têm contribuído significativamente para a ampliação do mercado de trabalho local. Apesar dessas mudanças, as atividades agropecuárias ainda exercem importante papel econômico para as famílias rurais da região.

O acampamento Manoel Congo localiza-se no município de Valença e é proveniente da desapropriação da Fazenda Vargas, que possui uma área de 66 alqueires. É composto por 32 famílias, todas originárias da região, que foram expulsas da terra e que com o apoio e organização do MST, se reuniram e pressionaram o governo, resultando na desapropriação da fazenda onde atualmente se encontram acampados, aguardando a regulamentação do INCRA e a posse da terra.

O acampamento Vida Nova localiza-se no município de Barra do Piraí, e surgiu da desapropriação da Fazenda Estrela Branca. Assim como o acampamento anterior, ele se encontra em fase de legalização e aguarda a atuação do INCRA. Ao contrário do acampamento Manoel Congo, o Vida Nova encontra-se numa fase mais avançada do processo de regulamentação. É constituído por 25 famílias, que serão distribuídas em lotes de cerca de 3 a 4 alqueires e tem apoio político do MST, que se mostrou bastante atuante.

O assentamento Associação Mutirão da Conquista encontra-se no município de Valença, especificamente no distrito de Barão de Juparanã. Com uma área de 12 alqueires, o assentamento é composto por 39 famílias, que se distribuem em lotes com área que varia devido às condições naturais que devem ser preservadas. Os assentados são todos provenientes do próprio município e apresentam uma organização pouco comum, quando comparamos com outros assentamentos rurais. Vale destacar que o MST não teve participação na constituição do assentamento. Criado pelo governo do estado através do ITERJ, o Mutirão da Conquista foi reconhecido e regularizado pelo INCRA.

3.3.1 A luta dos sem-terra

A formação dos assentamentos necessita de um longo processo, onde os trabalhadores rurais apresentam-se como atores principais que foram

expropriados e lutam pelo regresso à terra, impossibilitados pelos meandros do capitalismo. Nesse contexto é que ocorre a luta pela terra que se materializa através das ocupações, dos acampamentos e da conseqüente formação dos assentamentos rurais. Fernandes (1996, p. 31) chama a atenção, ao afirmar que:

O capital é uma relação social que é, antes de mais nada, uma relação de expropriação e de exploração. Cria, de um lado, os exploradores, e de outro os explorados, produz a fartura e a fome. Este é o caráter inerente da contradição do desenvolvimento capitalista. Diante desta realidade, os trabalhadores rurais têm criado diversas formas de resistência, durante toda a sua história, através das lutas sociais no enfrentamento com o estado, com os proprietários de terra e capitalistas.

As famílias que fazem parte desse processo de luta pela terra são os atores que conseguiram encarar o processo de exclusão imposto pelo desenvolvimento do capitalismo no campo e, com a sua luta, conseguem retornar à terra na condição de trabalhadores rurais. Como observamos anteriormente, em todos os casos a maioria dos trabalhadores é de origem rural, ou seja, agricultores que trabalhavam como empregados assalariados ou sob o regime de meação ou parceria, sendo poucos os que possuíam terra.

Os trabalhadores, geralmente, faziam parte de numerosas famílias, e quase todos os membros tinham de trabalhar em terras alheias sob as condições de trabalho descritas acima ou até mesmo na cidade, em busca de atividades classificadas como urbanas. As dificuldades os levaram a entrar para os movimentos sociais de luta pela terra, principalmente em situações de desemprego, causadas pela modernização. As condições precárias de vida os impediam de comprar terras para produzir e a esperança de conseguir algo melhor para suas famílias foi o principal motivador do ingresso desses trabalhadores nos movimentos sociais rurais em busca de terra própria.

O acampamento Manoel Congo e o Vida Nova foram criados a partir da atuação intensa do MST, o grande idealizador político da luta desses trabalhadores sem-terra. A Fazenda Vargas, onde se constituiu o acampamento Manoel Congo estava embargada pelo INSS, devido a uma ação penal contra o proprietário Raimundo Linhares Araújo. Por essa situação, o MST indicou a terra ao INCRA para vistoria em 2003. Por essas terras terem

sido tomadas devido a dívidas com o governo, têm prioridade no processo de reforma agrária, já que não é necessário indenizar o antigo proprietário. A ocupação se deu no Dia Nacional da Libertação dos Escravos (13/05/2004), fato que originou o nome do acampamento Manoel Congo foi um escravo que lutou pela liberdade dos negros no interior fluminense, mais especificamente em Paty do Alferes.

A influência política do MST em ambos os acampamentos é bastante veemente, uma vez que os discursos dos líderes dos acampamentos são bem articulados, com todas as diretrizes traçadas e sempre ressaltando a importância do movimento e da participação dos acampados junto à organização nacional dos Sem-Terra. Foram enfáticos em afirmar que não invadem terras produtivas, mas que simplesmente fazem valer a função social da terra. Salientaram a todo momento que o MST sempre ocupa terras que não cumprem com sua função social, o que significa dizer que não é produtiva ou não cumpre a legislação ambiental e/ou trabalhista. As ocupações do MST são apenas ocupações de terras, o termo invasão estabelece um juízo e criminaliza a ação.

Atualmente, apesar de a maior parte dos assentamentos rurais do Rio de Janeiro localizarem-se em áreas de forte influência urbana, o MST tem sido muito mais presente, principalmente a partir da fundação da Secretaria Regional do MST, em 1993, com a participação das lideranças locais. A polêmica em torno da origem e do perfil dos demandantes por terra no Rio ainda persiste, já que na Região Metropolitana a maioria não vem de áreas rurais, mas tem percorrido a trajetória rural-urbano-rural ou, ainda, são provenientes diretamente de áreas urbanas, sem a menor intimidade com o trabalho na terra. Esta situação não tem mais sido obstáculo para a atuação do MST no estado, pois o movimento tem buscado se adaptar as reivindicações e particularidades de cada região (Giuliani & Castro, 1996).

O crescente processo de urbanização e especulação imobiliária, acrescido do déficit de moradia, levaram a região metropolitana a se ampliar, unindo municípios mais distantes, como os localizados na Baixada Fluminense, que formaram o “Grande Rio”, onde ocorreram a maioria dos conflitos agrários do estado.

A atuação do MST no estado do Rio de Janeiro é bem recente, se

levamos em consideração a participação do movimento em outros estados da federação. A rápida urbanização do estado e a crescente tensão entre o rural e o urbano levaram o MST a avaliar a luta pela terra no estado do Rio como sendo conduzida por movimentos de “sem teto” e não de “sem terra”. Essa análise levou o MST a se afastar desse processo em 1988, quando foi criada a NAF (Núcleo de Agricultores Fluminenses) como organização das lutas por terra no Rio de Janeiro. Ainda em 1988, através da unificação dos movimentos atuantes no Rio, as lideranças locais dos diversos assentamentos criaram, com o apoio da CPT, a Comissão de Assentados do Rio de Janeiro (Giuliani & Castro, 1996).

Somente a partir de 1993, como vimos anteriormente, é que o MST retorna ao Rio de Janeiro com a criação de uma Secretaria Regional e com o objetivo de interiorizar o movimento, tentando fugir da proximidade com os grandes centros urbanos.

Na seção a seguir, analisaremos, através da comparação entre assentamentos e acampamentos rurais, nos municípios de Valença e Barra do Piraí, a existência ou não de políticas para a criação de assentamentos e manutenção dos agricultores assentados no campo.

3.3.2– Observação e comparação das políticas empregadas para a criação e manutenção dos assentamentos rurais

Durante muitos anos, a ausência de ações mais expressivas dos governos para o desenvolvimento dos assentamentos gerou o acúmulo de uma série de demandas. Os assentamentos apresentavam carências agudas nas mais diversas áreas, como produção, organização interna, infra-estrutura, saúde, educação etc. O total abandono em que se encontravam os assentamentos rurais gerou um considerável aumento na solicitação de ações do INCRA para a realização da reforma agrária, principalmente na segunda metade da década de 1990.

A intensa demanda gerou uma sobrecarga no INCRA, que até os dias atuais, não se encontra adequadamente aparelhado para dar conta de todas as contestações. Após essas reivindicações constantes, o órgão buscou realizar algumas ações, mas nem a otimização do uso dos recursos

institucionais existentes foi suficiente para atender a demanda crescente de ações. Como consequência desse esgotamento da capacidade de ação da União, o governo federal começou a buscar parcerias com outros níveis de governo e com a sociedade, para a formulação e implantação de políticas públicas, especialmente de políticas sociais. Por outro lado, a Constituição de 1988 já havia decidido a transferência de uma quantidade considerável de responsabilidades da esfera do governo federal para os estados e municípios, num processo de descentralização administrativa. Peixoto (2002), em seus estudos, afirma que a reforma agrária não foi exceção, e cita como exemplos os projetos Casulo e Lumiar, ambos do INCRA. O autor explica que o Projeto Casulo preconizava a iniciativa dos municípios, com assessoramento técnico do INCRA, na instalação de assentamentos rurais em terras pertencentes às prefeituras. O projeto Lumiar, por sua vez, consistia na terceirização da assistência técnica nos assentamentos.

É importante destacar que o INCRA não possui a assistência técnica aos assentados como função institucional, e nem a infra-estrutura ou pessoal técnico necessário para prestar esse tipo de serviço, ocupando-se tão somente das ações de cadastro de propriedades rurais, recolhimento do ITR (Imposto Territorial Rural), avaliação e desapropriação de terras, e coordenação das ações iniciais de implantação de assentamentos (seleção de beneficiários, parcelamento).

Com o expressivo aumento das ações por reforma agrária, nos últimos anos, a busca por esse tipo de serviço aumentou consideravelmente, levando a mudanças no interior do órgão, que tem buscado cada vez mais as terceirizações, inclusive de atividades que antes eram exercidas exclusivamente pelo Instituto, como, segundo Peixoto (2002, p. 160), estudos pedológicos e topográficos, visando ao parcelamento de terras desapropriadas, por exemplo.

As ações de planejamento são estabelecidas pelas normas do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), criado em 1996, que estabeleceu uma linha de financiamento específica para assentados, conhecida como PRONAF A, com créditos direcionados a uma estruturação inicial das atividades produtivas com juros mais baixos.

Numa tentativa de solucionar problemas específicos do estado do

Rio de Janeiro, uma vez que havia uma sobrecarga e que o INCRA não estava conseguindo resolvê-los, foi criado o ITERJ, que passou a ser o responsável pela execução da política fundiária no estado, visando diminuir a tensão causada pela luta pela terra e solucionar conflitos não atendidos pelo órgão federal. Todavia, o ITERJ não tem o poder de conceder créditos - para tanto, os assentamentos precisam passar pelo reconhecimento do INCRA, que faz algumas exigências ao órgão estadual como, por exemplo, que os assentados não tenham origem urbana, fato que dificulta ainda mais o andamento da política de assentamentos rurais no Rio de Janeiro.

As políticas adotadas e empregadas pelo ITERJ limitam-se a projetos de apoio à produção e criação de núcleos produtivos. Cabe ressaltar que as empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, as EMATER, eram as principais responsáveis pela elaboração de projetos de crédito financiados pelo INCRA, e ainda hoje ajudam fornecendo alguma assistência técnica aos assentados do ITERJ.

Com exceção do assentamento Mutirão da Conquista, que já passou por todo o processo de reconhecimento e, conseqüentemente, já recebe os créditos do PRONAF A, apesar de toda a lentidão na liberação desses recursos, os demais acampamentos, ainda em processo de regulamentação, não recebem nenhum tipo de apoio financeiro para produção, implementação de infra-estrutura, saúde, educação etc. Cabe destacar que nos dois acampamentos visitados, Manoel Congo e Vida Nova, os assentados declararam receber apenas cesta básica da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), que para a maioria das famílias é insuficiente devido à grande quantidade de pessoas que vivem numa mesma casa.

Durante as visitas, algumas questões a respeito da ausência de políticas públicas que atendam as necessidades dos assentados foram levantadas. Dentre elas, ressaltou-se, principalmente, o grande distanciamento existente entre os agricultores e o INCRA, que, segundo a visão dos entrevistados, é o órgão que se mantém mais alheio às suas reivindicações. Em ambas as situações, constatou-se que a participação do governo do estado e das prefeituras é muito mais intensa do que a do governo federal, que só se faz presente no momento final da efetiva criação do assentamento, fazendo a divisão dos lotes e criando alguns projetos, que normalmente não

são levados adiante pela falta de continuidade no fornecimento de assistência técnica e financeira.

Além disso, as políticas, em geral, são elaboradas por técnicos, muitas vezes distantes da realidade social do assentado, que passam a ser considerados de forma abstrata, ignorando-se suas histórias, seus valores, seus saberes e interesses. Em consequência, os resultados muitas vezes são considerados negativos, uma vez que não se obtém o sucesso econômico esperado provocando, novamente, tensões entre os membros dos assentamentos e as entidades governamentais responsáveis por sua execução (Silva, 2001).

No assentamento Mutirão da Conquista, a todo momento é dado relevo à relação de proximidade existente entre os assentados e os funcionários do ITERJ, que, apesar de não mais ser responsável pelo assentamento ainda é extremamente atuante ao colaborar e fazer coro com as reivindicações dos assentados junto ao INCRA, sendo responsável, muitas vezes, pela aceleração em processos de liberação de créditos.

Os demais acampamentos não contam, ainda com o apoio técnico e financeiro do órgão federal, que está atuando apenas na organização inicial para a criação dos assentamentos. Destacou-se a participação da EMATER, que, eventualmente, fornece sementes e alguma ajuda técnica, além da participação da prefeitura de Barra do Piraí, que tenta suprir pequenas necessidades momentâneas dos agricultores (carro, aluguel de máquinas, etc).

A infra-estrutura básica do Manoel Congo e do Vida Nova é imensamente precária, com ausência de água encanada, saneamento básico, luz, hospitais, escolas, dentre outros. Os assentados declararam fazer “gato” de luz das antigas sedes das fazendas, além de utilizarem água das nascentes dos rios próximos, que se encontram poluídos. Por estarem em um estágio anterior à criação do assentamento, os acampados sofrem em casebres construídos com materiais como barro, lona, telhas, como podemos visualizar nas fotos 1 e 2, abaixo.

Fotos 1 e 2 - Moradias precárias nos acampamentos Manoel Congo e Vida Nova



Autor: Danielle B. da S. de Oliveira, jan./2008

A situação no assentamento Mutirão da Conquista é bastante diferente das apresentadas nos acampamentos. Após a mudança da categoria de trabalhadores rurais sem-terra para assentados, uma série de modificações foram realizadas na vida dos agricultores, que apesar de todos os problemas para conseguirem os benefícios que lhes são de direito junto ao INCRA, ressaltam a todo instante que com a criação do assentamento a melhoria na qualidade de vida aumentou consideravelmente.

A melhoria é notória, pois a maioria dos assentados eram subempregados ou desempregados, e não possuíam casa própria, sendo obrigados a pagar aluguéis caros, encontrando-se em condições econômicas precárias. De acordo com as famílias entrevistadas, as condições de moradia, alimentação, trabalho e poder de compra melhoraram enormemente.

Com relação às consideráveis melhorias na qualidade de vida das famílias após a implantação do assentamento, Medeiros e Leite (1997, p. 04) ressaltam que:

os assentamentos não só geram empregos e, de alguma maneira, aumentam o nível de renda das famílias assentadas, com reflexos na economia municipal e regional, como também alteram, em maior ou menor medida, as relações de poder local.

A constituição de um assentamento normalmente já acarreta a introdução de novos elementos e agentes que provocam alterações nas

relações de poder. Além disso, inicia uma nova dinâmica de demandas (saúde, educação, transporte, apoio à produção) e reflexos, que se somam e, às vezes, disputam os mesmos recursos com outras comunidades locais que não são beneficiadas por investimentos públicos.

Os benefícios recebidos pelo assentamento foram vários, destacando-se aqueles proporcionados pela melhoria da qualidade de vida, como saúde, educação, transporte, energia elétrica etc., sendo a água e o esgoto as únicas reclamações dos assentados, que se disseram responsáveis pela chegada desses serviços até as moradias. Demonstraram-se insatisfeitos, também, com a atuação da prefeitura de Valença, que ao contrário da prefeitura de Barra do Piraí, pouco contribui com as necessidades dos assentados, que deveriam ser atendidas pelo INCRA, que não “consegue” se fazer presente efetivamente em todos os assentamentos rurais do Brasil e conta com o apoio das prefeituras municipais, que de acordo com questões políticas do momento, podem atuar como colaboradoras ou não.

As fotos 3 e 4 mostram como as condições de moradias no assentamento Mutirão da Conquista são bem superiores as dos acampamentos, com casas maiores, feitas de alvenaria.

Fotos 3 e 4 - Condições de moradias em dois lotes do Mutirão da Conquista



Autor: Danielle B. da S. de Oliveira, out./2007

No Mutirão da Conquista sobressai a pequena produção familiar, e os produtos que se destacam são: cana-de-açúcar, milho, feijão, arroz, inhame

e mandioca, além do gado leiteiro. Uma pequena parte da produção é comercializada em feiras livres no próprio município de Valença, para atravessadores locais, ou através da venda domiciliar direta, ficando a maior parte para consumo da própria família. No assentamento o plantio é tradicional, com a utilização de adubos químicos em áreas mais degradadas e do adubo natural no restante do terreno, porém sem a utilização de técnicas sofisticadas. As fotos 5 e 6 permitem a visualização da produção em alguns lotes.

Fotos 5 e 6 - Agricultura tradicional no assentamento Mutirão da Conquista



Autor: Danielle B. da S. de Oliveira, out./2007

O crédito inicial concedido para cada família foi no valor de R\$ 10.000,00, e outros créditos foram liberados, com o passar do tempo, para atender projetos individuais, como a fabricação de doces e cachaça. Alguns assentados assumiram papel de destaque entre os entrevistados por se encontrarem engajados em pequenos projetos que lhes possibilitam o aumento da renda familiar, além da produção agrícola propriamente dita. Dentre eles, destaca-se a família do Sr. Pedro e D. Celma, que relataram que os créditos recebidos, provenientes do PRONAF, foram investidos na melhoria da propriedade e na produção de cachaça que é comercializada, segundo D. Celma, “nos próprios botecos do assentamento”.

Nos acampamentos, os agrotóxicos não são utilizados, graças ao MST que realiza um trabalho de conscientização e educação ambiental junto aos sem-terra. Desse modo, eles praticam uma agricultura orgânica, onde técnicas naturais são empregadas no combate à pragas e em solos pouco

férteis. Entretanto, segundo o técnico da EMATER, Sr. Maia, que nos acompanhou nas visitas, a produtividade é considerada baixa quando comparada com aquelas em que o uso de agrotóxicos é liberado.

A maior parte da produção nos dois acampamentos é para consumo da própria família, e uma pequena parte é comercializada na Feira Solidária, no município de Valença. Os principais produtos são: feijão, arroz, milho, abóbora, batata e mandioca. Abaixo, fotos (7 e 8) de parte da produção orgânica praticada nos acampamentos Manoel Congo e Vida Nova.

Fotos 7 e 8 - Agricultura orgânica praticada nos acampamentos Manoel Congo (foto 7) e Vida Nova (foto 8)



Autor: Danielle B. da S. de Oliveira, jan./2008

A constituição do assentamento rural depende enormemente da atuação e participação dos sem-terra em movimentos que conclamem toda a sociedade e despertem a atenção dos responsáveis pela criação de políticas que solucionem os problemas daqueles que lutam por um pedaço de terra. Adiante, trataremos da participação e consciência política dos atores sociais engajados na busca de uma política efetiva de reforma agrária.

3.3.2.1– Participação política e políticas públicas

A questão da consciência e do engajamento político é, sem dúvida, central para a implantação de projetos de assentamentos. A luta pela terra e a conquista do assentamento apresentam-se como exercício da cidadania. A

conquista do assentamento, normalmente, acarreta a introdução de novos elementos e agentes que ocasionam alterações nas relações de poder. Segundo Medeiros et al (2004, p. 28 e 29),

[...] podemos falar dos assentamentos como ponto de chegada, ou seja, como uma entre outras possibilidades de mobilidade e integração social na qual se empenham os diversos movimentos sociais rurais, no processo de luta pela posse da terra. O impacto proporcionado nos parece importante pela transformação de um amplo setor de “excluídos” em sujeitos políticos, novos atores em cena.

Por outro lado, podemos também falar dos assentamentos como ponto de partida, ou seja, como a situação a partir da qual o produtor beneficiado busca – já num patamar diferenciado – implementar projetos tecno-produtivos, praticar uma nova sociabilidade interna aos núcleos de reforma agrária e inserir-se num jogo de disputas políticas visando sua reprodução (sobretudo na sua relação com o Estado).

O processo de implantação do assentamento permite práticas que necessitam da união, da organização e mobilização de todos para se estabelecerem metas e situações de reivindicações. No assentamento Mutirão da Conquista, apesar de não haver a participação do MST, a organização interna é muito grande. O líder do assentamento, Sr. Toninho, possui uma capacidade de controle sobre os outros assentados muito expressiva, exigindo que todas as datas para pagamentos de dívidas sejam cumpridas, que nada fuja às obrigações determinadas pelos órgãos públicos, que sejam realizadas reuniões mensais para a solução de problemas e tentativa de melhorias, verificação da situação de cada assentado (com relação a pagamentos de empréstimos, necessidade de renegociação de alguma dívida, elaboração de reivindicações para a solução de problemas etc.), bem como encontros com representantes do ITERJ, INCRA e EMATER em busca de melhores condições de produção e vida para os assentados.

Nos outros acampamentos, que estão em etapa final de regularização e divisão dos lotes, a participação do MST foi fundamental. O apoio permite que agricultores tenham uma visão mais política da luta por terras no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro, que sofre devido a seu caráter urbano. Os líderes dos acampamentos mostraram-se engajados na luta pela terra em escala nacional, uma vez que participam de encontros realizados pelo MST, que causam grande comoção por todo o país.

O MST constitui-se numa das expressões da degeneração do

capitalismo, pois unifica em torno de um objetivo comum pessoas excluídas pelo sistema. A crescente acumulação de capital nas mãos de poucos (os capitalistas) é responsável pelo aumento da exclusão social de muitos (os trabalhadores). O movimento ensaia a possibilidade de ruptura com o sistema capitalista que o criou. Sua formação, ao estar imbricada na conscientização da condição de marginalização, impõe a conscientização da possibilidade de transformação da estrutura agrária vigente e, em consequência, da sociedade e do espaço. Essas modificações estão no seio da luta entre classes, representada no campo brasileiro pelos sem-terra, pequenos produtores rurais, grandes proprietários e Estado (Corrêa & Buth, 2006). Para os sem-terra, o MST apresenta-lhes a oportunidade de retorno à terra e o consequente resgate de sua condição de pequenos produtores rurais.

A constituição do assentamento inaugura uma nova dinâmica de demandas (saúde, educação, transporte, apoio à produção etc), que se soma e, às vezes, disputa com as de outras comunidades locais, potencialmente não beneficiadas por alguma atenção pública especial. Em outros casos, a presença do assentamento é que inaugura novos processos reivindicativos (Leite, 2004). A participação de movimentos externos, que apóiam as reivindicações dos agricultores locais amplia a luta, que ganha maior visibilidade, como afirma Leite (2004, p. 09),

[...] se há um esforço no sentido de incorporação política dos assentados, há necessidade de complexificar a análise desses esforços, na medida em que novos elementos estão em jogo: a presença de mediações que atuam numa rede de relações que ultrapassam de longe o nível do município e assim potencializam suas possibilidades de atuação política. Com efeito, o que torna rica em desdobramentos a ação da Igreja, do MST, do MAB, do CSN, do sindicato é o fato de que essa ação não se esgota a nível do assentamento e das relações locais, mas se potencializa numa rede regional, estadual, nacional, permitindo que uma questão local possa sempre ser tratada como algo mais amplo, que envolve interesses mais globais, eliminando a possibilidade de analisar os assentados estritamente sob a ótica da sua singularidade e particularismo.

Grande parte dos assentamentos foi resultado de um processo de luta pela terra, o que implica um certo nível de organização e constituição de lideranças que, não raro, acabam por participar dos processos políticos locais após o assentamento, tornando-se porta-vozes do grupo e de suas demandas. Atuar em espaços importantes, como sindicatos, cooperativas, associações,

conselhos de diferentes tipos etc., significa ter poder de falar pelos e para os assentados e, conseqüentemente, buscar ser ouvido por estes e pela sociedade.

Nesta perspectiva, qualquer política de transformações estruturais no rural constitui uma interface perturbadora de interesses oligárquicos e geradora de profundas transformações nas relações, tanto na sociedade local quanto na regional e/ou nacional. As políticas públicas assumem um caráter social quando se inspiram na valorização das diferenças e não no seu aniquilamento. A reforma agrária, sob este ponto de vista, não é uma medida pontual e nem concerne somente aos interesses exclusivos dos sem-terra, mas, ao contrário, se insere na concepção de um projeto de sociedade (Gehlen, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reforma agrária apresenta-se como uma demanda da sociedade, posto que se torna possível perceber que os problemas causados pela modernização conservadora da agricultura já se encontram encravados, e a solução para eles parece estar muito longe de se alcançar. A estrutura fundiária brasileira permanece altamente concentrada, resultado da modernização conservadora que possibilitou a apropriação de grande parte da área agrícola por um reduzido número de proprietários, que apenas especulam com a terra e pouco ou nada produzem. Contrapondo-se a esta situação, encontram-se os pequenos agricultores familiares que vivem em condições precárias e não conseguem permanecer no mercado altamente competitivo e excludente.

Apesar do aumento do número de projetos de assentamentos rurais, ainda são muito poucos quando comparados com as metas governamentais oficiais, que não são cumpridas, e mais ainda, quando comparados com o número de excluídos do campo que cada vez mais ingressam em movimentos sociais que lutam por terra. A preocupação dos sucessivos governos brasileiros sempre esteve voltada para o desenvolvimento do capital no campo, privilegiando as agroindústrias e os produtos voltados para exportação, buscando sempre atender as demandas do mercado internacional.

O anúncio de planos ambiciosos, onde o governo propõe o assentamento massivo de trabalhadores, tem permeado o cenário político brasileiro ao longo dos anos, assim como o seu descumprimento. Apesar da crescente mobilização social, os interesses dos grandes proprietários sempre foram suficientemente grandes para impedir qualquer tentativa de solução. O cenário atual vem sendo marcado por desigualdades profundas no campo, que têm conduzido ao acirramento dos conflitos sociais e, conseqüentemente, ao crescimento da violência, com freqüentes casos de morte.

Respondendo a este quadro de crise no campo brasileiro, o governo estabeleceu uma política de assentamentos em áreas de conflito. Junto a esta política, foram entregues títulos de propriedade para agricultores

que estão assentados há décadas e que são incluídos nas estatísticas oficiais como beneficiários da reforma agrária. A reforma agrária deve ser entendida como distribuição de terra, que levará a uma mudança expressiva na estrutura fundiária a partir de uma política intensiva implementada pelo governo, logo, não tem sentido entender regularização de posses como reforma agrária. O governo tem buscado solucionar conflitos no campo com algumas desapropriações e com compra de terra, para responder às famílias sem-terra que pressionam intensamente.

Diante de tantos problemas relativos à questão agrária no Brasil, nos deparamos, ainda, com a atuação precária do Estado, enquanto responsável pela fixação e manutenção dos agricultores assentados no campo. Ao criar um assentamento, o Estado assume a responsabilidade de viabilizá-lo. Queira o Estado (na pessoa daqueles que o fazem existir) ou não, o desempenho de um assentamento é o desempenho do Estado. Assegurar o acesso à terra não é suficiente, o Estado deve proporcionar condições de produção dentro de parâmetros aceitáveis – escolhendo produtos definidos como “de mercado”, fornecendo sementes selecionadas, defensivos agrícolas, fertilizantes aprovados, e assim por diante.

Dito de outro modo, a outra face do privilégio que têm os assentados de ter condições de produção garantidas pelo Estado é estarem completamente à mercê das ações ou omissões do poder público, o que não ocorre com o comum dos produtores rurais. Em compensação, pelo modo como criam laços estreitos com o Estado, têm reconhecida uma legitimidade às suas cobranças, o que é negado aos que não fazem parte do mundo dos assentamentos. É a percepção desse modo de se relacionar com o Estado que define como problema itens não percebidos como tal quando a relação é de outra natureza, e que leva assentados de diferentes assentamentos e reassentados, colonos e outros, redefinidos como assentados, a sentirem-se participando de um mesmo mundo.

Não causa surpresa que a mobilização dos assentados persista após a conquista da terra. A desapropriação e a atribuição de um lote de terra a um sem-terra não representa o fim de um processo de luta. Após o assentamento, os agricultores passam para uma nova etapa de luta por condições para produzir, devendo reivindicar além das sementes, adubos e

ferramentas, água, habitação, estrada etc. A luta pela terra, muitas vezes persiste dentro das áreas desapropriadas na exigência da delimitação dos lotes ou, em alguns casos, ao contrário, na oposição dos assentados às tentativas do INCRA de dividir a terra a qualquer preço; ou na luta pela desapropriação de áreas vizinhas para a colocação dos “excedentes”, ou ainda no protesto contra a inclusão de não-trabalhadores entre os beneficiários da área a ser distribuída. Destarte, passa a ser uma luta por condições de produzir e de sobreviver nos assentamentos, deixando claro que a reforma agrária não pode ser entendida como uma mera política compensatória, fazendo-se necessária a associação com uma verdadeira política agrícola.

Inúmeros estudos conseguiram provar, através de análises empíricas, que a criação de assentamentos rurais gera incontáveis melhorias nas condições de vida daqueles beneficiados, apesar da ausência do Estado, que deixa a desejar na criação de políticas que assegurem a manutenção desses trabalhadores na terra. Uma das características comuns aos projetos de assentamento é a precariedade de sua infra-estrutura, o que demanda complementações de políticas públicas de ordem municipal, estadual e nacional. Em alguns projetos, as condições de vida são bastante precárias devido à falta de parceria entre as distintas escalas governamentais, muitas vezes ocasionada por disputas ou desavenças políticas, que, caso não existissem, seriam, certamente, responsáveis pela melhoria de vida de toda a população dos municípios onde se instalam os assentamentos. No caso das políticas voltadas para o Rio de Janeiro, encontramos um grande impasse entre o INCRA e o ITERJ, que deveriam atuar em conjunto, porém, o que percebemos é uma participação muito mais ativa do órgão estadual.

Torna-se válido ressaltar que na maioria dos casos, mesmo naqueles precários, as famílias, após o ingresso nos assentamentos, tiveram uma considerável melhoria na qualidade de vida; também lhes foi possível a reivindicação de direitos e de participação em políticas públicas, mercado de trabalho e mercado de produtos, o que antes não ocorria. Além de tamanhas melhorias, o que se tem visto, de maneira geral, nos assentamentos é um potencial efeito dinamizador das economias locais/regionais, nos campos econômico, político, social, dentre outros.

Apesar de todos os problemas intrínsecos ao espaço rural, os

assentamentos apresentam-se como experiências positivas, mesmo com a falta de participação governamental no apoio técnico-financeiro aos assentados. A vida nos assentamentos tem dado a muitos pequenos agricultores condições dignas de produção e de sobrevivência, permitindo-lhes ultrapassar os obstáculos e desenvolver atividades alternativas, como as que são desenvolvidas no assentamento Mutirão da Conquista (produção de cachaça, de doces).

O assentamento implantado no município de Valença e que vale como exemplo dos acampamentos aqui apresentados, promoveu um aumento considerável na renda das famílias, já que elas puderam, a partir de então, produzir e comercializar seus produtos, além da produção artesanal que se vem difundindo entre os assentados. Porém, assentamento não pode ser confundido, como quer nos fazer crer o governo, com a reforma agrária. A experiência é válida se considerarmos as melhorias diretas na qualidade de vida dos participantes.

A grande diversidade regional do Brasil gera a criação de assentamentos compostos por famílias oriundas de diferentes segmentos sociais (sem-terra, trabalhadores sindicalizados, urbanos etc.), que, apesar de possuírem origens diversas, devem possuir o direito de reivindicarem terras. Alguns estudiosos destacam que a discussão não deve ficar em torno da vocação rural do trabalhador, mas sim da capacitação e assessoria (técnica, política, econômica, social, etc.) às famílias que se deslocam para o meio rural, dando-lhes condições para exercerem suas atividades. Esse preconceito histórico de setores mais conservadores sempre funcionou como um obstáculo à execução efetiva de uma política de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro, que não é considerado um estado prioritário para a realização da reforma agrária. O elevado grau de urbanização do estado gera dificuldades, tanto por parte dos órgãos públicos como dos movimentos sociais, para se pensar um modelo eficiente de reforma agrária.

Este fato explica a dificuldade que o MST encontra para se organizar no Rio de Janeiro, assim como o fato de o INCRA/RJ ser tão pouco efetivo na implantação de assentamentos rurais, o que segundo Alentejano (2003), faz com que o Rio de Janeiro seja um dos poucos estados da federação onde o número de famílias assentadas e a área dos assentamentos

sob a responsabilidade do governo estadual sejam praticamente idênticos aos do governo federal.

Apesar do impasse existente entre os órgãos públicos, a questão da cidadania é, sem dúvida, uma das conquistas mais importantes do processo de implantação dos assentamentos; a reintegração do indivíduo que havia sido excluído do sistema de produção, na condição de produtor e proprietário de terra, possibilita o resgate da cidadania e dignidade perdidas com a exclusão. Desse modo, os assentamentos constituem lugares onde as famílias criam seus laços de afetividade e buscam alternativas para os problemas diários que os afetam, além de terem a possibilidade de desenvolvimento de uma consciência que lhes permite entender que a solução parcial de seus problemas aconteceu graças à participação ativa de cada um, e que seus projetos não podem ser abandonados e só serão realizados a partir da continuidade da luta efetiva pela terra.

É necessário, portanto, ampliar os horizontes de possibilidades e oportunidades sociais, incluindo a reforma agrária como um dos pilares estratégicos do desenvolvimento nacional. A política de reforma agrária deve ser repensada e analisada a partir da ótica de um Brasil complexo e cheio de contrastes que necessita de atuações políticas específicas para cada um dos inúmeros espaços diferenciados do país. As políticas públicas devem beneficiar de forma diversificada os que possuem necessidades particulares, no sentido de propiciar as condições para a superação das desigualdades.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Anpocs; Unicamp: HUCITEC, 1992.
- ALENTEJANO, P. R. R. O sentido da reforma agrária no Brasil dos anos 90. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 18. jul. 1996.
- _____. **Reforma Agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbana nos assentamentos rurais**. 188 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, CPDA/UFRRJ, 1997.
- _____. **Reforma Agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro**. 297 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, CPDA/UFRRJ, 2003.
- _____. A política de assentamentos rurais do governo FHC e os desafios da reforma agrária no Brasil do século XXI. **Revista Agrária**, n. 1. p. 2-15. 2004.
- ANDRADE, M. C. de. **O Brasil e a questão agrária**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.
- CARVALHO, H. M. Política Compensatória de Assentamentos Rurais como Negação da Reforma Agrária. **Revista ADUSP**, São Paulo, n. 34. Maio. 2005.
- CARVALHO FILHO, J. J. Reforma agrária: a proposta é uma coisa, o plano do governo é outra. **Estudos Avançados**. São Paulo. vol. 18. n. 50. 2006.
- CASTRO, E. G., GIULIANI, G. M. Recriando espaços sociais: uma análise de dois assentamentos rurais no Estado do Rio de Janeiro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 138 – 169, jul. 1996.
- CORRÊA, W. K., BUTH, F. Assentamentos: Elementos de Reconfiguração Territorial de um Movimento Social. **Revista Discente Expressões Geográficas**, Florianópolis, n. 2, p. 24-37, jun/2006.
- _____. A Reconstrução de Territórios a partir de Assentamentos Rurais: o caso do Assentamento Ramada – RS. **Campo-território: Revista de Geografia Agrária**, v. 1, n. 2, p. 152-172, ago. 2006. Disponível em: www.campoterritorio.ig.ufu.br.
- CPT – Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo Brasil**, 1991. Goiânia: CPT, 1991.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil:** transformações na base técnica da agricultura e constituição do Complexo Agroindustrial – “CAI”. São Paulo: Ícone, 1985. p. 33 – 37.

DE DAVID, C. **Estratégias de Reprodução Familiar em Assentamentos: Limites e Possibilidades para o Desenvolvimento Rural em Canguçu** – RS. 219 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, 2005.

FABRINI, J. E. O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos ecampesinato. **Terra Livre**, São Paulo, n. 19, p. 75 – 94. jul./dez. 2002.

FELICIANO, C. A. **Movimento camponês rebelde: a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

FERNANDES, B. M. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. **Gênese e desenvolvimento do MST**. São Paulo: MST, 1998.

_____. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis/ RJ: Vozes, 2000.

_____. **A questão agrária no limiar do século XXI**. In: *ENCONTRONACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA*, 15., 2000, Goiânia. Goiânia: UFG. 2000.

_____. A Ocupação de Terra no Brasil: uma Página Virada da História? *Caderno de Conflitos – CPT*. 2001.

_____. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 3, n. 1, p. 11-27, jan./jun. 2003.

_____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Debates**. ano VI. n. 16. jan./abr., 2005.

FERREIRA, B. Estratégias de intervenção do Estado em áreas de assentamento: as políticas de assentamento do governo federal. In: MEDEIROS, L. et al. (Orgs). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 2004.

FRANCO, B. M. Stédile reacende debate sobre reforma agrária. **Jornal O GLOBO**. 17 jun. 2007. p. 18

FURTADO, C. **A pré-revolução brasileira**. 2. ed., Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

_____. **Dialética do desenvolvimento**. 2. ed., Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

_____. **Análise do modelo brasileiro**. 4. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

GEHLEN, I. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Social Rural**. Perspec., São Paulo, v. 18, n. 2, abr./jun. 2004.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980**. São Paulo: HUCITEC, 1995.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1982.

_____. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária hoje**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 1994. 322p. p. 137 – 146.

_____. Reforma Agrária. **Revista do ICH**, Campinas, n. 1, p. 75 – 95, out. 1997. INCRA. **II Programa Nacional de Reforma Agrária**. Disponível na Internet. <<http://www.incra.gov.br/>>. 2006.

GUIMARÃES, A. P. **A crise agrária**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 362 p. ITERJ. **Programa Nossa Terra**. Disponível na Internet. <<http://www.iterj.rj.gov.br/>>. 2005/2008.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Cambridge: Blackwell Publishers. 1991.

LEITE, S. **A face econômica da reforma agrária**. Rio de Janeiro, CPDA / UFRRJ, 1992.

_____. Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil. **Revista Nera**, Presidente Prudente, n. 9, p. 114-158, jul./dez. 2006.

LEITE, S. P.; & MEDEIROS, L. S. Os impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais. **Revista Debates CPDA**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 1 – 17, dez. 1997.

LINHARES, M. Y. L.; & SILVA, F. C. T. da. **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MARAFON, G. J. et al. **Regiões de Governo do estado do Rio de Janeiro: uma contribuição geográfica**. Rio de Janeiro: Gramma, 2005. 139 p.

MARTINS, J. S. A questão agrária. **Reforma Agrária. Boletim da ABRA**. Campinas, ano v, n. 7/8, p. 2-7. jul./ago. 1975.

_____. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1980/1982.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MEDEIROS, L. S. **Movimentos Sociais, Disputas Políticas e Reforma Agrária de Mercado no Brasil**. Rio de Janeiro: CPDA/ UFRRJ e UNRISD, 2002. 127 p.

MEDEIROS, L. S. et al. **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: Editora UNESP, 2004. 392 p.

NETO, W., G. **Estado e Agricultura no Brasil**: Política Agrícola e Modernização Econômica Brasileira/ 1960-1980. São Paulo: Hucitec, 1995. 245 p.

NOVICKI, V. A. Governo Brizola, movimentos de ocupação de terras e assentamentos rurais no Rio de Janeiro (1983 – 1987). In: MEDEIROS, L. S. et al. (orgs.). **Assentamentos Rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Ed. UNESP, 1994.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185 - 206. set – dez. 2001.

_____. A “não reforma agrária” do MDA/INCRA no governo Lula. In: **Reunião paralela realizada pela Via Campesina durante a Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural - CIRADR-FAO**, Porto Alegre, 2006. p. 1-27.

OLIVEIRA, D. B. S. **Análise da reforma agrária no estado do Rio de Janeiro a partir da política de assentamentos rurais**: o Assentamento Mutirão da Conquista como estudo de caso. 114 f. Monografia (Graduação em Geografia), IGEO – Departamento de Geografia, UERJ, 2006.

PRADO JR., C. **História Econômica do Brasil**. 4ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1956.

_____. **A revolução brasileira**. 4 ed., São Paulo: Brasiliense, 1972.

_____. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979. PAULILLO, L.F. Sobre o desenvolvimento da agricultura brasileira: Concepções Clássicas e Recentes. In: BATALHA, M. O. **Gestão Agroindustrial**. 2. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2001.

PEIXOTO, M. O Planejamento do Desenvolvimento de Assentamentos Rurais: Experiências no Estado do Rio de Janeiro. **Revista Universidade Rural**, Sér. Ciências Humanas, Rio de Janeiro, v. 24, n.1-2, p. 159 -172, jan./jun. 2002.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1983.

RANGEL, I. **A questão agrária brasileira**. Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1962.

RIBEIRO, M.A. Considerações sobre o espaço rural fluminense: estrutura e transformações. In: MARAFON, G. J.; & RIBEIRO, M. F. (Orgs.). **Estudos de Geografia Fluminense**. Rio de Janeiro: UERJ, 2002. 208 p. p. 13 – 26.

ROMEIRO, A. et al. **Reforma Agrária**: produção, emprego e renda – o relatório da FAO em debate. Rio de Janeiro, Vozes / IBASE / FAO, 1994.

RUA, J. Urbanidades no Rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n.1, p. 82-106, fev. 2006.
Disponível em: <www.campoterritorio.ig.ufu.br>.

SILVA, L. H. Assentamentos Massangana III e Chico Mendes-PB: formulação de políticas públicas. **Revista GeoNotas**, Maringá, v. 5, n. 4. out./nov./dez. 2001.

SILVA, E. S. O. **Conceitos e desempenho político – econômico da agricultura familiar no Estado do Rio de Janeiro**: o noroeste fluminense como estudo de caso. 104 f. Monografia (Graduação em Geografia), IGEO – Departamento de Geografia, UERJ, 2005.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E., GOMES, P. C.; & CORREA, R. L. (Org). **Geografia Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

STÉDILE, J. P. De que programa agrário precisamos? In: **Reforma Agrária**, Campinas, v. 23, n. 2, maio/ago. 1993.

_____. A questão agrária e o socialismo. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária hoje**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 1994. 322p. p. 306 – 322.

VEIGA, J. E. Fundamentos do agro-reformismo. In: **Lua Nova**, São Paulo, n. 23, mar. 1991.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista: lideranças do assentamento/ acampamento**INFORMAÇÕES GERAIS**

- 1– Nome do informante:
- 2- Nome e localização do assentamento/acampamento:
- 3– Área:
- 4– Número de famílias assentadas/ nº de lotes:
- 4.1– Número de pessoas residentes:
- 5– Sistema de divisão dos lotes:
- 6 – Tamanho do lotes:
- 7 – Ano de constituição/ data de entrega dos lotes:

INFORMAÇÕES SOBRE O ACAMPAMENTO

- 8– Comente sobre a formação do acampamento:
- 9 – Que órgãos, instituições e movimentos sociais ajudaram os acampados e qual auxílio recebido?
- 10– Quais as atividades desenvolvidas no acampamento?
- 11– Quais as atividades econômicas desenvolvidas fora do acampamento?
- 12 – Quais foram as formas de participação do MST na ocupação da área?
- 13 – Quais as dificuldades enfrentadas no acampamento?

INFORMAÇÕES SOBRE O ASSENTAMENTO

- 14-Como foi o processo de regularização da terra e a divisão dos lotes?
- 15-Comente sobre a construção da infra-estrutura (apoio, recursos e custos):
 - a) casas (área, cômodos, alvenaria, instalações sanitárias etc)
 - b) Energia Elétrica
 - c) Estradas – acesso: () bom () regular () ruim
 - d) Escola (no assentamento):
 - e) Posto de saúde (no assentamento)? Acesso à saúde:
 - f) Saneamento:
 - g) Água potável

h) Centro comunitário

16-Comente sobre a estrutura organizacional dos assentados:

- a) comissões (individual/coletivo):
- b) cooperativas e associações:

17-Comente sobre os sistemas de produção desenvolvidos no assentamento (cultivos/ criação voltados para o mercado):

18- Comente sobre os implementos utilizados (destaque os individuais e os coletivos):

19-Comente a respeito do calendário agrícola:

20- Comente sobre o planejamento das atividades e a organização do trabalho:

21-Existem assentados que prestam serviços fora do assentamento?

- a) onde?
- b) Quais atividades realizam?

22 – Quais são as atividades não-agrícolas desenvolvidas no assentamento?

23 – Qual a importância dessas atividades?

INFORMAÇÕES SOBRE AS RELAÇÕES EXTERNAS DO ASSENTAMENTO/ACAMPAMENTO

24- Quais são os insumos mais comprados?

25- Como é realizada a comercialização da produção:

26- Quem são os compradores da produção e qual a forma de pagamento?

27-Quem presta assistência técnica ao assentamento/acampamento?

28- Comente a respeito dos créditos/financiamentos obtidos:

29- Em que condições encontram-se as finanças do assentamento/acampamento:

INFORMAÇÕES SOBRE AS PERSPECTIVAS DO ASSENTAMENTO:

30-Comente a respeito da desistência dos assentados (índices, motivos e destinos):

31-Quais são os principais problemas enfrentados pelos assentados?

32- Como esperam resolvê-los?

33- Qual a sua opinião sobre a estruturação do assentamento em relação aos demais?

34- Algum membro do assentamento ocupa cargo político no município?

35 – Qual é o projeto futuro para o assentamento?

36 – Há mais algum fato q gostaria de comentar?

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista: produtores assentados/acampados**ASSENTAMENTO/ACAMPAMENTO:**

Local/ Data:

Número do Lote:

Nome do Assentado/Acampado (Beneficiário):

I – A Luta e a conquista da terra: histórico (tentar conseguir informações sobre o processo de ocupação até a instalação efetiva do assentamento)

1– Comente a respeito da origem da família e a ocupação anterior:

2– Antes do assentamento eram: () proprietários () parceiros () arrendatários () trabalhadores rurais assalariados () outra profissão, qual?

3– Quais os motivos levaram a que entrar ocupação da no movimento de terra?

4 – Comente sobre sua trajetória no movimento:

5– Comente a respeito do acampamento: (lembranças, tempo de espera, o qfaziam, qual o significado do acampamento?)

6– Como era o lugar onde se instalaram no assentamento?

7– Como foram os primeiros tempos do assentamento?

II – Estratégias de reprodução:**As atividades agropecuárias:**

8 – Principais Cultivos:

Cultivos	Área Plantada	Quantidade Produzida	Finalidade

9- Pecuária: animais criados

Rebanhos	Área	Produção	Finalidade

Força de trabalho e nível tecnológico:

10- Mão de obra total utilizada: _____ ()titular ()familiar

11 - Contrata assalariados:

()permanentes nº _____, atividades desenvolvidas:

()temporários nº _____, atividades desenvolvidas:

período: _____.

12- Função dos membros no trabalho agrícola diário da propriedade:

Função	Membros (pai, mãe, filhos e empregados)	Idade
Plantar		
Colher		
Cuidar dos afazeres da casa		
Agrotóxicos		
Trato dos animais		

13- Utiliza força de trabalho animal: () não () sim, tipo:

Nº de animais:

14- Infra-estrutura de trabalho:

Máquinas/equipamentos	Próprio	Alugado	Emprestado	Coletivo
Trator				
Arado				
Semeadeira				

Plantadeira				
-------------	--	--	--	--

Colheitadeira				
Camionete				
Ordenhadeira Mecânica				
Outros implementos				

Benfeitorias	Possui	Não possui	Condições
Depósito (paiol)			
Galinheiro			
Chiqueiro			
Estábulo			
Outros			

15– Insumos químicos e nível tecnológico:

		Sim	Não
Na agricultura: técnicas	Irrigação		
	Rotação de cultivos		
	Curvas de nível		
	Plantio direto		
	Adubação verde		
	Outros		
Na pecuária	Vacinação periódica		
	Inseminação artificial		
	Banha o gado		
	Ração		
	Silagem		
	Cuidados veterinários		

	Sal mineral		
	Aubos químicos		
	Aubos orgânicos		
	Agrotóxicos		
	Calcário		
	outros		

II. 1 – As atividades não-agrícolas

16 – Existe no assentamento algum tipo de atividade agroindustrial? Qual?

17- algum membro da família trabalha fora do assentamento/acampamento? () sim

() não

Setor de atividade	Sim	Não	Período	Onde/lugar
Agrícola				
Não-agrícola				
Doméstica				
Indústria				
Comércio				
Outra atividade				

18– O trabalho fora é importante? () sim () não Porque? _____

III – Relações Externas

19 – Onde realizam a comercialização:

() no assentamento/acampamento

() na sede do município

() outros locais: _____

20 – Comercialização da produção (em ordem de importância)

() intermediários () varejistas

- () vizinhos () feira do produtor/ agroecológica
 () direto ao consumidor () cooperativa
 () atacadistas

21– Quais as maiores dificuldades enfrentadas na comercialização dos produtos?

- () preços baixos
 () frete muito caro
 () falta de transporte próprio() estradas ruins
 () outros: _____

22– Quais as soluções para esses problemas?

23 – Fez financiamento? () sim () não

24– Qual a finalidade?

- () melhoria da propriedade
 () investimentos na prod. Agrícola() investimentos na pecuária
 () outro: _____

25– Existe algum tipo de associação? Sindicato? Cooperativa? Associação comunitária?

26– Recebe assistência técnica? () sim () não Órgão? _____

27– Faz parte do MST? () sim () não De que forma?

28- Qual a importância do INCRA para o assentamento?

29– E da prefeitura de Valença? Existe um bom relacionamento entre as duas esferas governamentais (gov. federal e gov municipal)?

30- Como o governo do estado atual?

IV Perfil da família

31– Membros da família residentes no estabelecimento:

	Nome	Sexo	Grau de parentesco	Idade	Nível de escolaridade
01					
02					
03					
04					
05					

32– Os filhos (em idade escolar) estão estudando?

33– Com q frequência vão à escola?

34– Como é o acesso a escola?

35– Condições de moradia:

a)superfície da habitação: _____m2

b)número de cômodos:

c)material de construção: () madeira () alvenaria () mista () outro:

d)Estado de conservação: () Bom () regular () precário

e)Instalações sanitárias:

f)Energia: () elétrica () bateria () gás () querosene () outra: _____

g)Água potável: () poço () água encanada () fonte/cacimba () riacho

h)Destino dos dejetos: () fossa séptica () céu aberto

i)Eletrodomésticos: () TV () refrigerador () freezer () som () liquid. () Antena parabólica () telefone celular () vídeo/ DVD () máquina de lavar () fogão a gás () motor elétrico () outros: _____.

36– Condições de acesso à saúde:

a)onde a família recebe assistência médica?

b)com que frequência a família vai ao médico/ dentista?

c)há casos de doença na família? () sim () não Qual?

37– Quais as atividades de lazer da família?

38-Praticam alguma religião? Qual?

39– A família possui alguma fonte de renda extra (como aposentadoria, pensão ou aluguéis)? () não () sim , qual? _____.

40– faz parte da algum partido político? Qual? 43 – Qual a renda média mensal da família?

V– Limites e possibilidades

41-Está satisfeito por ter lutado pela terra? () sim () não, Porque?

42– Quais os aspectos positivos e os negativos do assentamento/acampamento?

43 – O q mudou na sua vida depois do assentamento/acampamento?

44 – Existem projetos para o futuro?